



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E
AValiaÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - PPGAES

THATIANE CRISTINA PONCIANO DOS SANTOS

A EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO POPULAR NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA: RESGATE HISTÓRICO E PERFIL ATUAL

JOÃO PESSOA – PB

2021

THATIANE CRISTINA PONCIANO DOS SANTOS

**A EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO POPULAR NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA: RESGATE HISTÓRICO E PERFIL ATUAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de mestre.

Linha de Pesquisa: Avaliação e Financiamento da Educação Superior.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Targino Moreira

JOÃO PESSOA – PB

2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237e Santos, Thatiane Cristina Ponciano dos.

A extensão em educação popular na Universidade Federal da Paraíba : resgate histórico e perfil atual / Thatiane Cristina Ponciano dos Santos. - João Pessoa, 2021.

149 f. : il.

Orientação: Ivan Targino Moreira.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Extensão universitária - UFPB. 2. Educação popular.
I. Moreira, Ivan Targino. II. Título.

UFPB/BC

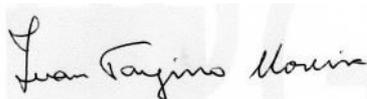
CDU 37.018(043)

**A EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO POPULAR NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA: RESGATE HISTÓRICO E PERFIL ATUAL**

THATIANE CRISTINA PONCIANO DOS SANTOS

Aprovado em: 30/08/2021.

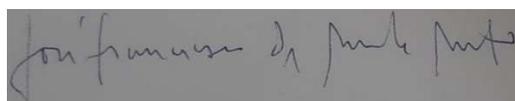
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Ivan Targino Moreira
Orientador (UFPB)



Prof^ª. Dr^ª. Maria da Salete Barboza de Farias
Membro Interno (UFPB)



Prof. Dr. José Francisco de Melo Neto
Membro Externo (UFPB)

“Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.” (Paulo Freire)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me capacitar todos os dias. Obrigada Pai pelos momentos de glória, mas também pelos momentos difíceis que me fortalecem e me fazem ver o Deus que age em minha vida.

Agradecimento especial à minha mãe, por seu amor incondicional, por todo seu cuidado comigo e com minha filha que por inúmeras vezes deixei aos seus cuidados, por todo o companheirismo, por nunca me deixar só e sempre me apoiar. Ao meu pai, por estar ao meu lado, me apoiando e me incentivando em todas as decisões que preciso tomar. À minha irmã, que é minha calmaria, por todo seu incentivo, sua ajuda em tudo que preciso, e suas palavras de encorajamento que tem o dom de me fortalecer.

Agradeço à minha pequena Júlia, que mesmo sem entender meus momentos de ausência, me enche de amor e carinho. Filha você é a minha vontade de crescer sempre, é tudo por você. Ao meu esposo, por trilhar junto comigo os meus sonhos, me apoiar nas decisões da vida e me amparar nos momentos de aflição.

Gratidão aos meus amigos que vibraram em todas as etapas, desde a aprovação e ingresso no programa à conclusão do mestrado, por ouvir as minhas angústias, aconselharem e encorajarem a nunca desistir. Aos meus amigos do MPPGAV, por todo o processo que partilhamos juntos nessa caminhada, nos momentos de alegria e nas dificuldades.

Meus sinceros agradecimentos a minha amiga Alyne Benevides, que o mestrado me proporcionou, por sua amizade, incentivo e por compartilharmos tantos momentos juntas em todo o processo da escrita, e ao meu orientador prof. Ivan Targino Moreira, vocês foram de fundamental importância para a conclusão dessa dissertação, sem o apoio e incentivo de vocês, eu não teria conseguido.

Agradeço ao professor Dailton Lacerda, que desde a primeira seleção que participei me apoiou e me incentivou a não desistir, por seus sábios conselhos, por sempre me estender a mão quando precisei. Ao meu amigo Marconi Amorim que esteve presente em cada dificuldade encontrada no caminho dessa pesquisa, buscando me auxiliar no que fosse preciso. E a Suely Porfírio da Proex, que mesmo com muitas dificuldades de encontrar material, não mediu esforços para tentar me ajudar na coleta de dados.

À todos que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização dessa pesquisa. Gratidão á todos por tornar essa conquista possível.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Biografia de Paulo Freire	35
Figura 2. Distribuição dos setores da PROEX	53
Figura 3. Exemplo de filtro com Edital nº 01/2019 - Probex 2019 e área temática Comunicação.....	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Lista dos entrevistados para coleta de dados	20
Quadro 2 - Resoluções da Extensão Universitária	46
Quadro 3 - Assessores de Extensão que compõem o Comitê Assessor, por unidade.	54
Quadro 4 - Projetos de extensão em educação popular (1995, 1996 e 1999).....	63
Quadro 5 - Projetos de extensão em educação popular (2007 a 2009).....	77
Quadro 6 - Projetos de extensão em educação popular (2010 a 2016).....	85
Quadro 7 - Quantidade de Projetos de Extensão por edital em 2019.....	116
Quadro 8 - Projetos de Extensão em Educação Popular no Edital N° 01/2019 - Probex	117
Quadro 9 - Projetos de Extensão em Educação Popular no Edital n° 02/2019 Fluex. ...	124
Quadro 10 - Projetos de Extensão em Educação Popular no Edital n° 03/2019 UFPB no seu Município.....	125
Quadro 11 - Distribuição dos projetos de extensão popular por unidade proponente..	127

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACC Associação Artístico Cultural de Cabedelo
Aduf - Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba
AMCO – Aprendizagem Móvel no Canteiro de Obras
Anepop - Articulação Nacional de Extensão Popular
Bandex – Banco de Dados de Extensão
CAC – Comitê de Arte e Cultura
Caex - Comitê Assessor da Extensão
CBA – Comitê Brasileiro pela Anistia
CBiotec - Centro de Biotecnologia
CCA - Centro de Ciências Agrárias
CCAE - Centro de Ciências Aplicadas e Educação
CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza
CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CCHSA - Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias
CCJ - Centro de Ciências Jurídicas
CCJS – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais
CCM - Centro de Ciências Médicas
CCS - Centro de Ciências da Saúde
CCSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CCTA - Centro de Comunicação, Turismo e Artes
CE - Centro de Educação
Cear - Centro de Energias Alternativas Renováveis
Ceplar - Campanha de Educação Popular da Paraíba
Cerest - Centro de Referência Regional em Saúde do Trabalhador
CFP – Centro de Formação de Professores
CFT - Centro de Formação de Tecnólogos
CH – Centro de Humanidades
CI - Centro de Informática
Cipro - Centro Popular de Documentação e Informação Utilitária do Baixo Róger
CMAE - Comissão de Monitoramento e Avaliação da Extensão
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Codae - Coordenação de Atividade de Extensão
Coep - Coordenação de Educação Popular
Coex - Coordenação de Extensão Cultural
Comu- Comitê de Políticas para Mulheres

Consepe – Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
Copac - Coordenação de Programas e Ação Comunitária
CPC - Centros Populares de Cultura
CPD - Casa Pequeno Davi
CT - Centro de Tecnologia
CTDR - Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional
Crutac - Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária
DCE - Diretório Central dos Estudantes
Depes - Departamento de Política do Ensino Superior
Ecosol – Economia Solidária
Enec - Estágio Nacional de Extensão em Comunidades
Enex - Encontros de Extensão da UFPB
Fluex - Fluxo Contínuo de Extensão
Forproex - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras
Funape - Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão
Gmap - Grupo de Medicina Alternativa da Paraíba
GT - Grupo Técnico de Avaliação
GTs – Grupos de Trabalho
HU – Hospital Universitário
IES - Instituições de Ensino Superior
Ifes - Instituições Federais de Ensino Superior
Incubes - Incubadora de Empreendimentos Solidários
Ipes - Instituições Públicas de Ensino Superior
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
Logepa - Laboratório e Oficina de Geografia da Paraíba
MCP - Movimento de Cultura Popular
MEB - Movimento de Educação de Base
MEC - Ministério de Educação e Cultura
MFA - Movimento Feminista pela Anistia
MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MTL – Movimento Terra Livre
NAC - Núcleo de Atuação Comunitária
NAC - Núcleo de Arte Contemporânea
Narf - Núcleo de Artesanato Rural Feminino

NDIHR - Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional
NEPHF - Núcleo de Estudos e Pesquisas Homeopáticas e Fitoterápicas
Nesc – Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva
Neud - Núcleo de Estudos em Urgências e Desastres
Nieti - Núcleo Integrado de Estudos e Pesquisas da Terceira Idade
NTU - Núcleo de Teatro Universitário
Nudoc - Núcleo de Documentação Cinematográfica
Nuplar - Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular
Nuppo - Núcleo de Pesquisa e Documentação da Cultura Popular
Observacult - Observatório de Políticas Culturais
Pepasf - Educação Popular e a Atenção à Saúde da Família
PNE - Plano Nacional de Educação
Piac - Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária
Prac - Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários
Probex - Programa de Bolsas de Extensão
Proex - Pró-Reitoria de Extensão
Proext - Programa de Extensão Universitária
Proexte - Programa de Fomento à Extensão Universitária
Renex - Rede Nacional de Extensão
Seampo - Serviço de Assessoria aos Movimentos Sociais e Populares
Sedup - Serviço de Educação Popular
SESu - Secretaria de Educação Superior
Siex - Sistema Nacional de Informações de Extensão
SIG - Sistema Integrado de Gestão
Sigaa - Sistema Integrado de Gestão e Atividades Acadêmicas
Sigproj - Sistema de Informação e Gestão de Projetos
Sinaes - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINTESPB - Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Superior da Paraíba
Sintricom - Sindicato da Construção Civil
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande
UFPB - Universidade Federal da Paraíba
UNB - Universidade de Brasília
UNE - União Nacional dos Estudantes
Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1 JUSTIFICATIVA	17
1.2 PROBLEMA DA PESQUISA	18
1.3 OBJETIVOS	18
1.3.1 Objetivo geral	18
1.3.2 Objetivos Específicos.....	18
1.4 METODOLOGIA	19
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO	21
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO POPULAR ...22	
2.1 Aspectos Históricos da Extensão Universitária no Brasil	22
2.2 A Extensão Universitária a partir do Forproex	27
2.3 Extensão em Educação Popular	34
3. A HISTÓRIA DA EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO POPULAR NA UFPB44	
3.1 Extensão Universitária na UFPB	44
3.2 Organização da Pró-Reitoria de Extensão	52
3.3 Perspectiva Histórica da Extensão em Educação Popular na UFPB	58
3.3.1 Projetos de Extensão em Educação Popular dos anos 1990.....	62
3.3.2 Projetos de Extensão em Educação Popular dos anos 2000.....	76
3.3.3 Projetos de Extensão em Educação Popular de 2010 a 2016	84
3.3.4 Análise das Entrevistas.....	99
4 O PERFIL ATUAL DA EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO POPULAR NA UFPB .. 115	
4.1 Descrição Metodológica	115
4.2 Mapeamento dos Projetos de Extensão em Educação Popular do ano de 2019 117	
4.3 Resultados e Discussão	127
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS	134
APÊNDICE I	145
ANEXO I	146
ANEXO II	147

RESUMO

A Universidade Federal da Paraíba, em reconhecimento da missão de contribuir de forma crítica para o desenvolvimento da perspectiva teórico-metodológica da Educação Popular em práticas de Extensão, cria a Coordenação de Educação Popular vinculada à Pró-Reitoria de Extensão. Na busca de contribuir com o alcance dos objetivos dessa unidade, a presente pesquisa abordou a temática Extensão em Educação Popular na Universidade Federal da Paraíba, tendo como objetivo principal resgatar o histórico da extensão em educação popular na UFPB e traçar o perfil atual desse segmento da extensão de modo a contribuir para ações futuras de apoio a essas iniciativas. O estudo objetivou fundamentar importantes aspectos da extensão universitária e suas transformações ao longo dos anos, destacando a participação do Forproex como ator principal na institucionalização da extensão universitária no Brasil. O trabalho explorou autores que dialogam sobre a temática da educação popular, com seus métodos e princípios. A presente pesquisa foi desenvolvida com metodologia exploratória descritiva de abordagem qualitativa e utilizou, como instrumento de coleta de dados, a entrevista semiestruturada e levantamento de informações em documentos sobre a extensão na UFPB. Após discutir a temática extensão e educação popular, a pesquisa fez um levantamento através de documentos e legislações sobre a institucionalização da extensão na UFPB. Em seguida, mapeou projetos de extensão em educação popular nos anais dos encontros de extensão da UFPB entre 1994 e 2016 com o objetivo de resgatar a perspectiva histórica desse segmento. Foram utilizadas como instrumento de coleta de dados, entrevistas semiestruturada destinadas a coordenadores de projetos expressivos dos anos 1990. O instrumento proporcionou complementar a pesquisa documental, trouxe elementos importantes do processo histórico, como também peculiaridades dos projetos que a pesquisa documental não alcançou. Para traçar o perfil foi realizado um mapeamento dos projetos de extensão em educação popular do ano de 2019 pelo sistema SIGAA no módulo extensão.

Palavras-chave: UFPB; Extensão Universitária; Educação Popular.

ABSTRACT

The Federal University of Paraíba, in recognition of the mission of contributing critically to the development of the theoretical-methodological perspective of Popular Education in Extension practices, creates the Coordination of Popular Education linked to the Pro-Rectorate of Extension. In order to contribute to the achievement of the objectives of that unit, this research addressed the theme Extension in Popular Education at the Federal University of Paraíba, with the main aim of rescuing the history of extension in popular education at UFPB and describe the current profile of that segment of the extension in order to contribute to future actions in support of these initiatives. Specifically, the study aimed at supporting important aspects of university extension and its transformations over the years, highlighting the participation of Forproex as the main actor in the institutionalization of university extension in Brazil. The study explored authors who dialogue on the theme of popular education, with its methods and principles. This research was developed with descriptive exploratory methodology of qualitative approach and used the semi-structured interview and survey of information in documents about the extension at UFPB as instruments of data collection. After discussing the theme of extension and popular education, the research carried out a survey through documents and legislation on the institutionalization of extension at UFPB. Next, it mapped extension projects in popular education in the annals of the UFPB extension meetings between 1994 and 2016 in order to recover the historical perspective of that segment. As an instrument of data collection, semi-structured interviews were used with coordinators of significant projects from the 1990s. The instrument provided a complement to the documentary research, providing important elements of the historical process, as well as peculiarities of the projects that the documentary research did not reach. To draw a profile, a mapping of extension projects in popular education for the year 2019 was carried out by the SIGAA system in the extension module.

Keywords: UFPB; University Extension; Popular Education.

1. INTRODUÇÃO

A extensão universitária é uma das três dimensões que compõem a Universidade, formando junto ao ensino e à pesquisa sua tríade basilar. É consenso que essas três dimensões são indissociáveis, complementares e fundamentais. Inferimos daí sua importância para a manutenção de uma instituição que carrega em seu cerne a pretensão de aliar a produção do saber à responsabilidade social.

Um dos principais objetivos da extensão universitária é transpor os muros institucionais e possibilitar a troca de saberes entre a academia e a sociedade. Por vezes, a universidade é quem transpõe esses muros e vai até à comunidade externa com a intenção de estabelecer processos democráticos de construção de saberes. Em outros momentos, a comunidade externa adentra esses muros em busca de formas institucionalizadas de aprendizagens.

Um marco importante para a institucionalização e conceituação da extensão universitária foi a realização, em 1987, na Universidade de Brasília – UNB, do I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, que resultou na criação do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, hoje denominado Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Esse conceito foi reelaborado pelo Fórum, no documento Política Nacional de Extensão Universitária (2006), como segue: “A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.” (FORPROEX, 2006, p.28)

De acordo com Targino (1998), essa visão do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, é consolidada no artigo 207 da Constituição Federal quando afirma que: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.”

Santos Junior, refletindo sobre a extensão universitária, destaca que ela também é produtora de conhecimento, mas diferentemente da atividade de pesquisa, o conhecimento gerado pela extensão resulta de uma relação dialógica entre os sujeitos, como segue:

No nosso entendimento, a extensão universitária é produtora de um conhecimento resultante das experiências nas quais os sujeitos se revezam nos papéis de autores e coautores de autonomia e interdependência e, quando são construídas numa relação dialógica, outros conhecimentos nascem a

partir do entrelaçamento de visões de mundo semelhantes ou diferentes. (SANTOS JÚNIOR, 2013, p. 299-230)

A extensão universitária é, portanto, uma parte relevante da IES responsável pela relação universidade e sociedade. Daí, a importância do Forproex em articular, nos Encontros e Congressos da Extensão Universitária, a comunidade universitária com experiências inovadoras nos diversos campos, buscando transformar e dar um sentido maior ao compromisso social.

Na mesma direção, tem surgido um movimento nacional nas Universidades Brasileiras: a Articulação Nacional de Extensão Popular (Anepop), que vem com a proposta de pautar junto com as Pró-Reitorias um tipo diferente de fazer extensão, que envolve atores como estudantes, professores, comunidades e movimentos sociais em ações de extensão norteadas pelos princípios teórico-metodológicos da Educação Popular.

Antes de conceituar extensão em educação popular, convém definir o que se entende por educação popular. É importante frisar um conceito do campo de estudo dessa pesquisa, através de uma análise bibliográfica desse tema. Podemos destacar que Brandão (2006) identificou quatro conotações para o conceito de educação popular:

Assim, procuro explorar pelo menos quatro diferentes sentidos da educação popular: 1) como a educação da comunidade primitiva anterior à divisão social do saber; 2) como a educação do ensino público; 3) como educação das classes populares; 4) como a educação da sociedade igualitária. (BRANDÃO, 2006, p.5)

Nessa mesma direção, Maciel (2011) enquadra, historicamente, Educação Popular em três concepções. A primeira é definida como educação de jovens e adultos, a segunda é a educação popular acontecendo fora do espaço escolar e a terceira concepção dá-se em educação popular acontecendo dentro e fora do espaço escolar. Ainda no entendimento de Maciel (2011), educação popular tem seu fundamento baseado na *pedagogia freireana*¹ que defende o conhecimento como porta de entrada para vencer o modelo capitalista e mecanicista existente em nosso país, permitindo-nos a observação da realidade que vivemos e trazer novas propostas para a mudança social.

A partir da compreensão de educação popular enunciada por Brandão (2006) e, em certo sentido, considerada por Maciel (2011), neste trabalho, consideramos que a extensão em educação popular compreende três dimensões: como ações voltadas para melhoria da

¹ Para uma visão mais aprofundada sobre a pedagogia freireana, veja os textos de Freire (1979; 1984), Brandão (1984), Paiva (1984), Pereira e Pereira (2010) e Ledezma e Bazán (2005)

educação do ensino público; como atividades focadas na educação das classes populares; e como ações que objetivam a educação da sociedade igualitária.

Melo Neto (2015) completa que educação popular é um modelo de educação conduzido por uma pedagogia de interação das pessoas e da troca dos saberes, que tem como seu elemento fundamental o diálogo. Ela vive em constante mudança e construção de novas formas de se relacionar buscando o bem social. Afirma que o conhecimento produzido deve partir da realidade neste processo de educação e que a partir da dimensão dessa realidade é possível enxergar as questões a serem levantadas, bem como os possíveis problemas e soluções.

Neste sentido, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) tem necessidade de promover uma efetiva e contínua interação entre a universidade e a sociedade, principalmente no Estado da Paraíba, através da Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (Prac), que recentemente atualizou o nome para Pró-reitoria de Extensão (Proex).

A Proex é a unidade da gestão responsável pelas políticas públicas de extensão na UFPB. Suas funções socioinstitucionais integram a administração de ações, projetos e programas intrinsicamente ligados com as áreas do conhecimento e as unidades de gestão acadêmica que dialogam com as demandas sociais. Articula-se externamente com o Fórum Estadual e o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas de Educação Superior Brasileiras, compactuando com as ações nos eixos temáticos estabelecidos no Plano Nacional de Extensão. Sua estrutura é composta por três coordenações: Copac (Coordenação de Programas e Ação Comunitária); Coex (Coordenação de Extensão Cultural); e Coep (Coordenação de Educação Popular).

A Coordenação de Educação Popular (Coep), foi criada através da Resolução nº 25/2013, considerando:

A necessidade de se promover uma efetiva, contínua e eficaz interação entre esta Universidade e os setores populares, nacional e, principalmente do estado da Paraíba; CONSIDERANDO a importância da educação popular como meio de promover a melhoria da qualidade de vida da população; CONSIDERANDO a importância de dotar a Universidade de um setor, com vinculação à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, que trate especificamente de políticas públicas de educação popular. (RESOLUÇÃO nº 25/2013/UFPB/CONSUNI).

A Coep foi constituída com o intuito de contribuir no campo extensionista do recorte da educação popular, com o objetivo de articular uma visão mais consciente sobre a realidade social e suas transformações, construindo pontes de novas práticas sociais. Na metodologia da

educação popular, busca consolidar esse eixo como elemento fundamental para a construção de uma sociedade mais humanizada, marcada pelo diálogo, cooperação e solidariedade, fortalecendo as relações coletivamente. Constituem os objetivos da Coep:

I - Promover a Educação Popular como elemento impulsionador da reflexão crítica sobre a realidade social de comunidades e movimentos populares, na construção de caminhos criativos para a constituição de novas práticas sociais, sejam aquelas protagonizadas no campo popular ou no âmbito dos serviços públicos; II - Desenvolver a perspectiva da Educação Popular na Extensão como elemento teórico-metodológico norteador de novas práticas extensionistas, reflexões no campo acadêmico da pesquisa e estratégias de ensino.

E para atingir seus objetivos gerais, a Coep tem que percorrer caminhos que levem ao êxito de suas atividades, destacando o objetivo específico da resolução, que motivou a realização dessa pesquisa.

IV - Sistematizar experiências, metodologias e práticas de Educação Popular em Extensão, na perspectiva da produção do conhecimento e do aprimoramento da comunicação entre os atores das diversas práticas e ações neste campo;

1.1 JUSTIFICATIVA

Inseridos neste espaço da gestão pública, percebemos que para além do desenvolvimento de projetos que compactuam com a educação popular, a coordenação tem em seu cerne um papel muito significativo na comunidade acadêmica e que pode contribuir para o fortalecimento dessas ações, desde que barreiras sejam ultrapassadas. Considerando a importância de ter um setor que paute e articule políticas públicas no campo da Educação Popular, necessário se faz estudar formas que possam contribuir para que essa unidade possa atingir seus objetivos com êxito.

No cotidiano, ressaltamos dentre as dificuldades encontradas, as analisadas nessa dissertação. A primeira delas é a dificuldade de encontrar um histórico de extensão em educação popular ao longo da trajetória da instituição, tanto na coordenação como na própria Pró-Reitoria de Extensão. Isso dificulta o diálogo entre chefia superior, chefia imediata, técnicos administrativos e bolsistas da unidade. A segunda barreira está na forma de sistematizar as ações de extensão que utilizam a metodologia de educação popular na UFPB, visto que no sistema atual de registros, o SIGAA (Sistema Integrado de Gestão e Atividades Acadêmicas), o módulo da Extensão não filtra as ações que se utilizam da educação popular de forma direta. Essa lacuna na sistematização acarreta interferências no constante

acompanhamento dessas ações, fazendo com que recorramos a processos manuais para obter informações.

Dessa maneira, percebemos uma grande dificuldade de colocar em prática a construção de um plano de desenvolvimento permanente que fortaleça essas ações de Educação Popular dentro da instituição. As dificuldades apresentadas interferem no diálogo com a equipe interna e na comunicação com os diversos centros que compõem a UFPB. Parte-se da premissa de que para se estabelecer avanços é necessário ter acesso à memória institucional, pois é através dela que se fortalecem as bases das trocas de informações e de acompanhamento. Uma vez fortalecidas as bases, é possível entender o cenário atual e construir ações futuras. O presente estudo tem como foco relatar a extensão em educação popular na UFPB através do resgate histórico e buscar elementos do contexto atual que possam contribuir para ações futuras.

1.2 PROBLEMA DA PESQUISA

Face aos argumentos acima apresentados, surgem os seguintes questionamentos: Em que medida se propõem avanços, sem um histórico efetivo da extensão em educação popular? De que forma as ações de extensão em educação popular podem ser sistematizadas?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Resgatar o histórico da extensão em educação popular na UFPB e levantar dados atuais que possam estabelecer o perfil desse segmento da extensão na Instituição.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Discutir e aprofundar o conceito de extensão em educação popular;
- Investigar a história da extensão em educação popular na UFPB;
- Mapear os projetos de extensão em educação popular do ano de 2019;
- Traçar o perfil atual da extensão em educação popular na UFPB.

1.4 METODOLOGIA

Esta pesquisa enquadra-se como um estudo exploratório e descritivo de análise qualitativa, articulando a pesquisa bibliográfica, a documental e a direta. Gil (2008) afirma que pesquisa exploratória tem como objetivo aproximar uma visão geral em torno de um fato e a forma descritiva consiste em analisar os registros já conhecidos com intenção de proporcionar nova visão sobre uma realidade já afirmada, por meio de coleta de dados.

Já Godoy (1995) ressalta que a pesquisa descritiva busca compreender o fenômeno como um todo a partir das perspectivas dos participantes, considerando todos os pontos de vistas importantes. Minayo (1994, p. 21-22) define a pesquisa qualitativa como aquela proposta que “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”.

A pesquisa tem como lócus de investigação o campus I da UFPB. Para alcançar o primeiro objetivo específico foi feito um levantamento bibliográfico, visando apresentar o “estado das artes” sobre a extensão em educação popular. Para tanto foram pesquisados documentos, artigos, livros que abordam a questão, com destaque para os documentos do Forproex e da Anepop.

Sobre a institucionalização da extensão universitária na UFPB, foram investigados documentos e legislações de extensão em educação popular no âmbito da universidade. Para identificar os principais projetos na história da extensão em educação popular foi feito um levantamento com base nos anais dos encontros de extensão, realizados em 1995, 1996, 1999 em formato impresso e de 2007 a 2016 em formato digital. O acesso aos projetos dos anos de 2009 a 2011 só estavam disponíveis para baixar os arquivos. Os anais dos encontros dos anos 1994, 1997, 1998, 2000 a 2006 não estavam disponíveis seja no formato impresso, seja no digital².

Para uma investigação mais aprofundada com a finalidade de resgatar o histórico da extensão em educação popular, foram realizadas, como instrumento de coleta, entrevistas semiestruturadas com extensionistas protagonistas de ações que utilizavam como eixo teórico-metodológico a educação popular (veja apêndice I), sobretudo os dos anos 1990, período pós constituinte, onde as universidades voltam a realizar uma extensão crítica e emancipatória.

² Convém lembrar a dificuldade de realizar a pesquisa documental resultante da reforma em curso na Biblioteca Central que limitou o acesso ao seu acervo.

Quadro 1 - Lista dos entrevistados nesta pesquisa para coleta de dados

Função	Nome do Entrevistado	Projeto
Coordenador	Emmanuel Fernandes Falcão	Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária
Coordenador	Timothy Denis Ireland	Projeto Escola Zé Peão
Coordenadora	Rinalda Araújo Guerra de Oliveira	Plantas Medicinais como Instrumento Didático nas Escolas Básicas
Coordenadora	Maria de Nazaré Tavares Zenaide	Universidade, Educação Popular e Direitos Humanos
Coordenador	Fernando Antonio Abath Luna Cardoso Cananéa	Arte e Cultura Catarina

Fonte: elaboração própria, 2021.

As entrevistas foram gravadas, transcritas na íntegra, e sujeitas a análise de conteúdo. Entende-se por análise de conteúdo "um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens" (BARDIN, 2009, p. 44)

Para análise de dados foram escolhidas sete categorias que correspondessem as especificações dos projetos. Baseados no roteiro de entrevistas, chegamos às seguintes categorias: Concepção de educação popular; Motivação/Demandas; Participação dos atores envolvidos; Locais de atuação; Ações desenvolvidas; Apoios recebidos; Registro das ações. Foi utilizado o software Maxqda Brasil, para a análise qualitativa das entrevistas.

Para traçar o perfil atual da extensão em educação popular na UFPB, foi feito o levantamento dos projetos de extensão em educação popular do ano de 2019 através do SIGAA no módulo extensão. O tipo de ação de extensão denominado como "projetos" foi escolhido por essa modalidade, atualmente, ser a única que disputa bolsas para discentes através dos editais internos: edital 01/2019 PROBEX 2019 e 03/2019 UFPB no seu Município, e conseqüentemente tem maior abrangência em relação às outras modalidades, mas também foi campo de investigação o Edital 02/2019 Flux 2019 que não oferta bolsas de extensão. Neste sentido, o mapeamento auxiliou-nos a mensurar um quantitativo de projetos que utilizam a metodologia de educação popular concluídos em 2019 e traçar o perfil desse segmento na instituição.

Quanto aos procedimentos éticos necessários para pesquisas com seres humanos, essa pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da

Universidade Federal da Paraíba (Anexo II) e foi apresentado aos entrevistados o TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e estão devidamente assinados.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

A dissertação foi desenvolvida com objetivo de responder os questionamentos levantados. Para isso está dividida da seguinte forma:

A primeira parte da pesquisa, destina-se à introdução que traz a relevância do tema. Contempla a justificativa, motivação e o problema da pesquisa, os objetivos gerais e específicos. Na introdução também é destacada a metodologia da pesquisa, fazendo relação com cada objetivo específico e reservando como tópico final, as conclusões do trabalho.

O segundo capítulo contempla o primeiro objetivo específico da pesquisa. Contextualiza a extensão universitária em educação popular de forma geral, no primeiro momento aborda importantes aspectos históricos da extensão universitária, seguindo a ordem cronológica. No segundo momento, o capítulo refere-se a relevantes marcos da extensão, a partir do Forproex. E o terceiro momento, descreve a extensão em educação popular no Brasil, contemplando as diferentes abordagens de educação popular, o método Paulo Freire e o conceito de extensão popular.

O terceiro capítulo debruça-se sobre o resgate histórico da extensão em educação popular na UFPB, através da análise de documentos e entrevistas semiestruturadas, com o objetivo de responder o primeiro problema da pesquisa e contempla o segundo objetivo específico.

O quarto capítulo, em um primeiro momento, busca mapear projetos de extensão em educação popular através do SIGAA com o intuito de traçar o perfil desse segmento na instituição, contemplando o terceiro e quarto objetivos específicos e respondendo o segundo questionamento da pesquisa. No final do trabalho estão as considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO POPULAR

Este capítulo aborda inicialmente aspectos históricos importantes da extensão universitária no Brasil. Pontua a extensão desde as primeiras décadas do século XX, passando pelo período populista, ditatorial e o período que alguns autores chamam de abertura política, quando começam a emergir movimentos de lutas por uma extensão crítica.

O segundo momento deste capítulo aborda os principais marcos da extensão universitária a partir do Forproex, período que engloba o pré e pós constituinte. Em seguida, destaca os avanços da extensão universitária em diálogo com autores que abordam essa temática e por meio dos documentos disponíveis no site do Fórum. O último tópico se debruça sobre a extensão em educação popular, primeiramente situa a educação popular, contempla os diferentes conceitos dessa temática, aborda o método de alfabetização criado por Paulo Freire e traz o conceito de extensão popular, que através desse movimento surge a Articulação Nacional de Extensão Popular – Anepop.

2.1 Aspectos Históricos da Extensão Universitária no Brasil

A história das Universidades no Brasil é marcada por grande retardo na sua implantação. Somente após a chegada da corte portuguesa, foi que o ensino superior brasileiro teve seu marco inicial, através de escolas que tinham como objetivo, formar profissionais liberais nas áreas de direito, engenharia e medicina para servir aos interesses da burocracia estatal e ao poder militar do Estado. Deste modo, afirma-se que a cultura política de ensino profissionalizante no Brasil foi voltada para atender as necessidades do estado e da corte. (SANTOS; CERQUEIRA, 2009)

Embora haja quem defenda que os colégios jesuíticos ao ministrarem os cursos de filosofia e teologia se equiparavam ao ensino universitário da época (CUNHA, 2007), somente em 1920, surge a Universidade do Rio de Janeiro, a primeira no Brasil, com a junção das três faculdades: politécnica, medicina e direito. Costa e Rouber (2009) afirmam que, por volta da década de 1930, inicia-se um aumento de políticas públicas voltadas para o fortalecimento do ensino com o surgimento de novas instituições públicas e privadas. E, neste período, também ocorre um aumento das manifestações sociais, exigindo que todos deveriam ter acesso ao ensino de forma gratuita, igualitária e sem distinção.

Abordaremos a extensão universitária, trazendo as primeiras iniciativas que desenham a extensão no Brasil que são influenciadas pela Carta de Córdoba (1918). Melo Neto (2002) afirma que:

...na América Latina, a extensão universitária esteve voltada, inicialmente, para os movimentos sociais. Merece destaque o Movimento de Córdoba, de 1918. Nesse movimento, os estudantes argentinos enfatizam, pela primeira vez, a relação entre universidade e sociedade. A materialização dessa relação ocorreria através das propostas de extensão universitária que possibilitassem a divulgação da cultura a ser conhecida pelas “classes populares” (MELO NETO, 2002, p.8-9)

Nesta perspectiva em levar conhecimento às classes populares, é instituída a primeira Universidade Popular no Brasil (1911 – 1917). A Universidade Livre de São Paulo, foi a instituição que definiu as atividades pioneiras em extensão universitária no Brasil, através dos cursos populares. Conforme Cunha (2007) afirma nesse trecho:

A existência da Universidade Popular coloca a Universidade de São Paulo como a primeira instituição de ensino superior no Brasil a desenvolver atividades de extensão. Sem constituir uma unidade com corpos docente e discente próprios, ela promovia conferências semanais (provavelmente nas noites de segunda-feira), gratuitas, abertas a quem quisesse. Os cursos eram sobre os mais variados assuntos [...]. Numa época em que as lutas de classes explodiam em greves e repressões policiais, não se entendia por que a Universidade Popular era infelizmente ainda mal compreendida ou, talvez, ignorada pelas classes populares a que ela se destina. (CUNHA, 2007, p. 182;183).

Para Jezine (2006), só em 1926 com a criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa que a extensão é consolidada na perspectiva rural, baseada no modelo americano dos *Land Grant Colleges*. A autora menciona no texto sobre a primeira experiência do meio rural denominada “A Semana do Fazendeiro”.

O período compreendido de 1930 a 1945, a chamada Era Vargas, é marcado por acontecimentos que interferem na educação superior, tais como o processo de industrialização que está ligado ao processo de reformulação educacional. Neste período, iniciam-se as discussões acerca do acesso e reestruturação do ensino superior, com o movimento estudantil atuando em suas reivindicações em prol das lutas populares. É também neste período que o Ministério de Educação e Cultura (MEC) é criado, e compreende Educação em geral. (WOLTER, 2016)

Na Era de Vargas, as políticas educacionais opostas deram ênfase a todo processo de transformação no ensino superior dessa época: de um lado, a política educacional chamada liberal, implementada por Fernando de Azevedo, através da reforma do ensino no Distrito Federal e, de outro lado, a política educacional autoritária que teve suas origens no governo de Arthur Bernardes. Entre 1930 e 1935 estavam em disputa as duas políticas educacionais, efervescendo conflitos entre setores das camadas médias, classes dominantes, classes trabalhadoras e Estado, e como resultado gerou a inserção da repressão radicalizada sobre ideias liberais, tornando a política autoritária a norteadora da política educacional a ser construída nesses moldes a partir de 1937. (CUNHA, 2007)

O primeiro marco legal da Extensão Universitária consta no Decreto Nº 19.851/31. Serrano (2013) afirma que o decreto mencionado regulamenta o “Estatuto das Universidades Brasileiras” e destaca a extensão nos seguintes artigos:

Art.35 - f) cursos de extensão universitária, destinados a prolongar, em benefício coletivo, a atividade técnica e científica dos institutos universitários. Art. 42. A extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outras organizados pelos diversos institutos da Universidade, com prévia autorização do Conselho Universitário. § 1º Os cursos e conferências, de que trata este artigo, destinam-se principalmente à difusão de conhecimento úteis à vida individual ou coletiva, à solução de problemas sociais ou à propagação de idéias e princípios que salvaguadem os altos interesses nacionais. § 2º Estes cursos e conferências poderão ser realizados por qualquer instituto universitário em outros institutos de ensino técnico ou superior, de ensino secundário ou primário ou em condições que os façam acessíveis ao grande público Art. 109. A extensão universitária destina-se à difusão de conhecimentos, filosóficos, artísticos, literários e científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo. § 1º De acordo com os fins acima referidos, a extensão universitária será realizada por meio de cursos intra e extra-universitários, de conferências de propaganda e ainda de demonstrações práticas que se façam indicadas. (SERRANO, 2013, p.7).

A Extensão Universitária até então aqui compreendida, tinha função de prestação de serviços para a comunidade, conduzida pelos estudantes com o propósito de minimizar as reivindicações populares associando a sua formação profissional. “Considerava-se que através do treinamento universitário em serviço e do desenvolvimento de ações que possibilitassem o exercício da prática profissional se teria melhor formação profissional.” (JEZINE, 2006, p.150)

É importante destacar a relevância do movimento estudantil que teve forte engajamento pelas questões sociais, principalmente reafirmando seu compromisso com as classes populares e contribuindo com uma extensão de carácter inclusivo. Esse movimento se

institucionaliza em 1937 com a criação da União Nacional dos Estudantes – UNE que intensificou as pautas em relação às práticas de extensão. A partir daí, as experiências foram difundidas através da extensão, das mais variadas formas, mesmo com carências de institucionalização. Conforme Melo Neto (2002) afirma:

A concepção de extensão do movimento estudantil foi sendo divulgada pelas mais diferentes formas em todo o país, através do Teatro da UNE, dos Centros de Debates, Clubes de Estudo, Fóruns, Campanhas para a Criação de Bibliotecas nos Bairros, Agremiações Desportivas das Populações Pobres e, até Educação Política, com debates públicos, quando a temática era de interesse dos trabalhadores (MELO NETO, 2002, p.4).

Segundo Fleuri (1988; 2004), é entre 1960 e 1963 que se intensificam os movimentos populares em oposição à educação elitista existentes nas universidades. Atores como intelectuais, artistas e como protagonistas os estudantes, se unem em busca de uma educação inclusiva, mais humanizada. Dentre as iniciativas o autor destaca as seguintes:

- I Seminário Nacional da Reforma Universitária, Salvador – Resultou na Declaração da Bahia;
- II Seminário Nacional da Reforma Universitária, Curitiba – Resultou na publicação da Carta do Paraná;
- Centros Populares de Cultura (CPC) – Objetivo de implantar uma cultura nacional;
- Movimento de Educação de Base (MEB) – Propagação da educação através do rádio e responsável por desenvolver o projeto animação popular que é destinado à educação de base para camponeses das áreas subdesenvolvidas do país, no processo de desenvolvimento de construção do saber popular e local;
- Movimento de Cultura Popular (MCP) – Educação com base na cultura local;
- Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” – Promoção da educação de adultos através da sua cultura;
- Campanha “De pé no chão também se aprende uma profissão” – Organização de cursos profissionalizantes.

Nota-se, neste período, que as campanhas de alfabetização se intensificam em busca de cidadania. O índice de analfabetismo nessa época era alto. Em meio a esse contexto de lutas e debates sobre uma educação menos elitista, em defesa da escola pública e que aproxime a sociedade da universidade, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -

LDB n. 4.024/61 é aprovada, mais em relação à extensão universitária ignorou sua finalidade, resumindo-a na modalidade de cursos. Para Paula (2013):

A Campanha de Defesa da Escola Pública é coetânea do grande movimento pela alfabetização que, centrado no Método Paulo Freire, se desdobrou em importante instrumento de conscientização e mobilização política e social, juntando várias instituições como governos municipais e estaduais, o governo federal, por meio do MEC, a Igreja Católica, por meio da CNBB, a UNE, por meio do CPC e a Universidade (PAULA, 2013, p.17).

A partir de 1964, instaurou-se no país um regime coercitivo e autoritário e todo esse movimento estudantil em razão da inclusão das classes populares ao acesso à educação pública é barrado pelos militares no poder. No entendimento de Kochhann (2017), neste período, emergiram ações do poder público que colocou a extensão universitária à disposição da política econômica desenvolvimentista, sem se preocupar com as demandas levantadas pelo movimento estudantil.

Ainda no tocante à extensão universitária, Melo Neto (2002) destaca duas iniciativas de extensão, que foram criadas no governo militar, o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (Crutac) e o Projeto Rondon.

Para o autor, estas ações tinham o objetivo de conter os estudantes e suas reivindicações. Uma forma também de demonstrar a falsa impressão que o governo agia de forma sistêmica e organizada para com as demandas sociais. Corroborando, Jezine (2006) compartilha do mesmo entendimento e acrescenta que, no projeto Rondon, a participação dos estudantes dava-se nos meses das férias, o que configura como projeto de cunho assistencial e “que não solucionava o problema da pobreza no país, além de implicar alguns custos para pouco tempo de trabalho” (JEZINE, 2006, p.152).

Vale destacar que a reforma universitária, resultado de muita discussão do movimento estudantil, é aprovada pela Lei 5.540/1968 durante o regime ditatorial. No tocante à extensão, a Lei reafirma o caráter assistencialista da extensão, colocando-a como função da universidade que presta serviço à comunidade através dos seus estudantes.

A partir de 1970, enfrentando a ditadura, surgem novas alianças de classes na busca de um país mais justo, e se unem em favor de suas lutas. São os movimentos operários, sindicais, urbanos e rurais (PAULA, 2013). O autor menciona a extensão universitária neste período:

É no contexto desse repertório ampliado e complexificado de sujeitos e direitos, que a extensão universitária será chamada a atuar, sem descuidar as pautas tradicionais da extensão. Também amplificadas foram, nesse contexto, que é o da expansão e aprofundamento do grande capital no Brasil,

as demandas pela extensão universitária como instrumento de transferência de tecnologia e prestação de serviço (PAULA, 2013, p. 19).

Jezine (2006) aponta que diante da necessidade de mudanças no sentido que a extensão universitária vinha percorrendo, foi criada a Coordenação de Atividade de Extensão (Codae) em 1974 que instituiu o Plano de Trabalho de Extensão Universitária. Este plano veio qualificar a extensão de modo que as experiências e práticas dialogassem nacionalmente.

Nesse diálogo com os diferentes autores, em destaque breve, analisando os principais fatos da trajetória histórica da extensão universitária, é possível perceber inicialmente que a extensão é delineada através das ofertas de cursos às classes ditas como populares. Em um segundo momento ela surge em forma de prestação de serviços no campo, no terceiro momento se configura de forma assistencial para as classes menos favorecidas. Entretanto vem se ressignificando, conduzida pelos movimentos de lutas em busca por direitos e cidadania. Nesse sentido, caminha para uma extensão crítica e que reflita em uma sociedade democrática.

2.2 A Extensão Universitária a partir do Forproex

A década de 80 no Brasil é marcada por diversos movimentos populares, sindicais e identitários. Nesse contexto, toda aquela extensão realizada antes da ditadura, volta a se inserir na luta por uma sociedade menos desigual. Jezine (2006) explica que os debates em torno de uma política de reestruturação das universidades se intensificam nesse período.

Santos (2004) acrescenta que a universidade começa a enfrentar no final do Século XX uma crise de hegemonia, de legitimidade e, portanto, institucional. Esta crise aprofundou-se nos últimos anos, provocada pela pouca aplicação de políticas públicas voltadas para o seu fortalecimento, donde a diminuição do patrimônio e escassez de recursos. O autor nos leva a pensar sobre o papel da Universidade hoje. Sua função e origem nos inquietam e nos levam a construir um modelo voltado para a democratização do ensino superior, incluindo as pessoas e seus saberes.

A partir dessas inquietações no sentido democratizante, houve o incremento dos debates e encontros que levaram as universidades em busca da institucionalização da extensão, e dessa vez, na tentativa de uma nova concepção, uma extensão de caráter não assistencialista que resultou na criação do Forproex - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das

Universidades Públicas Brasileiras no ano de 1987. O objetivo da criação do fórum é ressignificar o dinamismo da extensão, articular políticas públicas próprias da extensão no contexto da educação superior brasileira.

No primeiro encontro, foi debatida a sua institucionalização, incluindo a extensão de forma integrada ao ensino e à pesquisa. Destacava-se a necessidade de financiamento de caráter permanente, bem como a necessidade de se precisar o conceito de extensão de modo a entendê-la como um elemento fundamental para o diálogo entre a universidade e a sociedade. Nesse sentido, o Fórum estabeleceu a seguinte conceituação:

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica que encontrará na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo reestabelece a troca de saberes sistematizado, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação da comunidade na atuação da universidade. Além de instrumentalizada deste processo dialético de teoria/prática, extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integradora social (NOGUEIRA, 2000, p.11).

Como marco regulatório, a Constituição Federal Brasileira de 1988 reitera a indissociabilidade que consta no conceito de extensão definido pelo Fórum. O artigo 207 reza que: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

A partir do primeiro encontro, ficou estabelecido que seriam realizados encontros anuais, com objetivo de avançar na luta por uma universidade transformadora através da extensão que dialoga com a sociedade. E com base nos relatórios finais deliberados pelo Fórum Nacional ao final de cada encontro, é possível identificar alguns avanços na extensão universitária nos encontros que ocorreram entre 1987 e 1994, dentre eles constam:

- Conceituação da Extensão Universitária;
- Definição do que precisa ser transformado para que a extensão dialogue com a realidade social, como exemplo, o conceito de sala de aula que não se limita ao espaço físico;

- Debates em torno de conflitos existentes nas universidades brasileiras, de extensão que ainda tem caráter assistencialista e comércio de serviços;
- Defesa de maior institucionalização como forma de aumentar a troca de experiências institucionais;
- A interdisciplinaridade de programas e projetos como peça fundamental na atuação da extensão;
- Reivindicação junto ao MEC, sobre a institucionalização da extensão dentro do órgão, que viabilize verbas próprias e um setor específico;
- Comprometimento da extensão com problemas sociais em geral, demandando um esforço contínuo na diminuição da taxa de analfabetismo no Brasil;
- Desafios na metodologia da extensão, pois essa expressa o caráter ideológico das universidades;
- Debates sobre o planejamento orçamentário, enfatizando equidade entre ensino, pesquisa e extensão, observando a necessidade de cada área;
- Início da discussão sobre avaliação da extensão na conjuntura da autonomia universitária: definição de conceito, impactos e aplicações;
- Indicação da necessidade de construção de um banco de dados de extensão em rede nacional, pela carência de sistematização;
- Define que as Pró-Reitorias devem fomentar programas que visem enfrentar problemas de exclusão social;
- Destaca a extensão voltada para o exercício da cidadania.

Nogueira et al. (2006) completam que entre os anos de 1993 e 1994, a articulação entre Fórum Nacional e o Ministério da educação começa a surtir efeitos, através do Departamento de Política do Ensino Superior (DEPES), sob a coordenação da Professora Maria José Ribeiro, situado na Secretaria de Educação Superior (SESU). Nesse período, foi criada a Comissão Nacional de Extensão Universitária³ que tinha como finalidade desenvolver processos que definiriam as políticas de extensão com seus objetivos, concepções e normas.

³ A Comissão de Extensão Universitária foi criada através da portaria n. 265 de 1º de agosto de 1994, assinada pelo Professor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, secretário da SESU. A Comissão era integrada pelos seguintes professores e professoras: Ricardo Vieira Alves de Castro (UERJ), Adelino Antônio da Silva Ribeiro (Universidade do Amazonas), Maria da Paz Araújo Cardoso (UFPA), Ivan Targino Moreira (UFPA), Maria Tereza Louza de Fonseca (UFG), Klinger Marcos Barbosa Alves (UFES), Tânia Maria Babich (UFPR), Maria José Vieira Péres (DEPES/SESU) e Paulo Roberto da Silva (DEPES/SESU). (Veja Anexo III)

A Comissão Nacional de Extensão Universitária teve papel importante no tocante ao financiamento da extensão. De forma articulada e estimulada pela Professora Maria José Vieira Péres, ocorreu a criação do Programa de Fomento à Extensão Universitária (Proexte), o primeiro programa de recursos financeiros destinados exclusivamente à extensão teve curta duração e se encerra em 1995. Além da criação do Proexte, o Depes criou o Prolicen e fortaleceu o Pibic, iniciativas que tinham como marca maior a construção da indissociabilidade entre os três pilares da universidade: extensão, pesquisa e ensino. Esse era um dos critérios para aprovação dos projetos tanto do Proexte quanto do Prolicen.

Com o início do governo FHC, houve um retrocesso nos esforços realizados durante o Governo Itamar Franco. Esse retrocesso começou com a substituição do Prof. Rodolfo Luz na Sesu pela professora Eunice Durham, cujas posições a respeito das universidades públicas (GOLDENBERG e DURHAM, 1993) desencadearam uma forte reação dos reitores das Universidade Federais contra a sua nomeação. Em virtude dessa reação, a Professora Eunice Durham é substituída pelo Professor Décio Leal Zagotis. Após a sua posse, há uma reunião da Comissão de Extensão Universitária com o dirigente da Sesu que, de acordo com depoimento do Prof. Ivan Targino, expõe o seu entendimento sobre extensão como sendo os serviços prestados à sociedade e que precisam ser remunerados para contribuir com o financiamento das universidades públicas. Essa posição está expressa em artigo publicado no segundo número dos Cadernos de Extensão Universitária de 1995. Posicionamento consistente com as propostas do então ministro Paulo Renato de Sousa⁴ que defendia a aplicação das propostas do Banco Mundial, expressas no documento “Higher education: lessons of experience” de 1994 (WORLD BANK, 1994).

Durante esse período, as universidades públicas sofreram com a política de restrição que lhes foi imposta (CUNHA, 2003). De modo particular, essas restrições pesaram fortemente sobre a extensão. Dentre os retrocessos experimentados podem ser lembradas as seguintes medidas: a não continuidade da Comissão de Extensão Universitária, uma vez que não foi renovada a comissão instituída em 1994; a extinção do Proexte, primeiro programa de financiamento da extensão universitária brasileira; a retomada do Projeto Rondon por iniciativa da Professora Ruth Cardoso, desconsiderando as diversas ações do Fórum de Pró-Reitores de Extensão. Nessa mesma direção, tem-se o encaminhamento da discussão sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que ficou com a relatoria do senador Darcy Ribeiro. Em 1996 é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que

⁴ Convém lembrar que Paulo Renato de Sousa era um dos diretores do Banco Mundial até a posse de Fernando Henrique Cardoso em 1995.

praticamente não repercute muito no tocante à extensão⁵. Serrano (2013) faz a seguinte crítica:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, não avança muito sobre o conceito e a forma, e apresenta a Extensão Universitária como mecanismo de acessibilidade ao conhecimento gerado nas instituições na forma de cursos, ou seja, uma via de mão única de disseminação do conhecimento. A normatização da educação superior não tem conseguido trazer para o institucional o processo pedagógico que está em construção pela vertente da Extensão Universitária (SERRANO, 2013, p. 11).

Não obstante os entraves impostos pelo governo federal, o Forproex, nos anos seguintes, continuou a sua luta pelo avanço da extensão. Esse esforço resultou em avanços significativos, saindo mais do campo teórico dos debates e se materializando em suas ações. Podemos destacar avanços como:

- A implementação de um plano a ser seguido por todas as universidades, possibilitando diretrizes em uniformidade dessas ações nas instituições;
- Criação do Sistema de Dados para garantir o registro e acompanhamento das ações;
- Implantação de créditos na grade curricular destinado a extensão;
- Institucionalização de programa de financiamento;
- Avaliação da extensão.

No ano de 1998, no XIV Encontro do Fórum, foi discutida a proposta do Plano Nacional de Extensão que, segundo Miguens Jr e Celeste (2014), só foi disponibilizado pelo Fórum no final do ano 2000, trazendo consigo a instrumentalização da extensão e o aprimoramento do seu conceito. É fundamental destacar para essa pesquisa, de acordo com o documento da Coleção Extensão Universitária Vol. 1, os objetivos e metas, as áreas temáticas que os planos regionais e institucionais passaram a observar: 1 Comunicação; 2 Cultura; 3 Direitos Humanos; 4 Educação; 5 Meio ambiente; 6 Saúde; 7 Tecnologia; 8 Trabalho (FORPROEX, 2001, p.51).

É importante ressaltar que o Plano tem sua significância na história da extensão, porém, foi construído numa conjuntura política não muito favorável ao ensino superior

⁵ Convém lembrar que a atuação do senador Darcy Ribeiro na relatoria dessa lei, incorporando as sugestões procedentes do MEC, caminhou em sentido contrário à sua luta histórica por uma universidade autônoma e socialmente integrada tão bem expressa na sua obra “A universidade necessária” (RIBEIRO, 1975).

público, contando com a participação do MEC, mas não com engajamento suficiente que o levasse para uma dimensão política de estado, portanto não avançando neste sentido.

Em consonância com os debates relacionados à sistematização da extensão em unidade nacional, é criado o Sistema Nacional de Informações de Extensão (Siex/Brasil). O Sistema foi desenvolvido pela Universidade de Minas Gerais (UFMG) e apresentado ao Fórum Nacional em 1998. No ano seguinte, o Fórum cria a Rede Nacional de Extensão (Renex) com propósito de coordenar o banco de dados e publicizar as demandas da extensão universitária das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES).

No quesito avaliação, as discussões no Fórum Nacional vêm sendo pautadas desde os primeiros encontros, na construção de parâmetros que possam compor a avaliação da extensão. Não vem sendo uma tarefa fácil para as Ifes. A extensão é dinâmica e varia de acordo com as peculiaridades de cada instituição, de modo que um processo de avaliação de caráter nacional deve levar em consideração as necessidades e prioridades de cada uma das regiões.

O fato é, que para extensão universitária contribuir com a relação universidade e sociedade é preciso ser avaliada. Nogueira et al. (2013) explicam que no XV encontro do Fórum Nacional, “foi criado o Grupo Técnico de Avaliação (GT) com o objetivo de construir uma proposta de avaliação da extensão universitária”. Este grupo desenvolve um documento que consta cinco dimensões a serem consideradas no processo de avaliação das instituições. As dimensões “política de gestão, infraestrutura, relação IPES/sociedade, plano acadêmico e produção acadêmica”. (NOGUEIRA et al., 2013)

Apesar dos retrocessos da política extensionista verificados no Governo FHC, deve-se reconhecer que no Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010, aprovado pela Lei n. 10.172 tenha havido alguns avanços, em grande parte devidos à atuação do Forproex. Entre esses aspectos positivos pode ser destacada a destinação de 10% dos créditos da graduação às atividades de extensão. A extensão aqui avança no sentido de alcançar, mesmo que com percentual baixo, os discentes pela grade curricular, contribuindo para sua formação profissional. Vale lembrar que algumas universidades, a exemplo da UFPB desde 1993, já vinham adotando medidas semelhantes.

Durante os Governos Lula e Dilma, há uma mudança substancial no tocante às políticas de extensão universitária. Dentre as mudanças ocorridas, podem ser lembradas:

- a) A retomada da política de financiamento governamental para a extensão universitária com a recriação em 2003 do Programa de Extensão Universitária (ProExt). O Programa foi institucionalizado em 2008 pelo Decreto nº 6.495 de 30 de junho de 2008, com editais publicados até 2016. O programa tinha o objetivo de fomentar ações que promovessem a inclusão social e a interação universidade-sociedade através da extensão universitária. A coordenação do Programa ficava sob responsabilidade do MEC.
- b) A publicação de editais de financiamento da extensão órgãos de fomento como Finep, Capes e CNPq, que anteriormente estavam restritos ao financiamento da pesquisa. Essa medida era consoante com o artigo 207 da Constituição Federal que estabelece o princípio da indissociabilidade entre as três atividades fim da universidade brasileira.
- c) A inclusão da extensão nos processos de avaliação das universidades. Em 2004, foi criado o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), pelo Ministério da Educação com a função de avaliar as instituições, os cursos e os discentes. Segundo a pesquisa realizada por Serrano (2012), o sistema de avaliação em relação à extensão universitária não inclui os indicadores elaborados pelo documento do GT, encaminha a missão para as IES criarem seu próprio processo de autoavaliação, considerando a avaliação externa.

Com o golpe de 2016, vivencia-se mais uma vez um retrocesso nas políticas extensionistas. As restrições impostas pela PEC 55, a chamada PEC do fim do mundo, são extremamente graves para as políticas públicas, particularmente para as políticas de educação e de saúde (VIEIRA et al., 2018). Como consequência, tem-se a queda do orçamento das IES e, em razão disso as restrições tanto do ProExt, quanto das bolsas de extensão.

Percebe-se pelo que foi exposto até o momento que o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão é de fato um ator social relevante na luta pela institucionalização e valorização da extensão. Em sua trajetória, ele trabalha por avanços no campo da extensão universitária de forma efetiva e permanente em consonância com as transformações da sociedade. Daí tem-se a atenção continuada do Fórum em relação à extensão. Assim é que, passados mais de dez anos da criação do Plano Nacional de Extensão que norteia e estabelece princípios e metas, o Fórum viu a necessidade de mudanças e apresentou o documento Política Nacional de

Extensão Universitária no ano de 2012. O respectivo documento traz um conceito reformulado da extensão definida como:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p.15).

Estabelece, igualmente, as seguintes Diretrizes que devem nortear a execução das ações de extensão: Interação Dialógica; Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; Impacto na Formação do Estudante; e Impacto e Transformação Social (FORPROEX, 2012, p. 16).

O Fórum vem atuando progressivamente após a implantação da Política Nacional de Extensão. Continua pontuando nos encontros anuais novas questões a serem debatidas na busca de articulação junto aos outros atores da educação superior e junto aos órgãos federais competentes. Dentre as pautas destacadas nos relatórios finais, a extensão vem na luta para conquistar mais espaço, pautando na discussão assuntos como incorporação curricular definitiva, financiamento permanente, avaliação e política de internacionalização. Esses são aspectos recorrentes na atuação do Forproex nos últimos 10 anos.

Nessa dialética que envolve a extensão universitária, que faz parte do ensino superior público e gratuito, é possível perceber que vivemos as consequências de uma educação tardia, e quando implantada, serviu de imediato para atender as demandas decorrentes das necessidades das elites. Para as classes menos favorecidas, tem-se a cultura de uma educação voltada para a exploração do trabalho e mecanicista.

Vimos que a extensão se situa num campo de lutas, e passa por diferentes concepções e se recria em determinadas fases políticas. Assim, do caráter assistencialista a extensão caminha no sentido da emancipação, do saber que dialoga com as diferenças e reflete, faz a crítica e constrói novos caminhos. É nessa trajetória de continua recriação que a extensão em educação popular iniciou seus primeiros passos, envolvendo a cultura e a arte como elementos emancipatórios em busca de cidadania como será visto a seguir.

2.3 Extensão em Educação Popular

As primeiras experiências de Educação Popular vão ocorrer na extensão, onde são realizadas ações com a sociedade. Como já explanado anteriormente, na década de 60, emergiram variadas demandas sociais, que tiveram como protagonistas dessas lutas, os estudantes. O entusiasmo dos estudantes se deu por diversos fatores da época, foi um período que expressou a liberdade política em defesa dos direitos do povo, outro fator que contribuiu para esse processo é que o Brasil passava por um ciclo de grande desenvolvimento, em especial no crescimento das indústrias (AZEVEDO, 2010).

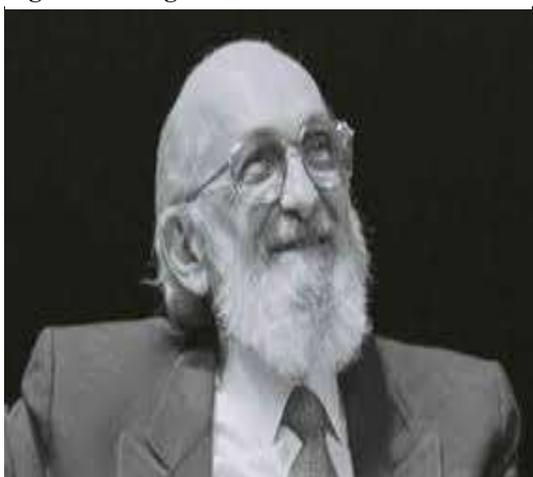
A UNE, representante do movimento estudantil, se juntou aos movimentos populares que se expandiram nos primeiros anos da década de 60, os de campanha de educação de base e de alfabetização de adultos através da cultura popular. “Os *movimentos de cultura popular* partem do princípio de que o trabalho de transformar e significar o mundo é o mesmo que transforma e significa o homem e a mulher”. (BRANDÃO e FAGUNDES, 2016, p. 95).

Em referência ao método utilizado nessas experiências populares, Fleuri contempla:

É nesse contexto do Movimento de Cultura Popular que se desenvolve o método Paulo Freire. A proposta elaborada pela equipe do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife, suscita interesse por parte de estudantes paulistas, que começam a aplica-la em Osasco (SP), e por parte da Fundação Campanha de Educação Popular (CEPLAR) da Paraíba. Mas a primeira experiência extensiva com o método é realizada no Rio Grande do Norte, iniciando-se em Angicos, e depois, no bairro de Quintas, na Capital, com a perspectiva de se ampliar, a todo o território norte-riograndense. Entretanto, essas experiências, assim como a concretização do Plano Nacional de Alfabetização criado em 21 de janeiro de 1964 com base nelas, são truncadas logo em abril com o golpe militar. (FLEURI, 1988, p. 36)

É importante para essa pesquisa relatar uma breve biografia de Paulo Freire, uma vez que a raiz da Educação Popular no Brasil é norteada pelo método criado por ele. Educador que deixou muitas contribuições, não só pelo novo modelo de alfabetizar, mas pela forma incentivadora através da educação da superação dos limites. Baseado no texto publicado como título, Carta de Paulo Freire aos professores, temos:

Figura 1 - Biografia de Paulo Freire



Paulo Reglus Neves Freire, nasceu no ano de 1921, natural de Recife/PE. Aprendeu a ler em casa, aos 16 anos entrou no ginásio, aos 20 anos na faculdade de direito e depois filosofia de linguagem. Foi um dos fundadores do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife, a partir dessa experiência, surgiram os estudos que resultaram no novo método de alfabetização. A experiência que alfabetizou 300 trabalhadores em 45 dias no Rio Grande do Norte, foi a que levou a oportunidade de repensar esse método nacionalmente, foi interrompido pelo golpe militar. Na ditadura, Paulo Freire foi preso e depois exilado, passou a ser referência em outros países, como Chile. Ao voltar ao

Brasil em 1980, trabalhou como professor universitário e foi secretário da Educação da Prefeitura de São Paulo entre 1989 e 1991. É autor de vários livros como: Educação como prática da liberdade, 1967; Pedagogia do oprimido, 1970; Extensão ou comunicação, 1971; Pedagogia de autonomia, 1996, entre outros. Morre aos 76 anos, deixando um grande legado.

Após uma breve apresentação do filósofo e pensador Paulo Freire, é necessário falarmos sobre esse método criado por ele. Mas antes disso, vamos dialogar com autores como Brandão (1986); Freire (2014); Melo Neto (2015) e outros, sobre o que é educação popular e seus princípios.

No entendimento de Brandão (1986), os educadores ao fazer referência à educação popular, não se referem ao seu verdadeiro sentido de popular. O Brasil tem a cultura de um ensino restrito, nem todos têm acesso, mas em paralelo e fora das escolas, os povos excluídos aprendem os seus saberes através do exercício do seu trabalho. Então as lutas estendidas em busca da diminuição dos índices de analfabetismo, tornaram-se a bandeira da escola pública e gratuita e ofertada para todos.

O autor nos convida a refletir sobre os movimentos em favor da escola pública e do baixo índice de analfabetismo. Afirma que esses movimentos foram de iniciativas de pessoas sábias, instruídas do saber, podemos dizer educadores também e não do envolvimento do Estado com as classes populares e exemplifica:

Mas o que a memória erudita que escreve as histórias da educação no Brasil via de regra oculta com cuidado é que esses próprios “setores” viveram momentos importantes de história de sua própria educação. Não falo agora das redes familiares ou comunitárias de reprodução de um saber do povo. Não falo também dos incontáveis centros de ensino em confrarias de trabalho popular. Não falo sequer da participação de grupos de operários e camponeses em lutas locais junto a prefeitos e governadores de estados, pela educação de seus filhos. Falo da criação de escolas para filhos de operários, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, fundadas e mantidas por associações dos próprios operários. As escolas partidárias e as experiências de educação escolar entre militantes anarquistas e comunistas, operários de uma indústria emergente, muitos deles imigrantes europeus, são frações de um trabalho político de classe através da educação; através da escola, pensada como o local de formação de uma nova geração de proletários educados segundo os princípios ideológicos de seus grupos partidários de militância. (BRANDÃO, 1986, p. 31;32)

Para Brandão (1986), educação popular pode ser entendida como um processo em que o povo na luta por transformação social, precisa descobrir seu próprio saber, para deixar de ser sujeito subordinado e agir como um ser pensante, que tem seus valores e são capazes de

fazer críticas aos novos conhecimentos adquiridos e transformá-los, não só absorvê-los. E destaca:

Em suas formas mais consequentes, que hoje se recobrem de inúmeras iniciativas em todo o continente, a educação popular apenas gera um primeiro momento de passagem de uma educação para o povo a uma educação que o povo cria. Que ele produz ao transitar – não porque se educa entre educadores, mas porque inclui a educação popular no trabalho político que educa a ambos – de sujeito econômico a sujeito político, e ao se reapropriar – tanto tempo depois, tantas histórias depois – de uma educação para fazê-la ser, pouco a pouco, a sua educação: a educação através da qual ele não se veja apenas como um anônimo sujeito da cultura brasileira, mas como um sujeito coletivo da transformação da história e da cultura do país (BRANDÃO, 1986, p. 47).

Para Paulo Freire, antes de conceituar educação popular é preciso saber o sentido dela. Se ela surge na extensão, devemos refletir que tipo de extensão tem o recorte popular, o que a caracteriza como popular. Para Freire (2014), aquela extensão que tem por objetivo, depositar ou transferir algo, é claramente uma extensão automatizada, que não areja o conhecimento e se torna estática. A extensão deve ser dinâmica no sentido da palavra e do seu conceito. O autor afirma que educação precisa ser libertadora para educar e educar-se e completa:

...educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem — por isso sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais — em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (FREIRE, 2014, p. 16).

O conhecimento é movimento do homem, o homem é sujeito e todo sujeito é pensante, esta é a lógica da educação libertadora, que o conhecimento que chega seja refletido e transformado constantemente. Conhecer implica reelaborar. “O homem, como um ser de relações, desafiado pela natureza, a transforma com seu trabalho; e que o resultado desta transformação, que se separa do homem, constitui seu mundo” (FREIRE, 2014, p. 56).

Nessa obra de Paulo Freire, podemos concluir que extensão não é estática, que é um conhecimento que dialoga, e diálogo é comunicação. E confirma:

Comunicar é comunicar-se em torno do significado significante. Desta forma, na comunicação, não há sujeitos passivos. Os sujeitos cointencionados ao objeto de seu pensar comunicam seu conteúdo. O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo. ... A comunicação verdadeira não nos parece estar na exclusiva transferência ou transmissão do conhecimento de um sujeito a outro, mas em sua coparticipação no ato de

compreender a significação do significado. Esta é uma comunicação que se faz criticamente. (FREIRE, 2014, p. 58)

Educação Popular para chegar a alguma definição, compete refletir sobre o que é popular. Popular ao longo do tempo adquire variadas conotações, o termo engloba menos explicações e bastante complexidade. No entendimento de Melo Neto (2015), a educação popular se realiza no campo da cultura que é um campo que abarca outros conhecimentos, saberes, criações, inventos científicos e qualquer outro tipo de estudo que o ser humano é capaz de desenvolver e finaliza:

De modo geral, os produtores dessa diversidade estão fora da posse e da utilização dos saberes e conhecimentos gerados da produção cultural humana, da qual a educação faz parte. ... A educação voltada ao popular insere-se, dessa maneira, no marco da produção, podendo utilizar-se desses conhecimentos, em mais um elemento de socialização dos produtos culturais, destacando, assim, não só sua produção, como também a sua comercialização, elementos essenciais para a afirmação de identidade e de resistência cultural das classes populares. (MELO NETO, 2015)

Em conformidade com as concepções e experiências de educação popular caracterizadas nessa temática, Melo Neto (2015) afirma que é possível enxergar a educação popular como um sistema educativo, por possuir elementos que contemplam as ações educativas que têm princípios que pode formar um todo ou unidade. “Mesmo expressando uma unidade, contudo, é um sistema aberto que relaciona ambiente de aprendizagem e sociedade, a educação e o popular e vice-versa” (MELO NETO, 2015, p.75).

Brandão (1986), em sua obra, aponta caminhos para uma educação libertadora e humanizada:

- 1) a criação de uma nova hegemonia, o que significa um saber popular, no sentido de saber das classes populares que se constitua como base de um trabalho de acumulação de poder popular;
- 2) a cultura popular como ponto de partida, com um trabalho de revisão de seus componentes tradicionalmente “dominados” e em direção à produção de uma cultura orgânica de classe;
- 3) a progressiva participação do trabalho do educador no trânsito de sujeitos populares, de agentes econômicos para agentes políticos;
- 4) a descoberta e o aprimoramento de tipos de relações de prática pedagógica entre educadores e educandos, entre profissionais comprometidos com a “causa popular” e agentes educandos individuais (sujeitos populares) ou coletivos (movimentos populares). (BRANDÃO, 1986, p.48)

Pretende-se com a educação popular, mergulhados nos pensamentos e fundamentos de Freire, criar uma prática de educação, que humaniza, que se solidariza, em oposição à educação bancária, estática que só deposita conhecimento. Ecco (2013) afirma que são princípios de uma educação libertadora, os aspectos que contemplam a essência do ser humano, balizados por princípios humanísticos que podem ser pontuados como a amorosidade, reflexão, diálogo e tolerância e conclui:

...constata-se que a coerência, a reflexão, a simplicidade, a amorosidade, o diálogo, a convicção, a esperança, entre outras são virtudes necessárias ao educador na perspectiva de uma educação humanizadora; assim como, a solidariedade, a comunhão, a ética... são defesas enfáticas na pedagogia proposta por Paulo Freire ao referir-se à formação humana, à educação, pois educamo-nos um com o outro, em comum (ECCO, 2013, p. 11340)

Diante das exposições de pensamentos dos autores acima citados, pode-se concluir sucintamente, que educação popular surge no sentido de discutirmos os conhecimentos adquiridos, que possamos refletir e transformar uma realidade através do nosso próprio saber agregado a um novo saber. Educação popular está inserida no sentido oposto da educação elitista e dominadora.

É possível perceber que falando de educação popular, remete-se ao contexto da alfabetização de adultos, através das suas culturas. Carlos Brandão em sua obra chamada “O que é Método Paulo Freire”, explica como funciona o método que alfabetizou na década de 60, muitos trabalhadores em poucos dias. Sem regras, podendo inovar e se recriar dependendo de cada cultura e das circunstâncias, para o autor este experimento vai muito além de um método inovador, caracteriza uma nova forma de viver, de ver o mundo, das relações entre os homens através da educação.

Brandão (1984) começa explicando que o método é um processo que tem suas etapas, mas que a cada etapa ele se constrói educando. Para o autor a base do método é construída pelo diálogo entre o mediador e o educando, e que diferente da educação hegemônica, não se leva material pronto e definido. Enfatiza que nessa relação não existe hierarquia, é aprendendo que se ensina e ensinando que se aprende, numa relação de igualdade. Ele acredita que o saber se constrói coletivamente.

Entende-se como processos do método, e como parte inicial, se certificar se aquele grupo ou comunidade aceita o trabalho de alfabetização. Brandão (1984) destaca que nesse processo coletivo é fundamental que todo ele seja construído em conjunto com a comunidade. O autor chama o contato com a comunidade de círculo de cultura, que pode ser pensado,

fazendo uma analogia com a sala de aula. Sabendo que círculo significa não existir hierarquia do saber. E a cultura, por aprender dialogando e interagindo, juntos refletem e aprendem (BRANDÃO, 1984).

No círculo, o mediador é também chamado de animador pelo autor, provoca debates sobre o universo da cultura da comunidade através do que é dito. O animador segundo Brandão (1984) obtém as palavras mais usadas naquela população, que ele identifica como “palavras geradoras”. Estas palavras, por sua vez, geram temas de acordo com a cultura deles, é pelas palavras do cotidiano deles que são alfabetizados (BRANDÃO, 1984).

Até aqui, é perceptível que o método não representa só uma maneira de alfabetizar. O que está incluído neste processo nos convida a refletir que a maneira como as pessoas se relacionam nesse contexto pode gerar uma nova forma de educação, que podemos julgar como educação popular. É uma educação que pode se representar de variadas formas em diversos espaços. Ela pode ser uma educação de forma horizontal, não é uma educação que impõe conhecimento, respeita os saberes populares, as suas culturas, constrói o saber com eles e não para eles.

Em seus primeiros passos, a extensão horizontal, dialética e que valoriza os saberes e a cultura popular, foi interrompida pela conjuntura política de 1964. E a prática da extensão assistencialista, que tem visão vertical, volta a ser dominante. A partir da década de 90, após a constituinte, era preciso realizar uma extensão que de fato qualificasse o estado democrático, que há pouco tinha sido reconquistado. Daí surgem a extensão espalhada nos mais diversos movimentos sociais, populares, sindicais, agrários e outros. Cruz (2013) indaga:

Com o tempo, esses empreendimentos vão amadurecendo, à medida que aumenta o número de projetos e programas, ampliam-se os intercâmbios e aprimora-se a produção teórica e científica acerca do seu “que fazer”. Afinal, o que era mesmo essa Extensão com Educação Popular? (CRUZ, 2013, p. 23)

A partir dessas reflexões do que se deve fazer, debatidas em eventos nacionais como congressos de extensão universitária, os atores extensionistas começam a perceber que as experiências defendidas por eles não se encaixam nos moldes de outros tipos de extensão. A extensão apontada nas pesquisas do Prof. José Francisco de Melo Neto denomina-se “Extensão Popular” por possuir características próprias (CRUZ, 2013).

Para dar início a um conceito de extensão popular, é necessário entender para que finalidade ela atua. Essas experiências espalhadas são realizadas por pessoas que acreditam

em outro modelo de sociedade, uma sociedade menos desigual e mais justa. É exatamente a finalidade da extensão popular, vislumbrar a superação da sociedade na qual vivemos hoje.

Para Melo Neto (2014), vivemos numa sociedade capitalista, baseada nos princípios do liberalismo, e que com o avanço conceitual, hoje chamamos de neoliberalismo. Esse ideário, alimenta-se do individualismo, lucro acumulado e livre mercado, em outras palavras, os liberais apostam na livre iniciativa com menos intervenção do Estado para questões sociais. Esse grupo considera esses princípios como absolutos e únicos para assegurar a organização da vida humana e isto acaba sendo naturalizado pelas pessoas ao longo dos anos.

Os estudos de Melo Neto (2014) apontam que mesmo a sociedade mergulhada nesse ideário, pode-se caminhar com pessoas que acreditam que podem mudar essa realidade, por meio da educação. O autor identifica que o conceito de extensão pode ser baseado “no trabalho como centro de suas possibilidades teóricas e práticas” (MELO NETO, 2014, p. 39).

Ainda no entendimento de Melo Neto (2014), a produção do conhecimento deve ultrapassar a ideia da relação universidade e sociedade, não deve se limitar apenas a unir o saber científico com o saber popular, precisa gerar conhecimento útil partindo da realidade concreta. Dessa maneira o autor afirma que a extensão aqui referida, pode ser encarada como trabalho social.

Para chegar a um conceito de extensão universitária via trabalho social, o autor explica o que é extensão pela dimensão do trabalho:

Esta visão concebe a universidade como a responsável por um trabalho que possibilite o exercício da função de “ligar o ensino e a pesquisa com a realidade”, contribuindo, inclusive, com a reflexão das práticas acadêmicas de docentes e estudantes – uma extensão não alienante. (MELO NETO, 2014, p. 41)

Melo Neto (2014) afirma que o trabalho na sociedade capitalista se tornou mercadoria, e uma mercadoria cada vez mais precária e menos valorizada, onde quanto mais há o acúmulo de capital concentrado na minoria, diminui as condições de vida do trabalhador. O autor chama a atenção para a conscientização da força do trabalho a qual deve pertencer ao trabalhador, libertando-o do trabalho alienado. “A extensão como trabalho realiza-se como processo constituído através das relações sociais – trabalho social útil com uma determinada intencionalidade”. (MELO NETO, 2014, p. 45)

E define Extensão Popular como:

Trabalho social útil com a intencionalidade de transformação, direcionado aos setores sociais excluídos, a extensão popular realize-se no conjunto das tensões de seus participantes em ação e da realidade objetiva. Nesta perspectiva, a extensão popular contém uma metodologia de trabalho social que desenvolva uma visualização maior das contradições do modo de produção dominante, mesmo que os trabalhadores tenham pouca escolaridade e baixa qualificação, elementos promotores da exclusão, sobretudo nesses setores sociais. (MELO NETO, 2014, p. 48)

Segundo Cruz (2013), o número dessas experiências de extensão popular, que transforma a relação universidade e sociedade, aumentou de forma considerável e por conseguinte o movimento se fortalece nacionalmente. A Extensão Popular começa a se ampliar e a estimular novos atores sociais. Nesse movimento, surge a Articulação Nacional de Extensão Popular (Anepop).

A Anepop foi criada em 2005 para organizar a extensão de aspectos teóricos metodológicos de recorte popular. A motivação da criação desse movimento se deu pelas inquietações dos extensionistas populares não encontrarem espaço para debater seus questionamentos e suas ideias para traçar novos caminhos, tendo em vista que os encontros do Forproex se limitam na maioria das vezes aos pró-reitores, não contando com a presença dos estudantes e de poucos professores (CRUZ, 2013).

A articulação engaja-se contra essa cultura autoritária das universidades, enraizada com os “detentores do saber” e cada vez mais articula-se em busca de novos movimentos para aumentar essa rede de pessoas que buscam uma universidade democrática e participativa, assumindo uma postura ativa nos espaços de debates.

Na mesma perspectiva, após um extenso processo de debates em diversos espaços de diálogos, e envolvendo diferentes atores, o primeiro documento norteador para a realização de políticas públicas no eixo da educação popular, foi definido no 1º Seminário Nacional da Política de Educação Popular, intitulado como *Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas*, publicado em 2014.

Da experiência de alfabetização no Rio Grande do Norte, ao processo de redemocratização no país, e o período pós constituinte, acumulam-se vários coletivos, de diferentes setores que utilizam a pedagogia *freireana* como eixo norteador de suas ações. Esse Marco é um grande avanço na uniformização e identificação de ações desenvolvidas baseados nos princípios da educação popular, e tem como objetivo, ser espaço comum de reflexão e orientação para essas práticas.

O documento destaca os princípios basilares para elaboração de ações de educação popular nas políticas públicas, são eles:

I – Emancipação e poder popular; II - Participação popular nos espaços públicos; III – Equidade nas políticas públicas fundamentada na solidariedade, na amorosidade; IV – Conhecimento crítico e transformação da realidade; V – Avaliação e sistematização de saberes e práticas; VI – Justiça política, econômica e socioambiental. (BRASIL, SGPR, 2014, p. 49)

Ao concluir este capítulo, fica claro que a extensão universitária está sempre em construção, buscando seu espaço. Teve um impulso maior após a articulação do Forproex, mas continua travando disputas por implementação de novas políticas que alcancem a plenitude dos seus ideais. A extensão em educação popular é entendida por diferentes concepções, inicialmente ligadas a educação de jovens e adultos, mais que hoje abarca outras conotações como a extensão popular via trabalho social e educação popular presente cada vez mais em espaços formais, com perspectiva de política pública.

O capítulo seguinte se debruçará sobre a extensão em educação popular na Universidade Federal da Paraíba contemplando o segundo objetivo específico delimitado nesta pesquisa.

3. A HISTÓRIA DA EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO POPULAR NA UFPB

Neste capítulo, iremos abordar o resgate histórico da extensão em educação popular na UFPB, mas antes vamos descrever os principais pontos da trajetória da Extensão Universitária na instituição, em termos de institucionalização, publicização e sistematização. Em um segundo momento, a pesquisa busca mostrar como essa atividade está estruturada na universidade nos dias atuais. E, no último tópico, a pesquisa busca elementos da perspectiva histórica da extensão em educação popular através da análise documental e de entrevista semiestruturada com coordenadores de projetos considerados expressivos dos anos 1990.

3.1 Extensão Universitária na UFPB

A Universidade Federal da Paraíba foi criada no ano de 1955 com o nome de Universidade da Paraíba. O processo de federalização ocorreu após cinco anos, por meio da Lei nº 3. 835/1960. Inicialmente, a UFPB compreendia dois *campi situados em* João Pessoa e Campina Grande. Em 1968, a antiga Escola de Agronomia do Nordeste é incorporada à UFPB, sendo transformada em Centro de Ciências Agrárias em 1974, no contexto da reforma centrada de 1968. Em 1976, a Escola Agrícola Vidal de Negreiros, criada em 1913 na cidade de Bananeiras, foi transferida do Ministério da Agricultura para a UFPB, vindo a constituir o Centro de Formação de Tecnólogos, sendo renomeado em 2008 como Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias. Durante o dinâmico e inovador reitorado do Professor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, foram criados mais dois centros: o Centro de Formação de Professores em Cajazeiras e o Centro de Saúde e Tecnologia Rural em Patos. Desse modo, a UFPB experimentou uma composição multicampi, experiência pioneira entre as universidades federais brasileiras. Em 2002, com a criação da Universidade Federal de Campina Grande pela Lei nº 10.419/2002, ocorreu uma segregação de quatro *campi* da UFPB, ficando sob responsabilidade da UFCG os *campi* do sertão paraibano. No período que ocorreu uma aceleração na expansão da educação superior no Brasil, a UFPB criou mais um campus nos municípios de Mamanguape e Rio Tinto, localizados no Litoral Norte da Paraíba.

Atualmente a UFPB é composta por 16 centros de ensino, distribuídos da seguinte forma: O Campus I localizado em João Pessoa é formado pelos Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN); Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA); Centro de Ciências Médicas (CCM); Centro de Educação (CE); Centro de Ciências Sociais Aplicadas

(CCSA); Centro de Tecnologia (CT); Centro de Ciências da Saúde (CCS); Centro de Ciências Jurídicas (CCJ); Centro de Biotecnologia (CBiotec); Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA); Centro de Energias Alternativas Renováveis (CEAR); Centro de Informática (CI); Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR) – localizado na Unidade Lynaldo Cavalcanti/ Mangabeira. O Campus II está situado na cidade de Areia que compreende o Centro de Ciências Agrárias (CCA). O Campus III encontra-se em Bananeiras que congrega o Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA). E o Campus IV, nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto, com o Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE).

A UFPB é uma instituição que compreende ensino, pesquisa e extensão. A Extensão Universitária na UFPB, já acontecia através de cursos de extensão e recebe um novo estímulo com a criação do Departamento Cultural no ano 1962, com o objetivo de ativar a produção cultural e prestar assistência aos estudantes de poucos recursos financeiros. Em 1974, esse departamento ligado à Reitoria foi desativado e foi criada a Coordenação de Extensão Cultural – Coex que começou a funcionar na estrutura da Pró-Reitoria para assuntos Didáticos (FERREIRA,2006).

Posteriormente, essa coordenação foi incorporada à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – Prac, conforme Zenaide (2010) afirma:

Em 1976, na gestão Lynaldo Cavalcanti, a COEX ascende ao patamar de Pró-Reitoria de Extensão para Assuntos Comunitários, integrando núcleos de artes, teatro, cultura popular e arte contemporânea, além das coordenações (Extensão Cultural, Assistência e Promoção Estudantil, Ação Comunitária e Cursos e Programas de Extensão). (ZENAIDE 2010, p. 172)

Para Cananéa (2011) tem-se uma expectativa de caminhos que levem à institucionalização de uma política de extensão para a UFPB, após a aprovação da Resolução nº 09/1993, que deixa sob responsabilidade da Prac, coordenar ações de extensão que agora passam a ser mais abrangentes, não se limitando somente a cursos e prestação de serviços. Ações relacionadas à extensão, segundo o referido autor, eram realizadas sem controle e sem registro. “Isso ocasionava uma enorme lacuna quando se precisava levantar dados para os planos e programas da administração universitária, em seus vários níveis” (CANANÉA, 2011, p.116). Na Resolução n, 9/93 do Consepe, a extensão tem seu conceito definido:

A extensão é constituída, na UFPB, como um processo educativo, cultural, científico e tecnológico que articula o ensino e pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a

sociedade, podendo ser exercida em caráter eventual e permanente. (UFPB,1993)

Pela resolução 09/93/Consepe, fica estabelecida a criação do Comitê Assessor de Extensão, formado pelo Pró-Reitor e dois coordenadores de área, pelos assessores de extensão de cada centro de ensino, também por representante do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e representante do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Superior da Paraíba – Sintesp e por fim, três membros de setores organizados da sociedade civil (CANANÉA,2011).

A partir da Política de Extensão na UFPB regulamentada, outras resoluções foram aprovadas, gerando um fortalecimento desse segmento na instituição. No **Quadro 2** estão destacadas algumas resoluções importantes no processo de regulamentação da extensão na Universidade Federal da Paraíba.

Quadro 2. Resoluções da Extensão Universitária

Período	Resolução	Norma
1993	09/1993/CONSEPE	Regulamenta as atividades de Extensão da UFPB.
1994	01/1994/CE	Regulamenta as atividades de Extensão no Centro de Educação.
1995	01/1995/CCHLA	Regulamenta as atividades de Extensão no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.
1997	76/1997/CONSEPE	Fixa normas para o Programa Institucional de Bolsas de Extensão da UFPB – Probox.
1998	01/1998/CCSA	Regulamenta as atividades de Extensão no Centro de Ciências Sociais Aplicadas.
1999	55/1999/CONSEPE	Institui o Sistema de Registro das Atividades de Extensão e Transferência de Informações – Bandex.
2004	35/2004/CONSEPE	Cria o Núcleo de Estudos e Ações em Urgências e Desastres, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários.
2013	25/2013/CO	Cria a Coordenação de Educação Popular (Coep), vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – Prac
2014	16/2014/CO	Cria o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular, vinculado à Coordenação de Educação Popular – Coep.
2014	61/2014/CONSEPE	Altera a Resolução 09/1993 do Consepe, que regulamenta as atividades de Extensão da UFPB.
2018	25/2018/CO	Dispões sobre a criação e a regulamentação do Comitê de Arte e Cultura, órgão assessor da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – Prac.
2018	26/2018/CO	Dispõe sobre a criação e a regulamentação do Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres na UFPB (CoMu), órgão assessor da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – Prac.
2019	25/2019/CO	Atualiza o nome da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários para Pró-Reitoria de Extensão.

Fonte: UFPB, 2021.

Ao estabelecer diretrizes da extensão universitária na UFPB, observam-se diversas iniciativas criadas pela Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários em ação conjunta com o Comitê Assessor. Dentre essas iniciativas, tem-se o Programa de Bolsas de Extensão – Probex, criado em 1993 e normatizado através da Resolução 76/1997 do Consepe. O Probex é um impulsionador relevante para a extensão da UFPB. A cada ano vem contribuindo de forma efetiva e sistematizada para ações de extensão, contando com a participação dos discentes, docentes e técnicos administrativos, até os dias atuais. Conforme afirmam os artigos 2º e 3º da Resolução são objetivos do programa:

Art. 2º - Incentivar a participação de alunos, servidores técnicos e professores nas atividades de extensão da UFPB, contribuindo para o seu fortalecimento. Art. 3º - Estimular o desenvolvimento da criatividade na busca de soluções frente ao confronto do saber científico com o saber popular, aprimorando o processo formativo de profissionais enquanto cidadãos. (UFPB,1997)

Convém lembrar que, à época, a UFPB era a única universidade federal do Nordeste que mantinha um programa de bolsa para os projetos de extensão. As bolsas eram concedidas de acordo com os projetos aprovados pelo Comitê Assessor. O Probex distribuía 200 bolsas financiadas com recursos do próprio orçamento da Instituição. O programa de bolsas, estimulou não somente alunos bolsistas, mas também a participação de voluntários, fazendo com que a cada ano aumentassem a quantidade de projetos e o número de alunos envolvidos. Como estímulo aos alunos voluntários, eles podiam solicitar à coordenação de seus respectivos cursos a equivalência a uma disciplina optativa, de acordo com o estabelecido pelo Resolução 09/93. (UFPB,1996)

Outras iniciativas foram implantadas nesse período. No reitorado de Neroaldo Pontes de Azevedo (1992 -1996), ocorreu um expressivo avanço no apoio e na difusão das atividades de extensão desenvolvidas na UFPB. Destacam-se entre essas atividades:

- A “Série Extensão” foi criada em 1994 pela Pró-Reitoria (PRAC), como meio de registro e divulgação das experiências e resultados das atividades de extensão da UFPB. A publicação da Série contou com o apoio da Editora Universitária; foram 28 documentos publicados entre 1994 e 2012.
- A Revista Extensão da UFPB teve seu primeiro exemplar publicado em junho de 1996 e tinha como objetivo disseminar trabalhos que ajudavam a fomentar a extensão

universitária, tais como artigos, ensaios, reflexões e projetos de extensão. A revista tinha periodicidade quadrimestral, contendo registro ISSN 1414-6495.

- Publicação de um boletim mensal, informando todos os eventos de extensão programados para o mês. As informações eram coletadas pelos assessores de extensão e a sua editoração e publicação ficavam sob a responsabilidade da Coex.
- Criação do banco de dados da extensão (Bandex), numa tentativa de alimentar e guardar a memória da extensão universitária. O Bandex ficou sob a responsabilidade da Coordenação de Programas de Extensão (Coprex), sendo posteriormente regulamentado pela Resolução 55/1999 do Consepe.
- Publicação do “Catálogo de Serviços” da UFPB, detalhando os serviços que os laboratórios da universidade tinham capacidade de prestar ao setor produtivo, ao setor governamental, às organizações não governamentais e aos movimentos sociais. O objetivo do Catálogo era estabelecer um canal de comunicação entre a UFPB e esses diferentes segmentos da sociedade paraibana.
- Realização de encontro anual da extensão, onde os projetos aprovados pelo Probex tinham participação obrigatória como forma de divulgar as suas atividades, bem como de estabelecer comunicação entre os projetos e os seus integrantes. O encontro também estava aberto a projetos não contemplados com bolsa. Os resumos de todos os trabalhos apresentados eram publicados no livro de resumos. A Prac estimulava os Centros a também realizarem o seu encontro, inclusive como forma de preparação para o encontro geral.
- Para fortalecer as relações com o poder local, foi criada a Coordenação de Programas de Intercâmbio com os Municípios (Coprím), tendo em vista fortalecer a integração da Universidade com as administrações municipais. Para tanto elegeu-se a celebração de convênios entre a UFPB e as prefeituras como o mecanismo principal de viabilização desse intercâmbio.
- No contexto do Programa de Avaliação Institucional da Universidade Brasileira (Paiub), a UFPB instalou o seu processo de avaliação interna. Ficou sob a responsabilidade da Prac a realização da avaliação do segmento da extensão

universitária. Assim, foram realizadas reuniões em todos os sete campi tendo em vista organizar comissões locais de avaliação.

- Estímulo e apoio às atividades de extensão dos Núcleos integrantes da estrutura da Pró-Reitoria⁶. Dentre as principais ações nessa direção podem ser apontadas: a) realização do Festival de Teatro Estudantil e do Curso de Teatro Infantil pelo NTU; b) dinamização do Balé Popular, com apresentação de um espetáculo anual; estabelecimento do Prêmio Novos Autores, com realização anual e a publicação em livro impresso dos ganhadores nas diversas modalidades; produção do Salão de Humor Universitário; transcrição e publicação do Projeto Contos Populares⁷, sendo publicados os contos coletados nos municípios de Patos e Santa Helena; produção de um CD do Coral Universitário com a obra Requiem do Maestro Eli Eri Moura; todas essas atividades realizadas pelo Nuppo/Coex; c) no NAC, foram realizadas exposições de obras de artistas paraibanos, com visitas guiadas de escolas públicas e oficinas de litogravuras abertas para artistas plásticos e para escolas; d) o NIETI realizou cursos de capacitação para formação de acompanhantes de idosos, além da realização de estudos e pesquisas sobre esse segmento da população estadual.

Esse conjunto de ações pode ser compreendido como um esforço de fortalecer e dinamizar a extensão universitária no sentido de torná-la, efetivamente, uma atividade acadêmica. Isto é, que a extensão deixasse de ser um segmento exercido com o sacrifício de pessoas generosas e passasse a integrar a pleno título o tripé da vida universitária ao lado do ensino e da pesquisa, exercida de forma indissociável. Ações como essas, contribuem de forma efetiva com o fortalecimento e o crescimento da extensão universitária, dando maior projeção e visibilidade.

⁶ Na época, havia 5 Núcleos ligados à Prac. Quatro deles (Núcleo de Teatro Universitário – NTU; Núcleo de Arte Contemporânea – NAC; Núcleo de Documentação Cinematográfica – Nudoc; Núcleo de Pesquisa e Documentação da Arte Popular – Nuppo) foram criados durante o reitorado do Prof. Lynaldo Cavalcanti pelo Pró-Reitor Iveraldo Lucena. Estes quatro núcleos estavam ligados à Coordenação de Extensão – Coex. O quinto núcleo (Núcleo Integrado de Estudos e Pesquisas da Terceira Idade – NIETI) surgiu na administração do Prof. José de Sousa Sobrinho por iniciativa do Pró-reitor William Pinheiro. O dinamismo da gestão do Pró-Reitor Iveraldo Lucena, além da criação dos núcleos culturais acima elencados, também se fez presente na implantação do Circuito Universitário de Cultura e Arte (CUCA), cuja expressividade se manifestou na criação de um programa similar em nível nacional.

⁷ Trata-se de um projeto implantado pelo Pró-Reitor Iveraldo Lucena. Por esse projeto foram coletados e gravados contos populares em diversos municípios do Estado, constituindo um acervo fantástico sobre a cultura popular paraibana.

A Revista Extensão foi substituída pela Revista Eletrônica Extensão Cidadã, pela Pró-Reitora (Prac) Lúcia de Fátima Guerra Ferreira. A Pró-Reitora, no editorial escrito no lançamento da revista em 2006, menciona que as demandas aumentaram em relação à divulgação da extensão e era necessário um meio mais ágil diante das inovações tecnológicas de comunicação. Naquele momento, a extensão vivia um período de ascensão, devido a todo o caminho percorrido que levou a extensão da UFPB a uma posição de destaque. Na ocasião, foram divulgados os projetos de extensão que obtiveram o Prêmio Elo Cidadão nos anos 2001, 2003 e 2005, incluindo projetos em Educação Popular. A revista continuou sendo publicada semestralmente até o ano de 2010.

Em 2015, na Gestão do Pró-Reitor Orlando de Cavalcanti Villar Filho, foi inaugurado o Jornal da Extensão Universitária – “UFPB ExtraMuros”, com a finalidade de colaborar na transparência e visibilidade da extensão na instituição. Foram confeccionados exemplares semestralmente até 2019. Atualmente as ações de extensão estão sendo publicadas no site da Pró-Reitoria de Extensão no formato de notícias.

Desde os primeiros encontros realizados pelo Forproex, o quesito carência de sistematização era debatido com frequência, ficando ressaltada a necessidade de elaborar um sistema que gerenciasse as ações de extensão. Essas discussões tiveram repercussão na UFPB, pois após a regulamentação na UFPB, várias iniciativas foram abraçadas e colocadas em prática. Outra iniciativa de grande relevância foi a criação do banco de dados que passou a registrar e acompanhar as ações de extensão na instituição.

O Banco de Dados de Extensão da Universidade Federal da Paraíba – Bandex/UFPB, surgiu em meio à necessidade de organizar as atividades de extensão em um sistema de Gestão de forma a fortalecer essas atividades e conseguir traçar o seu perfil. Esse sistema foi desenvolvido pela instituição e custeado pela Prac, e no momento da sua implantação só poderiam ser reconhecidas as atividades de extensão que fossem registradas nele (SERRANO, 2012). Segundo Ferreira (2001), o sistema funcionava também com o serviço do Disque UFPB-Extensão, contribuindo para a institucionalização da atividade e fortalecendo o elo entre a UFPB e a sociedade:

Além de constituir um instrumento que contribui para a institucionalização administrativa e acadêmica da Extensão, o Bandex objetiva ser um dos elos de ligação da Universidade com a sociedade, através da transferência de informações científicas, tecnológicas e culturais que podem proporcionar à população o acesso aos resultados produzidos pela atividade acadêmica e, ao mesmo tempo, proporcionar à Universidade a oportunidade de produzir

novos conhecimentos e formas de socializá-los a partir dessa relação com a sociedade (FERREIRA 2001, p. 58).

Posteriormente, o Banco de Dados de Extensão foi desativado e a instituição passou a utilizar o Siex, sistema utilizado nacionalmente pelas universidades conforme citado no capítulo anterior e, pouco tempo depois, começou a utilizar o Sigproj – Sistema de Informação e Gestão de Projetos, um sistema nacional derivado do Siex que tem como objetivo “auxiliar o planejamento, gestão, avaliação e a publicização de projetos de extensão, pesquisa, ensino e assuntos estudantis desenvolvidos e executados nas universidades brasileiras” (SIGPROJ, 2021).

Em 2010, a UFPB adquiriu o sistema SIG – Sistema Integrado de Gestão, que na instituição é composto pelos sistemas: Acadêmico; Administrativo; Recursos Humanos, Planejamento e Projetos; Controle de Processos Eleitorais; Gestão de Eventos; Administração e Comunicação. Conforme narrado por Araújo (2017), a Prac iniciou o processo de implantação do módulo extensão do Sigaa – Sistema Integrado de Gestão Acadêmico no ano de 2015 e foi disponibilizado, dois anos depois, um instrumento com variadas funções que tem como objetivo atender as demandas da extensão, desde o processo de cadastramento das ações à emissão de certificados. Com essa iniciativa:

a Pró-reitoria de Extensão viabiliza a execução das suas ações extensionistas, que atualmente servem de modelo nacional, através dos subsídios físicos, intelectuais, legais e acadêmicos, no intuito de cada vez mais avançar na interação com o ensino e a pesquisa e, principalmente efetivar o seu papel de levar e trazer o conhecimento ensinado e adquirido extra muros da UFPB (ARAÚJO, 2017, p. 2).

No Módulo Extensão do Sigaa, a extensão fica representada através de programas, projetos, cursos, eventos e produtos. Ou seja, todas as ações registradas no módulo extensão, devem seguir uma dessas classificações e precisam pertencer a uma das oito linhas temáticas da extensão: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; Trabalho.

Diante do exposto, observa-se um avanço considerável de como a extensão universitária na UFPB vem se consolidando, ainda que apresente iniciativas descontinuadas ou de pouco engajamento em determinados momentos no decorrer dos anos. A extensão antes e após a regulamentação é composta por pessoas engajadas e de compromisso social, com o propósito de inseri-la na condição igualitária com o ensino e a pesquisa, dialogando com a sociedade.

Como vimos, tudo vai se transformando de acordo com novas necessidades e vão sendo estudadas e implementadas novas alternativas. A Resolução antiga que regulamentava a política de extensão na UFPB foi substituída pela Resolução 61/2014/Consepe e amplia os tipos de cursos. Acrescentam-se em seu artigo 4º, além dos cursos de treinamento profissional, os cursos de formação continuada, como também prevê cursos de aperfeiçoamento para as oito áreas temáticas da extensão, previstas no Plano Nacional de Extensão e apresenta modificações na composição do Comitê Assessor de Extensão que em seu artigo 8º destaca:

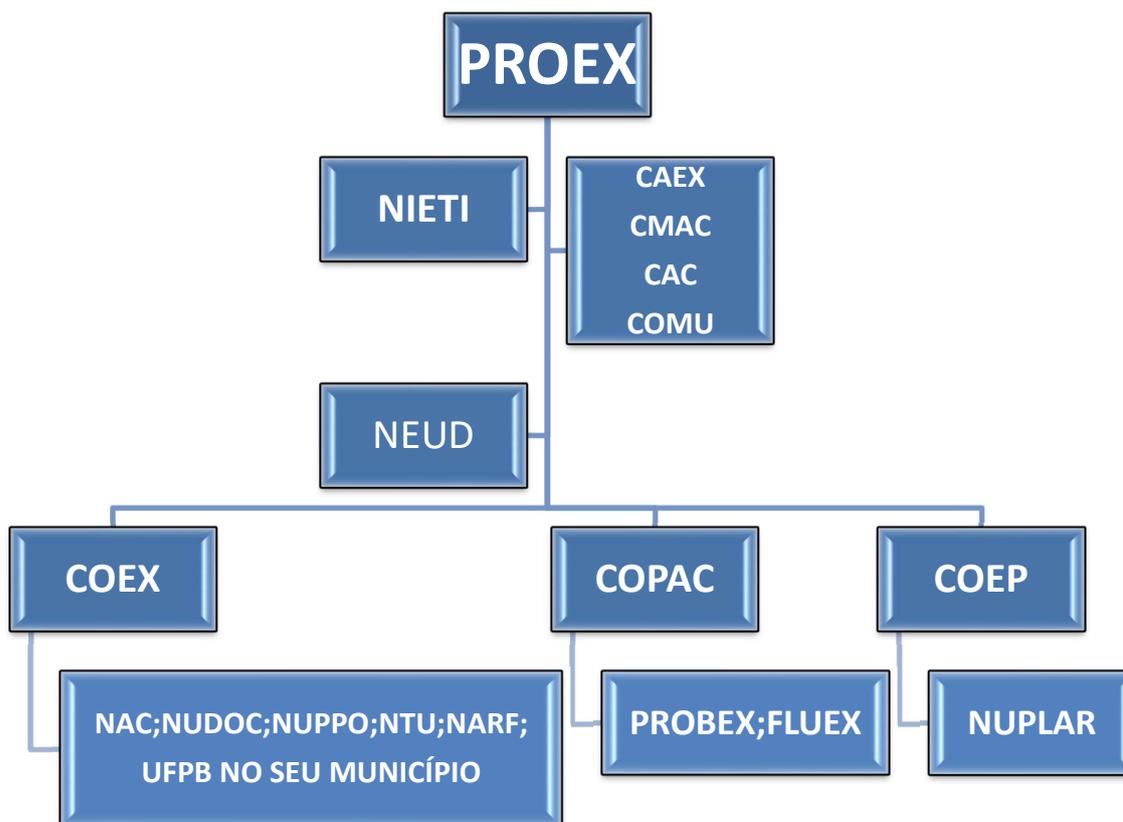
O Comitê Assessor de Extensão é constituído pelos seguintes membros titulares e seus suplentes: I – Pró-Reitor da PRAC, como presidente nato; II – Pró-Reitor adjunto; III – Coordenadores titulares e adjuntos da PRAC: a) COPAC (Coordenação de Programas e Ação Comunitária); b) COEX (Coordenação de Extensão Cultural); c) Coep (Coordenação de Educação Popular); III – O assessor de extensão de cada Centro da UFPB; V – Um representante dos estudantes a ser designado pelo DCE; VI – Um representante dos funcionários a ser designado pelo Sintesp (UFPB, 2014).

3.2 Organização da Pró-Reitoria de Extensão

Recentemente, a Pró-Reitoria teve seu nome alterado de Prac para Proex – Pró-Reitoria de Extensão, através da Resolução Nº 25/2019, aprovada pelo Conselho Universitário. A Proex em sua estrutura, passou por modificações ao longo dos anos e atualmente é composta por uma comissão de avaliação, três comitês, três coordenações e oito núcleos. As transformações resultaram no aumento de editais que promovem a extensão na universidade.

Abaixo, figura ilustrativa da distribuição dos setores da Proex:

Figura 2. Distribuição dos setores da PROEX



Fonte: Elaboração própria, com base no site institucional.

A Proex desenvolve as ações de extensão, com a união dos esforços dos comitês, núcleos e coordenações, formando uma grande rede de apoio e fomento ao elo Universidade e Sociedade. Cada órgão tem sua função e público a ser alcançado, conforme veremos a seguir, de acordo com o último Relatório Geral de Gestão da Pró-Reitoria de Extensão (novembro de 2012 a novembro de 2020).

Diante da necessidade de acompanhamento das ações de extensão, foi constituída a Comissão de Monitoramento e Avaliação da Extensão – CMAE, que se responsabiliza em acompanhar a política de monitoramento e avaliação dessas ações realizadas na universidade. Dentre as ações realizadas por essa comissão, consta a supervisão dos editais de extensão, estabelecimento de diretrizes em relação ao treinamento dos extensionistas e a elaboração de relatórios anuais em conformidade com as instruções do Forproex.

Os Núcleos diretamente ligados à Pró-Reitoria funcionam como órgãos suplementares da UFPB e vinculados à Proex. O Núcleo Integrado de Estudos e Pesquisas da Terceira Idade – Nieti, fica responsável pelas pesquisas e desenvolvimento de ações junto à população da

terceira idade, buscando contribuir na promoção de qualidade de vida desse grupo. O Núcleo de Estudos em Urgências e Desastres – Neud é um órgão que busca promover a capacitação de pessoal diante das demandas de urgência, emergência e desastres, visando contribuir com as políticas públicas desse segmento de forma assertiva e preventiva.

Os três Comitês são órgãos assessores e consultores da Proex, e são definidos respectivamente:

➤ CAEX – Comitê Assessor da Extensão: sua função é elaborar e regimentar a extensão da universidade através de reuniões realizadas periodicamente junto à Pró-Reitoria, com o objetivo de planejar os mecanismos que fazem a extensão acontecer, tais como editais, encontros de extensão, entre outras iniciativas. O Quadro 3 contém a composição atual do Caex.

Quadro 3. Assessores de Extensão que compõem o Comitê Assessor, por unidade.

UNIDADE	ASSESSORES DE EXTENSÃO
CCEN	Jane Torelli
CCHLA	Nívea Pereira; Pollyanna Oliveira
CCM	André Bonifácio
CE	Quézia Furtado; M ^a da Conceição Miranda
CCSA	Danielle Vieira
CT	Aurélia Idrogo; Luzia Camboim
CCS	Rosenés Lima
CCJ	Alessandra Asfora
CBIOTEC	Elisângela A. de Moura Kretzschmar
CCTA	Luceni Caetano
CEAR	José Maurício Ramos
CI	José Miguel Aroztegui
CTDR	Ana Braga
HU – HOSPITAL UNIVERSITÁRIO	Sandra Ximenes
CCA Campus II	Fábio Mielezaski
CCHSA Campus III	Catarina de Medeiros
CCAIE Campus IV	Jocélio Oliveira

Fonte: Proex/UFPB.

➤ CAC – Comitê de Arte e Cultura: sua função é elaborar a política de extensão sobre Arte e Cultura na instituição, juntamente ao Pró-Reitor(a) de extensão com as demais unidades da universidade que são responsáveis pela produção e divulgação desse segmento.

➤ COMU – Comitê de Políticas para Mulheres – consiste em um órgão assessor que trabalha no enfrentamento da violência contra as mulheres na UFPB; sua atuação é realizada de forma integrada através do acolhimento e orientação a essas mulheres, do monitoramento das denúncias e da política de prevenção.

A reestruturação ocorreu também na readequação das coordenações e seus respectivos núcleos, e funções, como também no planejamento e elaboração dos editais de extensão. A Proex ficou subdividida então pelas três coordenações: Copac (Coordenação de Programas e Ação Comunitária); Coex (Coordenação de Extensão Cultural); e Coep (Coordenação de Educação Popular).

A Copac é responsável por planejar e monitorar a realização dos programas, projetos, cursos, oficinas e outros eventos relacionados à extensão universitária através dos editais, como também é responsável pela elaboração e execução destes. Os editais a cargo dessa coordenação, é o Probex, mencionado anteriormente, e que vem a cada ano aumentando o número ofertado de bolsas e o edital Fluxex – Fluxo Contínuo de Extensão, que fica aberto o ano inteiro, exceto no mês de janeiro. Neste sistema, é livre a data de cadastramento das atividades e todos os discentes envolvidos atuam de forma voluntária. O seu principal objetivo é estimular o cadastro de projetos que dialoguem com a realidade social e suas demandas.

Fica na incumbência da referida coordenação, a realização do Enex (Encontro de Extensão da UFPB) que ocorre desde 1994, anualmente, podendo contar com a participação de todos os centros ou unidades que desenvolvem a extensão. São apresentadas as experiências vivenciadas pelos discentes envolvidos nos projetos de extensão. Em 2017, essas experiências começaram a ser apresentadas na modalidade Tertúlias, que oferece uma maior interação dos participantes e troca de experiências. Após as avaliações das experiências apresentadas, os melhores projetos são honrados com o Prêmio Elo Cidadão com o intuito de frisar a importância do aprendizado adquirido e estimular a participação de todos (ARAÚJO, 2017).

A política de extensão cultural da UFPB fica sob a responsabilidade da COEX, cujo principal objetivo é contribuir para o resgate da arte e cultura através dos seus programas e projetos. Atua na Paraíba, em busca da preservação da identidade cultural nordestina, estimula a discussão sobre a produção local artística e promove a busca de novas linguagens e concepções artísticas. Dentre as suas funções destaca-se também a de apoiar os eventos culturais e promover sua divulgação. Os núcleos NAC, Nudoc, Narf, NTU e Nuppo são vinculados diretamente à Coex.

- Núcleo de Arte Contemporânea – NAC: núcleo que desenvolve ações relacionadas à arte contemporânea, criado desde 1978 e funciona como um espaço que articula a cultura em nível local, regional e internacional.
- Núcleo de Documentação Cinematográfica – Nudoc: desde 1979 atua nos programas, projetos, cursos e eventos da área de audiovisual, promovendo o registro e guarda desse segmento; se articula com o curso de Comunicação Social e de Cinema e Audiovisual da UFPB, como também com grupos de pesquisas.
- Núcleo de Artesanato Rural Feminino – Narf: atuando a partir de 1956 no artesanato de cada localidade em que está inserido, com apoio das prefeituras, promovendo geração de renda, formação e divulgação das crenças e costumes.
- Núcleo de Teatro Universitário – NTU: corresponde às demandas da área de artes cênicas, criado em 1979, promove eventos que impulsionam as artes cênicas e é composto pelo Teatro Lima Penante, a Biblioteca Ângelo Nunes, as salas de ensaio e a Pousada Nautília Mendonça.
- Núcleo de Pesquisa e Documentação da Cultura Popular – Nuppo: funciona em um espaço reservado para a preservação de um acervo de cultura popular regional e nacional, aberto à visitação para que toda comunidade acadêmica e a população possa ter acesso aos trabalhos que fazem referência à cultura local.

O edital “UFPB no seu Município”, é um edital financiado com recursos próprios da UFPB e de caráter permanente. É planejado e executado pela Coex anualmente desde 2016 e busca atender todas as Mesorregiões da Paraíba. A função do referido edital é contribuir para o desenvolvimento socioambiental, econômico, artístico e cultural da Paraíba através da execução de projetos sustentáveis nas áreas de arte, cultura e educação com a atuação conjunta com o poder municipal de cada cidade, de acordo com cada demanda apresentada na localidade.

A Coordenação de Educação Popular, criada mais recentemente, através da Resolução 25/2013, foi resultado de um processo de várias iniciativas em educação popular existentes na UFPB, tais como projetos, cursos, grupos de pesquisa, encontros de extensão popular e publicações norteadas pela perspectiva da Educação Popular. Considerando a dimensão da educação popular na instituição, a coordenação tem a incumbência de pautar sobre políticas de extensão, utilizando pressupostos desse eixo teórico-metodológico. Seus principais objetivos são promover e desenvolver novas práticas sociais através da extensão, norteadas pela Educação Popular na inserção da realidade social.

No artigo 6º da referida resolução, constam os caminhos para o alcance do objetivo que levou à constituição da coordenação:

I - Fortalecer o apoio institucional e o compromisso social da UFPB junto às organizações e movimentos populares que desenvolvam ações e práticas de Educação Popular; II - Promover a formação de extensionistas acerca da Educação Popular, abordada tanto do ponto de vista teórico, como metodológico, cultural e organizativo-político; III - Fomentar a comunicação entre experiências locais e nacionais no campo da extensão com ênfase na Educação Popular; IV - Sistematizar experiências, metodologias e práticas de Educação Popular em Extensão, na perspectiva da produção do conhecimento e do aprimoramento da comunicação entre os atores das diversas práticas e ações neste campo; V – Qualificar metodologias participativas de extensão no âmbito da Educação Popular; VI - Contribuir na formulação de um plano de aperfeiçoamento da extensão para a UFPB (UFPB,2013).

Como órgão suplementar da Coep, foi constituído, através da Resolução 16/2014, o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular – Nuplar, resultado da realização de vários estudos e pesquisas sobre economia solidária orientados pela educação popular. A sua missão está descrita na sua resolução da seguinte forma:

Art. 3º O Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular – NUPLAR tem como missão constituir-se em núcleo de excelência e espaço acadêmico de referência para a elaboração de pesquisas e a formação de pessoal de nível superior, para assessorias nos campos da Educação Popular, de Educação Popular em Saúde e da Economia Solidária, envolvendo ações no campo da Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários, Autogestão e Cooperativismo, Finanças Solidárias, Bancos Comunitários, Moedas Sociais e Fundos Rotativos Solidários, Políticas Públicas de Economia Solidária, Inclusão Produtiva, Desenvolvimento Local e Tecnologia Social (UFPB,2014).

O núcleo é composto por três grandes grupos que impulsionam o ensino, a pesquisa e extensão popular na instituição. São eles: a Incubadora de Empreendimentos Solidários – Incubes; O Observatório de Políticas Culturais (ObservaCult) e Extelar que é um grupo de pesquisa em educação popular que trabalha no fortalecimento das atividades de pesquisa e fundamentos da extensão popular, proporcionando formação na área e inserindo membros do grupo atuando na extensão.

A Coep vem atuando por meio do Nuplar, como também desenvolvendo atividades que impulsionam a extensão popular na universidade, através de projetos, cursos de formação, eventos e vivências. Possui como uma das atribuições, coordenar editais de extensão. O edital

nacional Proext, já mencionando no capítulo anterior, ficou na responsabilidade da Coep no período de 2014 a 2016, conforme dados dos editais de divulgação dos resultados publicados, foram 52 projetos e 54 programas aprovados na UFPB ao longo desses anos.

Fatores que impulsionaram a realização dessa pesquisa é fruto da vivência das atribuições destinadas à Coordenação de Educação Popular, e um dos seus objetivos em resumo é sistematizar essas experiências e práticas de Educação Popular que acontecem na instituição, na perspectiva de produzir conhecimento e de aprimorar a comunicação entre os atores envolvidos nessas práticas, e como alcançar esse objetivo sem ter acesso à memória da extensão em educação popular na UFPB?

O item seguinte pretende responder o primeiro questionamento da pesquisa e se debruçar sobre a análise documental dos projetos de extensão em educação popular, com o propósito de resgatar memórias de como essa extensão vem sendo desenvolvida na instituição. E será utilizada como coleta de dados complementar dessa pesquisa, a entrevista semiestruturada com coordenadores de projetos mais expressivos em educação popular na intenção de trazer mais elementos que relatem como esses projetos funcionavam e suas especificações.

3.3 Perspectiva Histórica da Extensão em Educação Popular na UFPB

As primeiras experiências de educação popular aconteceram na extensão mesmo que de forma não oficial. Eram ações desenvolvidas em resposta às demandas populares, caracterizadas como ações culturais antes de 1964, quando veio o golpe militar e tornou esse movimento restritivo, conforme vimos no capítulo anterior.

Segundo Vasconcelos (2011), diversos foram os fatores que impulsionaram a prática da educação popular na UFPB. Em meados de 1970, devido as pastorais da Igreja Católica desenvolverem trabalhos orientados pela educação popular, muitos intelectuais vieram para a Paraíba, e alguns desses permaneceram na UFPB engajados em trabalhos sociais.

Na Paraíba, também se iniciou um processo de resistência à ditadura militar. Zenaide (2010) destaca os primeiros movimentos de resistência, que mobilizados conseguiram construir diversos espaços de lutas. Na sua tese, a autora faz referência aos movimentos criados na Paraíba e as iniciativas da UFPB nesses campos de lutas. Abaixo estão elencados alguns movimentos importantes no processo de transição democrática e os apoios envolvidos.

- Movimento de Anistia na Paraíba, envolvendo igreja, representantes democráticos, sindicatos e estudantes;
- Comitê Brasileiro pela Anistia – CBA, participação da comunidade acadêmica da UFPB;
- Movimento Feminino pela Anistia – MFA, na luta pela liberdade dos presos políticos que cumpriam pena em Itamaracá;
- Núcleo do Comitê Brasileiro pela Anistia, com a participação da Associação dos Servidores Técnicos Administrativos da UFPB;
- Comitê Feminista pela Anistia com o apoio do Centro da Mulher em João Pessoa;
- Criação da Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba – ADUF impulsionada pelo movimento sindical.

A autora completa:

A Sociedade Civil desmantelada e silenciada pela ditadura ensaiou e construiu no processo de transição a formação de novas forças sociais em diferentes espaços de lutas. Foi assim, com os movimentos sociais no campo e na cidade. No interior das universidades públicas fortemente atingidas pelas forças da repressão emergiu os comitês brasileiros pela anistia geral e irrestrita, o movimento pró-constituente e pelas diretas, assim como os processos de democratização das universidades, a criação das associações de docentes e servidores técnicos administrativos, as assessorias populares, os grupos de estudos, pesquisa e extensão e as comissões de direitos humanos (ZENAIDE, pág. 227,2010).

Neste sentido, a UFPB se alia às assessorias de movimentos populares e sindicais com a iniciativa da criação de um espaço para difundir a extensão como um processo que produz criticamente através da junção de várias áreas do saber científico com os saberes populares. Um desses espaços foi o Serviço de Assessoria aos Movimentos Sociais e Populares – Seampo, localizado no CCHLA. Teve como principais articuladores, o professor Genaro Ieno Neto e a Professora Dulce Cantalice. Mesmo antes da sua criação em 1985 vinham trabalhando com ações em educação popular, que evolve o trabalho no meio rural e seus conflitos (ZENAIDE,2010).

O Seampo utiliza a metodologia fundamentada nos princípios da educação popular com os atores envolvidos no processo educativo e vem desenvolvendo, de forma interdisciplinar, práticas educativas nas temáticas de Gênero, alfabetização de jovens e adultos, saúde do trabalhador, educação popular e ética na política (SILVA; LINS, 2017).

Lima (2003) comenta que o Seampo atua através de grupos de trabalho (GTs) e descreve três grandes grupos: O GT Indígena, compreende atividades educativas com os

Potiguaras na Paraíba e Xucuru de Pernambuco, promovendo discussões sobre a diversidade cultural dos povos indígenas do Nordeste; O GT Rural atua em parceria com Conselhos Municipais e Fóruns Rurais que estudam o desenvolvimento sustentável na Paraíba com os trabalhadores rurais assentados; GT Trabalho Precoce atua na qualificação de agentes sociais que trabalham com o público infanto-juvenil, tanto no meio rural como no urbano.

Jezine (1997) complementa:

O Seampo se forma justamente do interesse e necessidade de se fazer da universidade um espaço diferente de produção do saber, onde se possa realmente praticar o processo de socialização do saber, de modo a trabalhar o ensino, pesquisa e extensão em uma dimensão multidisciplinar. Desta forma, professores e alunos quando envolvidos pela estrutura burocrática e dominante da sociedade, tendem a buscar saídas a partir de grupos sociais com interesses comuns, formando assim um bloco hegemônico (JEZINE, p. 39, 1997).

O envolvimento da UFPB com a educação popular ganha maior impulso com a criação, em 1977, do curso de Mestrado em Educação e, particularmente, com o estabelecimento da área de concentração em Educação Popular, o que possibilitou difundir o eixo teórico metodológico da educação popular na instituição⁸.

Nesse período, por volta de 1987, a Educação Popular na universidade passa a se desenvolver como projetos de extensão e não só como ações isoladas de militantes engajados nas demandas sociais. Ganha dimensão particular a atividades de extensão em educação popular na área de saúde. São exemplos disso, o Projeto de Plantas Medicinais, coordenado pela Professora Rinalda de Araújo Oliveira, o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), coordenado pela Professora Tereza Mitsunaga e o Núcleo de Atuação Comunitária – NAC, coordenado pelo Professor José Eymard, envolvendo discentes do curso de medicina e de outros cursos do CCS. (VASCONCELOS,2011)

Conforme Vasconcelos (2011) relata, em 1997, foi criado o Projeto intitulado como, Educação Popular e a Atenção à Saúde da Família – Pepasf, a atividade principal do projeto consiste na visita domiciliar que envolve o diálogo e a interação, gerando ações educativas de forma humanizada junto a crianças, jovens, adultos e idosos, entre outras atividades geradas a partir das necessidades da comunidade.

⁸ Na implantação dessa linha de pesquisa foi importante a contribuição de alguns professores como José de Ribamar Ribeiro, Milton Athade, Timothy Ireland.

Para o autor, esse projeto foi se aperfeiçoando com o passar dos anos. Expandiu-se e gerou outros projetos, resultou em publicações e influenciou na reforma curricular de vários cursos da área, como também contribuiu para a formação dos estudantes. O autor conclui que essas experiências não estão isoladas e que constantemente surgem novas mobilizações na busca de uma nova universidade e destaca:

A reconstrução da Universidade brasileira é, hoje, um grande e importante movimento interno à própria Universidade. Todos os dias, diversos coletivos de professores, estudantes, técnicos e movimentos sociais vêm empenhando seu trabalho para construir essa nova Universidade, cujo conhecimento esteja lado a lado com a sabedoria do povo. Uma instituição do saber que ganhe sentido através da colaboração, do diálogo de saberes, de relações humanizantes de valorização da espiritualidade (VASCONCELOS, pág. 23,2011).

O coordenador comenta o cenário da extensão em educação popular quando ele chegou à instituição,

[...] Antes de noventa já tinha grupos de estudos da educação popular, aqui. [...] Eu cheguei na Pró-Reitoria de Extensão em mil novecentos e oitenta e cinco. E de oitenta e cinco a oitenta e sete, eu encontrei um grupo que trabalhava com educação popular e saúde, que envolvia o professor Eymar Mourão de Vasconcelos, o professor Genaro Ieno, a professora Glaucia Ieno, a professora Tereza Mitsunaga que criou o Programa de Saúde do Trabalhador - Ceresat. Tinha a professora Rinalda, que trabalhava com as plantas medicinais com a professora Graça, tudo na linha da educação popular e saúde. A professora Nelcina que era da nutrição, nessa oportunidade, ela ainda era casada com o professor Eymar Mourão de Vasconcelos, eles vinham de um programa que desenvolvia extensão no Brejo, se eu não me engano era Hora do Trabalhador, o nome desse programa. [...] No Centro de Educação, tinha um grupo ligado ao professor Timothy Ireland, ele tinha um projeto chamado Zé Peão, um programa de educação popular nas construções, pela linha sindical. [...] Depois, em mil novecentos e noventa e três, aparece aqui o professor José Francisco de Melo Neto. Ele vem desenvolver a tese de doutorado dele, numa linha de extensão buscando a educação popular. Então, de mil novecentos e noventa, quando é criado aqui o programa chamado Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária, esse programa que eu coordeno até hoje, mais a Coordenação de Programa de Ação Comunitária, chamada Copac. Cria-se nesse centro, nesse setor da Prac, um espaço que agrega outras experiências de educação popular. Aí vem uma linha de educação popular em saúde, que agrega esses trabalhos que vai aparecer o projeto de professor Eymar, de professor Dailton, da professora Kátia, nessa região, é chamada de saúde do trabalhador, saúde na comunidade, Pespap, aí tem outros nomes, tem vários nomes, [...] um outro grupo envereda-se pelo projeto de extensão, é o Projeto Catarina, o projeto também que é da Prac e que virou um projeto de extensão na área da educação popular em cultura, que o professor Fernando Abath, coordena há algum tempo. [...] Eu estou falando dessa referência da Pró-Reitoria, isso implica dizer que não é só a Pró-Reitoria que tem esse trabalho. Lá no Centro de Educação, tem um projeto de Educação do

Campo, que também vai na linha da educação popular, com o professor Luiz [...] com a professora Socorro Xavier que trabalha com educação do campo em assentamentos rurais e a linha toda freiriana nesse resgate [...] tinha um projeto da Professora Emília de Rodat, em geografia, se eu não me engano é o Projeto Conhecendo a Paraíba, desenvolvido no Logepa e que trabalhava com a questão ambiental e fortalecendo as áreas de assentamentos rurais. Outros professores, como professor Luzival, que hoje é do Departamento de Ciência da Religião, desenvolveu um programa da educação popular junto aos índios tanto Tabajara como Potiguara. Existe várias frentes hoje, o professor Palhano, lá no campus quatro. O professor Paulo Palhano tem um programa de estudo chamado GEPeesS, que é um grupo de estudo da educação popular, na linha Freiriana [...] então, esse seria mais ou menos o cenário que eu vejo de trabalhar história, mas já alguns projetos e outros já programas instalados nessa linha de educação popular pela extensão. Alguns indo na extensão universitária, mas outros já com o conceito da extensão popular.

Diante desse contexto, percebemos que a extensão em educação popular na UFPB é movida pela democratização do conhecimento, pela busca do saber compartilhado, que dialoga e gera novos conhecimentos que serão refletidos no ensino e na pesquisa. Essas experiências consistem na busca incessante de construir o conhecimento de acordo com a realidade social, e que esses sujeitos ocupem lugar de protagonismo em seus espaços.

Na construção do resgate histórico da extensão em educação popular aqui proposta, constatamos que esta ocorreu de forma dispersa, por vezes, com iniciativas de professores que possuem em suas trajetórias de vida, o compromisso com o segmento explorado da sociedade, movidos por este íntimo compromisso, se mobilizam junto aos movimentos que emergem das lutas sociais.

De acordo com o que foi encontrado até o momento, as iniciativas de extensão em educação popular foram originadas por professores ligados aos centros de ensino, núcleos ou departamentos, que se propunham a reunir um coletivo de pessoas engajadas nas diversas demandas sociais. Na busca de como vinha sendo desenvolvida a extensão na perspectiva da educação popular na UFPB, a pesquisa visa explorar e identificar através dos projetos, o caminho que essa extensão se expande e consolida.

3.3.1 Projetos de Extensão em Educação Popular dos anos 1990

Os registros dessas experiências, assim como elas, são bem dispersos. Podem ser encontrados em livros, trabalhos científicos, revistas impressas, revistas eletrônicas e nos anais dos encontros de extensão. Diante do que vem sendo praticado na UFPB em relação a registro, percebe-se em determinados períodos a preocupação em sistematizar e registrar as

ações de extensão, porém em sua trajetória encontra-se descontinuidade de iniciativas consideradas importantes para a manutenção do registro dessas ações.

Como essa pesquisa se propõe a resgatar a memória da extensão em educação popular na instituição, buscou-se através dos anais dos encontros de extensão, encontrar projetos que compactuam com esse campo do saber. Com esse trabalho não se pretende esgotar a temática em questão, mas pretende contribuir com futuras pesquisas e levantar subsídios de como vem sendo trabalhada a educação popular na UFPB.

Os anais dos encontros de extensão da década de 1990, só estavam disponíveis dos anos de 1995 e 1999. Foram confeccionados em forma de livros, relatando experiências, artigos e projetos de extensão realizados na UFPB. Neles, podemos encontrar os títulos, os centros ou unidades de origem dos projetos, um breve resumo da ação desenvolvida, em alguns casos só autores, em outros apresentam os grupos identificados como orientadores, professores, coordenadores, servidores, alunos bolsistas e extensionistas colaboradores. No ano de 1996, a busca foi realizada no documento 14 da Série Extensão.

No Quadro 4, estão apresentados os projetos identificados como de educação popular nos anos de 1995, 1996 e 1999, de acordo com a conceituação de Brandão (2006) exposta na introdução desta dissertação.

Quadro 4. Projetos de extensão em educação popular (1995, 1996 e 1999)

PROJETOS	ORIGEM	COORDENADORES/AUTORES
Projeto Escola Zé Peão	Centro de Educação	Timothy Denis Ireland.
Capacitação de Professores de Ciências	Centro de Educação	Maria de Lourdes Pereira; Edison Thadeu Bichara; Marsílvio Gonçalves Pereira; Roosevelt Imperiano da Silva; Aparecida de Lourdes P. Barreto; Pedro Jusselino; Rinalda Araújo Guerra de Oliveira; Ismael Barcelos de Sousa; Solange Oliveira Silva.
Extensão Universitária – A Base onde se Assenta o Ensino e a Pesquisa	Centro de Educação	Regina Rodrigues Bôtto Targino; Maria Sales do Nascimento; Maria dos Prazeres Santos Mauro; Filomena M. G. Silva Cordeiro Moita; Cleide P. dos Anjos; Maria da Conceição Pereira Ferreira.
Programa de Apoio ao Ensino Fundamental Através das Escolas	Centro de Educação	Laura Maria de Farias Brito; Carmem Lucia F. Queiroz; Maria Helena Ribeiro Maciel.

Normais		
Política de Capacitação Docente: Uma proposta interdisciplinar.	Centro de Educação	Maria da Salete Barboza de Farias; Maria Bernadete da Nóbrega; Carmen Sevilla Gonçalves dos Santos; Maria Emília Lins e Silva.
Programa Varanda Vídeo	Centro de Educação	Timothy Denis Ireland.
Biblioteca Volante	Centro de Educação	Bernadina Maria Juvenal Freire
A Prática da Extensão e sua Contribuição para a Formação do (a) Educador (a) Popular: a experiência do Projeto Escola Zé Peão.	Centro de Educação	Timothy Denis Ireland.
Oficinas Literárias: uma ação de formação e organização de meninos e meninas de rua	Centro de Educação	Maria do Amparo Caetano de Figueiredo
Ação Educativa para a Cidadania e a Igualdade entre os Gêneros	Centro de Educação	José Vaz Magalhães Neto
Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária	Prac/Copac	Emmanuel Fernandes Falcão.
Oficina de Reciclagem de Papel	Prac/Copac	Joana Bosco Moreira
Crianças e Jovens em Situação de Risco	Prac/Copac	Cláudia Maria Montenegro Carneiro da Cunha Barros; Emmanuel Fernandes Falcão
Educação, Prevenção e Saúde Bucal	Prac/Copac	Cláudia Maria Montenegro Carneiro da Cunha Barros; Emmanuel Fernandes Falcão
A Coleta Seletiva e Reciclagem de Plástico voltada a geração de emprego e renda às comunidades urbanas do Município de Mari – PB	Prac/Copac	Emmanuel Fernandes Falcão.
A Arte como Espaço para o Desenvolvimento Comunitário	Prac/Copac	Cláudia Maria Montenegro Carneiro da Cunha Barros; Emmanuel Fernandes Falcão
Ação Comunitária Interdisciplinar	Prac/Copac	Maria de Nazaré

Organização de Trabalhadores para o Desenvolvimento Comunitário	Prac/Copac	Cláudia Maria Montenegro Carneiro da Cunha Barros; Emmanuel Fernandes Falcão
Organização Político-Social para o Desenvolvimento Comunitário	Prac/Copac	Cláudia Maria Montenegro Carneiro da Cunha Barros; Emmanuel Fernandes Falcão
O Processo de Organização das Associações Comunitárias do Município de Mari na Perspectiva da Transformação Social	Prac/Copac	Emmanuel Fernandes Falcão.
Pesca Artesanal para o Desenvolvimento Comunitário	Prac/Copac	Cláudia Maria Montenegro Carneiro da Cunha Barros; Emmanuel Fernandes Falcão
Projeto Aldeia	Prac/Coex	Dario Marques da Silva Júnior.
Projeto Catarina	Prac/Coex	Clara Magna Nery Lima; Fernando Abath Cananéa.
Oficina de Cultura Popular e Cidadania	Prac/Coex	Maria Auxiliadora Gama Pereira
Ararinha Alegre Descobrir, Desenvolver a capacidade Criadora das Crianças Brincando	Prac/Nuppo	Jacqueline Yara Almeida Ramondot; Carlos Macktoub; Francisco Macedo.
Balé Popular da UFPB	Prac/Nuppo	Maurício Germano Costa
Oficinas do Núcleo de Arte Contemporânea	Prac/NAC	Gabriel Bechara Filho
Projeto Tambores e Teclas	Prac/NTU	Ronald Lira
Propostas Construtivas: Limites e Alcances	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	Cláudia Montenegro Carneiro da Cunha Barros; Laura Helena M. C.C. Kumamoto; Girlene Vieira dos Santos; Josélia Mary de Sousa Dantas; Christiane de Fátima M. Rêgo Praxedes.
Oficinas Educativas Sobre Exclusão Social no Cotidiano de Alunos do 2º Grau.	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	Maria de Nazaré Tavares Zenaide; Terezinha Cavalcanti; Luciana Silva do Nascimento.
Formação na Ação dos Trabalhadores da	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	Hélder Pordeus Muniz; Nilton dos Santos Silva; Silvana Alves de

Construção Civil		Souza.
Universidade, Educação Popular e Direitos Humanos	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	Maria de Nazaré Tavares Zenaide.
Oficina de Arte da CIPRO.	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	Lívia Marques Carvalho
Assessoria ao Projeto Comunitário de Educação Popular (PROCEP).	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	Maria de Fátima Pereira Alberto
Pela Saúde dos Zé Piões	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	Milton R. C. Athayde
Formação Educativa nas Ações Contra a Violência à Mulher	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	Glória de Lourdes Freire Rabay.
Resgate do Processo Histórico e Cultural do Município de Areia.	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	Regina Célia Gonçalves
Leitura na escola: um caminho à educação de qualidade	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	Maria de Fátima Almeida
Prevenção e Recuperação do Alcoolismo e Outras Dependências Químicas	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	Lygia Gondim de Figueiredo
Oficina de Arte da Casa Pequeno Davi	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	Lívia Marques Carvalho
Formação de Alfabetizadores/Educadores Populares	CCHLA/Seampo	Ana Maria Coutinho Bernardo; Estela Maria Lima G. de Oliveira; Valmária Fernandes Sales; Flávia Maia Guimarães; Carlos Herbert Neves; Joselita Ferreira de Lima; Sandra Maria Dias de Queiroz.
Projeto Uma Nova Lição	CCHLA/Seampo	Annelsina Trigueiro de Lima Gomes
Projeto 500 Anos - A Questão Indígena na Paraíba	CCHLA/Seampo	Annelsina Trigueiro de Lima Gomes
Plantas Medicinais como Instrumento Didático nas Escolas Públicas	Centro de Ciências da Saúde	Rinalda Araújo Guerra de Oliveira; Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz; Patrícia Margarete Cavalcante Barbosa Reis; Luciana

		da Silva Xavier.
Plantas Medicinais na Extensão Universitária	Centro de Ciências da Saúde	Rinalda Araújo Guerra de Oliveira; Edeltrudes de Oliveira Lima; Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz; Lenilde de Sá.
Implementação do Projeto Farmácia Viva, no Centro de Convivência de Idosos de Santa Rita/PB	Centro de Ciências da Saúde	Maria Camerina Maroja; Rinalda Araújo Guerra; Micheline Pereira Caluête; Alberto Malta Junior.
Plantas Medicinais nas Escolas de 1º e 2º Graus.	Centro de Ciências da Saúde	Rinalda Araújo Guerra de Oliveira
Formação Desportiva de Jovens Voluntários para o Atletismo Escolar e Universitário	Centro de Ciências da Saúde	Pedro de Almeida Pereira
Assistência Fitoterápica aos Usuários de Banho com Plantas Medicinais	Centro de Ciências da Saúde	Juerila Moreira Barreto
Formação de Atletas para o Atletismo Escolar e Universitário	Centro de Ciências da Saúde	Pierre Normando Gomes da Silva
Saúde da Família no Grotão	Centro de Ciências da Saúde	Eymard Mourão Vasconcelos
Capoeira o Prazer do Jogo	Centro de Ciências da Saúde	Marcello Fernando Bulhões Martins
A Utilização de Plantas Medicinais na Atenção Primária à Saúde	CCS/NEPHF	Leônia Maria Batista
Centro de Referência de Saúde do Trabalhador	CCS/Nesc	Gláucia Maria de Luna Ieno
Animação Cultural no Bairro do Monte Santo	Centro de Humanidades	Deolinda de Souza Ramalho; Lourdemário Ramos de Araújo.
Sindicalismo Rural e alternativa de Geração de Renda	Centro de Humanidades	Maria da Conceição M. Cardoso Vam Oosterhout
Do Corte de Cana à Lavoura Familiar: experiências comunitárias em assentamentos rurais no Brejo Paraibano.	Centro de Humanidades	Maria da Conceição M. Cardoso Cardoso Van Oosterhout.

Alfabetização de Mulheres Adultas	Centro de Formação de Professores	Marilene Dantas Vigolvinio; Mariana Moreira Neto; Maria do Socorro Feitosa; Maria da Penha Medeiros; Robéria M ^a Vieira Marinho; Maria de Fátima.
Alfabetização de Jovens e Adultos numa Perspectiva Dialógica	Centro de Formação de Professores	Dorgival Gonçalves Fernandes
Casa de vaga-lumes: oficina de leitura e produção textual.	Centro de Formação de Professores	José Wanderley Alves de Sousa.
Construção Coletiva de uma Metodologia para o Ensino em Classes Multisseriadas na Zona Rural de Cajazeiras - PB	Centro de Formação de Professores	Raimunda de Fátima Neves Coelho; Paula Floriza de S. Quintans.
Assessoria em Práticas Alfabetizadoras de Jovens e Adultos	Centro de Formação de Professores	Fábio de Freitas Pereira; Fátima Maria Elias Ramos
Projeto Cultura Viva	Centro de Formação de Professores	Carlos Gildemar Pontes; Elinaldo Menezes Braga.
Ver de Perto P'ra Contar de Certo	Centro de Formação de Professores	Adelaide Pereira da Silva; Rovilson José Bueno
Centro Popular de Documentação e Informação Utilitária do Baixo Roger (CIPRO).	Centro de Ciências Sociais Aplicadas	Rachel Joffily Abath; Adolfo Júlio de Freitas; Lívia Marques Carvalho; Maria Rosilda Sá; Maria da Luz Cordeiro Nobrega
Conhecendo a Paraíba	Centro de Ciências Exatas e da Natureza	Emília de Rodat Fernandes Moreira
Olimpíada Pessoaense de Matemática	Centro de Ciências Exatas e da Natureza	Carlos Alberto Bandeira Braga.
Em Busca de uma Educação Transformadora na Área de Ciências	Centro de Formação de Tecnólogos	Maria do Socorro Lopes Cavalcanti; Ireneide Gomes de Abreu.
Escola Pública: uma lição de Direitos Humanos	Centro de Ciências Jurídicas e Sociais	Robson Antão de Medeiros
Projeto Resgate do Processo Histórico e Cultural do Município do Conde	NDIHR	Regina Célia Gonçalves; Vilma de Lurdes Barbosa; Severino Bezerra da Silva; Maria Helena Cavalcante; Rossana de Sousa Sorrentino; Joana Neves; Alômia Abrantes da

Fonte: UFPB (1995); UFPB (1996); UFPB (1999)

Foram identificados, no período em questão, 70 projetos de extensão em educação popular, distribuídos por diferentes setores da UFPB: 10 projetos no Centro de Educação; 18 na Prac (11 na Copac, 3 na Coex, 2 no Nuppo, 1 no NAC e 1 no NTU); 15 no Centro de Ciências Humanas Letras e Artes (12 nos departamentos e 3 no Seampo); 11 no Centro de Ciências da Saúde (9 nos Departamentos, 1 no NEPH e 1 no Nesc); 3 no Centro de Humanidades; 7 no Centro de Formação de Professores; 1 no Centro de Ciências Sociais Aplicadas; 2 no Centro de Ciências Exatas e da Natureza; 1 no Centro de Formação de Tecnólogos; 1 no Centro de Ciências Jurídicas e Sociais; e 1 no NHDIR.

Da observação desses dados, alguns aspectos chamam a atenção. Em primeiro lugar, constata-se um número expressivo de projetos na área de extensão em educação popular, evidenciando a experiência da UFPB nesse segmento da extensão universitária. Em segundo lugar, tem-se que o maior número desses projetos estão concentrados na Prac (particularmente na Copac) e nos centros que abrigam cursos relacionados com o ensino. No caso da Prac, é digno de referência o envolvimento do servidor técnico-administrativo Emmanuel Falcão com participação em nove projetos.

Analisando a relação apresentada no Quadro 4 segundo a categorização da extensão em educação popular proposta por Brandão (2006), temos que duas categorias congregam a grande maior dos projetos: educação do ensino público e educação das classes populares, que somam 21 e 44 projetos, respectivamente. Essa constatação reforça, de um lado, o papel dos centros voltados para a formação de pessoal para o ensino e, de outro lado, o compromisso de grande número de extensionistas com os movimentos e causas populares.

Após apresentar uma visão geral da extensão em educação popular na década de 1990, passamos a olhar de forma mais detalhada alguns projetos que chamaram a nossa atenção pela sua permanência e pelos seus impactos positivos tanto no ambiente universitário, quanto junto à população alvo. São eles: o Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária – Piac; o Projeto Escola Zé Peão; o Projeto Oficina de Arte da Casa Pequeno Davi; o Projeto Plantas Medicinais; e o Projeto Universidade, Educação Popular e Direitos Humanos. Com base nas entrevistas realizadas com os coordenadores desses projetos, passamos a fazer uma descrição sucinta dos mesmos.

a) Programa Interdisciplinar de ação Comunitária – Piac

O Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária é um dos programas mais antigos em extensão popular na UFPB na perspectiva da organicidade. Vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, vem contribuindo há três décadas no campo do desenvolvimento comunitário por meio de suas ações. O Programa teve início no começo da década de 1990, após uma experiência de trabalho de extensão realizado pela Pró-Reitoria junto à população ribeirinha de Costinha, no litoral da Paraíba, coordenado pela Professora Vera Lucena. O Piac pode ser considerado como um desdobramento dessa ação, passando a ser coordenado por Emanuel Falcão, servidor da Prac que teve uma atuação importante naquela atividade realizada em Costinha.

Segundo o coordenador, alguns fatores podem ser considerados impulsionadores para a concretização do programa, conforme se pode depreender do depoimento abaixo:

[...] A minha experiência com a Educação Popular, surgiu em mil novecentos e oitenta e cinco, quando eu vim estudar. Eu saí do curso de Engenharia Mecânica e vim para o curso de Nutrição. Quando eu comecei a estudar nutrição, as primeiras aulas são de educação popular. Eu tive numa disciplina chamada Desenvolvimento da Comunidade. Essa disciplina me alargou um olhar muito forte para as questões da educação popular. [...] Depois a Pró-Reitoria cria o Programa de Bolsas de Extensão. Foi o professor Ivan Targino mesmo, quando ele foi Pró-Reitor, ele começou a ver esse meu trabalho aqui, que era um trabalho ligado pela linha da Teoria da Complexidade, porque ele não olhava só um setor. O meu programa olha cinco eixos. Ele trabalha com educação popular nos processos organizativos, nos processos produtivos, nos processos culturais, nos processos de qualidade de vida pela linha da educação e saúde. [...] Então, a gente tem produção, organização, formação e qualidade de vida e cultura. [...] O professor Zé Neto, ele cria um conceito novo de extensão chamado extensão popular e faz um estudo detalhado pela educação popular, trazendo a linha de pensadores mais ligados a Freire [...] O meu programa tá totalmente envolvido e continua trabalhando nesses últimos trinta anos, executando projetos de extensão na linha da educação popular, seguindo o conceito do professor José Francisco de Melo Neto em extensão popular [...] É um projeto desde mil novecentos e oitenta e sete, quando ele é criado até agora [...] coordeno esse a vida toda, trinta e três anos de coordenação. [...]

No início, o PIAC estava voltado para atividades nas áreas de serviço social e saúde, e iniciou suas atividades com a suspensão da Pesca da Baleia em Costinha. Atualmente, o coletivo é interdisciplinar, bebendo de várias fontes. Seu objetivo principal é transitar pelas diversas áreas de conhecimento, de acordo com as demandas existentes nos eixos processos de produção, processos culturais, processos organizativos e qualidade de vida.

O projeto congrega estudantes de vários cursos de graduação, daí o seu caráter interdisciplinar. A metodologia básica do projeto é a imersão dos alunos nas comunidades participantes. A partir da vivência nas comunidades, os estudantes vão identificando os problemas existentes e, na medida do possível, ajudam a comunidade a buscar solução para os mesmos. Em virtude da divulgação dessa experiência, houve o desdobramento do projeto através do Estágio Vivência para os alunos da área de saúde. O passo seguinte foi a implantação do Projeto Estágio Nacional de Extensão em Comunidades – ENEC, que visa proporcionar aos estudantes vivências na extensão na perspectiva da educação popular dentro das comunidades, para que estes tenham a visão da realidade social, e como essas comunidades se organizam.

Um aspecto importante desse projeto é a preocupação com o registro das atividades, não só para guardar a memória das ações, mas para elaborar uma reflexão sobre a metodologia adotada e o papel da participação popular. Nesse particular, o coordenador do Projeto já escreveu vários livros (FALCÃO, 2002a; 2002b; 2005; 2011; 2014;2018)

b) Projeto Escola Zé Peão

Podemos destacar também através da análise documental desse período, o Projeto Escola Zé Peão. É um projeto bastante expressivo, iniciado na década de 1990 e que ao longo da sua jornada, agregou outros projetos de extensão. O Projeto Zé Peão foi criado em 1991, com o objetivo de atender as demandas de alfabetização de operários da Indústria da Construção Civil com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de João pessoa - Sintricom.

O coordenador comenta sobre sua trajetória na constituição do projeto,

[...]Mil novecentos e setenta e nove, oitenta, eu comecei a assessorar um projeto, que se chama Sedup - Serviço de Educação Popular, em Guarabira. Éramos o serviço de educação popular ligado à diocese naquela época. O bispo era dom Marcelo Carvalheira, que era um dos bispos mais progressistas. Era um serviço de educação popular, era um grupo que oferecia esses serviços de educação para o movimento sindical rural, para as mulheres, para a população rural, em geral, né? Então, isso talvez tenha sido uma das experiências mais formativas no sentido de ter uma equipe de pessoas, muitos com formações diferentes, mas muito interessante. [...] A coordenadora, era uma freira que se chama Maria Resende, Maria Valéria Rezende [...] Ela é uma grande educadora popular. E ela era coordenadora desse projeto, participei nesse projeto. No fundo, o Sedup me colocou em contato com a construção civil. Eu comecei durante muitos anos a ser

assessor do Sindicato da Construção Civil. É quando a oposição sindical, eventualmente tomou conta do sindicato, ganhou as eleições em oitenta e seis. [...] Ao longo desse tempo, a gente foi discutindo sobre a necessidade de ter um projeto formativo, educativo, né? Dadas as características da categoria, [...] na grande maioria são trabalhadores do interior que têm tido muito pouco acesso à educação e muitos não sabem ler, escrever. Então juntos, o sindicato com a universidade decidiu embarcar nesse projeto que se chama Projeto Escola Zé Peão. [...] Ele deixou de existir em dois mil e dezoito, [...] que em dois mil e quatro eu fui pro MEC, do MEC fui pra UNESCO, quando eu volto em dois mil e onze, eu continuei participando, mas não mais como um coordenador. [...]

A Escola fugia da sala de aula convencional. Era montada nos próprios canteiros de obras. As aulas aconteciam à noite, de segunda à quinta-feira das 19:00h às 21:00h. O objetivo principal do projeto era alfabetizar os operários de forma que estes se tornassem sujeitos críticos e conscientizados da sua autonomia em relação a seus direitos sociais e políticos. O ensino-aprendizagem do projeto também ocorreu fora dos canteiros de obras. Espaços como cinemas, espaço cultural e exposições eram utilizados como forma de atividades.

O projeto proporcionava atividades que posteriormente originaram outros projetos, a exemplo da Biblioteca Volante e Varanda Vídeo. Ao longo de sua trajetória, tornou-se um programa que se articulou com outros programas e projetos, somando uma rede de apoio e construção do conhecimento partilhado na perspectiva da educação popular. Dentre eles é possível mencionar, Projeto Ação Cultural, Projeto Apoio Pedagógico, Projeto Pela Saúde dos Zé Piões e Projeto AMCO – Aprendizagem Móvel no Canteiro de Obras.

Segundo reportagem extraída do Jornal Extra Muros na sua 5ª edição, o projeto passou por décadas, tem seu reconhecimento nacional e internacional, deixando grandes contribuições. Referente ao ensino, estudantes educadores de jovens e adultos passavam por uma formação especial com duração de um mês, antes de ingressar no projeto. Essa necessidade se dava por serem eles mesmos que ministravam as aulas para os operários, com auxílio e acompanhamento contínuo da equipe do projeto. Na pesquisa, tem contribuído em diversas áreas como educação e engenharia de produção, entre outras, gerando artigos, monografias, dissertações e teses neste campo de estudo.

c) Projeto Oficina de Arte da Casa Pequeno Davi

Na perspectiva do desenvolvimento humano de segmentos populares, podemos destacar como bastante significativo, o Projeto Oficina de Arte da Casa Pequeno Davi. De acordo com a história da instituição, a Casa Pequeno Davi (CPD) é uma organização não governamental criada em 1985 que não possui fins lucrativos, situada no Baixo Roger, e tem o propósito de contribuir para o desenvolvimento e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

O Projeto é o elo da Universidade com a instituição Casa Pequeno Davi. O projeto objetiva contribuir para a formação e o desenvolvimento das crianças e adolescentes assistidos pela CPD através do contato com a arte. Utiliza metodologias que inspirem os sujeitos através da criação livre, promovendo o desenvolvimento do seu potencial intelectual, visando vincular o saber fazer das crianças com o conhecimento artístico. Como reforço a esse projeto, identificamos também o projeto Oficina de Arte do Cipro (Centro Popular de Documentação e Informação Utilitária do Baixo Roger), que fica localizado na CPD e trabalha na mesma perspectiva, isto é, o desenvolvimento das crianças através do fazer artístico no processo educativo. Essa atividade é construída pelos esforços dos docentes e discentes do Mestrado de Biblioteconomia.

d) Projeto Plantas Mediciniais

Na saúde, no campo de Plantas Mediciniais, o Projeto Plantas Mediciniais como Instrumento Didático nas Escolas Públicas foi elaborado com o objetivo de facilitar a aprendizagem do ensino de Ciências e Biologia nas escolas públicas de 1º e 2º grau do município de João Pessoa. A primeira ação foi desenvolver cursos para treinar professores que se interessavam em aplicar as plantas medicinais no ensino das Ciências e Biologia.

A Coordenadora relata como iniciou os trabalhos com plantas medicinais na instituição:

[...] Eu iniciei o trabalho com plantas medicinais na universidade, criamos o grupo de medicina alternativa. Nós e os alunos, viu? Nunca fiz nada sem aluno, nunca fiz nada sozinha, andorinha só não faz verão. [...] Então em 1979, precisamente em setembro, nós professores e alunos criamos o Grupo de Medicina Alternativa da Paraíba, GMAP. E aí, o que é que esse grupo podia fazer? E esse grupo nasceu onde? Na farmacologia, na disciplina Farmacologia a qual pertencem com muito orgulho. Então, quais foram os dois professores da farmacologia que entraram nessa ou embarcaram nessa? a professora Zélia Madruga que já era do quadro permanente e a professora, recém-chegada, Rinalda, mas nós não fizemos nada escondido. Com a

permissão do nosso chefe da disciplina, o nosso amado e querido professor Clóvis Beltrão de Albuquerque, um exemplo a ser seguido, um homem com a visão muito aberta. [...] Esse grupo queria estudar plantas medicinais, homeopatia, [...] acupuntura, e se eu não estou enganada é a medicina Ayurveda, a medicina que vem lá da Índia. Então nós nos reuníamos na Farmacologia sim. [...] Então ninguém poderia questionar as plantas não, porque as plantas geraram e geram medicamentos. A planta ninguém colocou barreira não, nem podia porque a Farmacologia nasceu dela. [...] Depois foi criada a disciplina Fundamentos de Homeopatia, em 1984, e depois a disciplina Fitoterapia, oferecidas aos alunos da área de saúde, todas duas são optativas. [...] Então conseguimos implantar a disciplina no meu Departamento, Fundamentos de Homeopatia. [...] E os médicos homeopatas, os primeiros homeopatas vieram desse grupo. [...] A professora Rinalda ficou com as plantas medicinais desde 1979, trabalhando, trabalhando com o povo na decodificação, decodificação do saber científico, devolvendo para o povo aquilo que vem do povo, a ele deve ser devolvido. Maria da Salete Horácio da Silva, a enfermeira, ela não é professora da universidade, ela é técnica. Então, Salete era muito envolvida com o povo. Tinha a Pastoral da Criança e o povo estava querendo aprender mais coisa e queria ver lá dentro da universidade como é que acontecem as coisas. Então nós montamos um curso que durava um ano e meio e tivemos apoio da universidade. [...] O objetivo era esse, devolver ao povo as informações guardadas, armazenadas e publicadas em revistas internacionais, sim, devolver pra eles as informações, fazer a ponte, né? Fazer aquela ponte de ida e volta, mão dupla. [...] Aí nós elaboramos um projeto que foi enviado para o MEC, o professor Ivan Targino teve uma participação aí, sem ele a gente não teria conseguido. A extensão na Universidade sempre foi, eu digo uma coisa que é feita com três pés. Um banco de três pernas, não se equilibra muito não, três pernas é instável e qual era a perna mais fraca da universidade? Era a extensão.

O projeto que a entrevistada se refere, é o denominado Plantas Medicinais na Extensão Universitária, submetido ao Programa Integrado de Plantas Medicinais/ Convênio MEC/SESU. O projeto enfatizou o resgate do saber de professores de escolas públicas e também do idoso. Várias ações foram desenvolvidas e resultaram em uma cartilha cujo nome é “Plantas Medicinais na Atenção Primária à Saúde”.

Essa cartilha foi publicada no primeiro documento Série Extensão. Foi fruto do treinamento que ocorreu por um ano e seis meses e, segundo o documento, foi destinado a pessoas que trabalhavam na saúde, algumas ligadas à Pastoral da Saúde de algumas comunidades de Rio Tinto; Baía da Traição; Mamanguape; João Pessoa e, também, de outros municípios como Solânea, Pirpirituba, Belém, Guarabira, Itapororoca, Serra Redonda.

e) Projeto Universidade, Educação Popular e Direitos Humanos

A UFPB, na década de 1990, vinha apoiando vários movimentos e lutas sociais. No tocante aos direitos humanos, as atividades educativas se intensificaram. Trabalhos formativos envolvendo comunidades da cidade de João Pessoa, escolas públicas do ensino fundamental e médio e o sistema prisional ganharam destaques nesse período. A Comissão de Direitos Humanos da UFPB foi criada em 1989 e com ela surge diversas demandas formativas. (ZENAIDE, 2007)

A Coordenadora explica o contexto em que surgiu o projeto de extensão Universidade, Educação Popular e Direitos Humanos,

[...]O primeiro projeto que a gente começou nessa perspectiva de educação popular e direitos humanos foi um projeto elaborado assim que a gente chegou na Comissão de Direitos Humanos em mil novecentos e noventa e três. Em 1993 [...] vou pra Comissão de Direitos Humanos e aí a gente começa em noventa e quatro, [...] quando eu chego na comissão, a gente muito preocupada, porque [...] ela exigia que a gente fizesse cursos para delegados de polícia, para delegados civis e militares. Então a gente começou primeiro com projetos, eram cursos, cursos de extensão em direitos humanos para policiais militares. [...] Uma coisa que me incomodava muito, era porque, era muita palestra, era um conjunto de palestras. E aí eu dizia que Direitos Humanos não dá para gente fazer meramente com discurso. É preciso ter diálogo, é preciso ter participação, é preciso ter um momento que as pessoas partam das suas experiências. Para poder a gente fazer um tipo de diálogo, uma construção de um conhecimento mais participativo. A gente fazia vários cursos de extensão. [...] Eu fiquei no reitorado de Jader, [...] quando eu fui para a Prac. Eu fui convidada pra coordenar a Copac, [...] fiquei até dois mil e quatro, foram as duas gestões de professor Jader. Aí na COPAC as demandas eram diversas, [...] ela era responsável para ouvir os movimentos sociais na época." [...]

De acordo com o Relatório das Experiências de Educação em Direitos Humanos, o projeto Universidade, Educação Popular e Direitos Humanos é a junção da parceria entre a Comissão e o departamento de Serviço Social do CCHLA. Dentre os objetivos do projeto, podemos destacar a realização de grupos de estudos, oficinas de formação, realização de eventos educativos, construção de metodologias participativas e capacitação de agentes públicos com atuação na defesa e proteção dos direitos humanos (ZENAIDE 1999). O público que o projeto Universidade, Educação Popular e Direitos Humanos abrangia eram policiais militares, comunidades urbanas e Colégio Sesquicentenário. As demandas de capacitação na área de direitos humanos para diferentes públicos eram feitas pela Comissão de Direitos Humanos junto à Copac, ao CCJ e ao CCHLA.

A Coordenadora explica como foi desenvolvido o projeto,

Foi quando eu e Lúcia Lemos que era da Comissão de Direitos Humanos, propomos um projeto, que a gente chamou de Educação Popular e Direitos Humanos. A gente começou [...] nesses cursos que era com policiais militares. Qual foi a ideia? Era introduzir oficinas. Eu fazia oficinas pedagógicas com os policiais. Então, com os policiais, o que é que eu fiz? [...] uma oficina que eu chamava de História de Vida e Direitos Humanos [...] os policiais vêm atacando os direitos humanos e se a gente não tiver uma outra dinâmica, uma outra metodologia a gente não tem como fazer o trabalho de conscientização com eles. [...] Com os bairros populares, [...] era José Américo e Geisel. No José Américo, tem um grupo de freiras lá, [...] freiras franciscanas. A gente fazia um trabalho com elas, [...] a gente fazia curso de extensão para jovens, jovens do Sítio Laranjeiras, que fica ali perto do José Américo. A gente chegou até criar uma Comissão de Direitos Humanos no Geisel. [...] Trabalhamos também no Colégio Sesquicentenário. Na época quem coordenava o Sesquicentenário era Lúcia Giovanna, que era professora da UFPB, da área de arquitetura e era uma extensionista. [...] Lúcia, ela queria fazer do Sesquicentenário, uma cooperativa, uma escola diferente. Então ela convidou vários professores da universidade pra participar dessa experiência. Estava o pessoal do Departamento de História, tinha o pessoal da Sociologia. Todo começo de ano, eles faziam uma semana de formação de professores. Aí aqueles professores da universidade que se engajavam na proposta pedagógica entravam nisso aí. [...] Esse de Educação Popular e Direitos Humanos a gente fez em 1995, 1996 e 1997 até 1999. A gente fez vários anos. A gente começou a noite, depois foi pro dia, [...] durante o dia [...] dava esse curso de uma semana e depois a gente ficava se encontrando pra ver o que é que elas estavam planejando. [...]

Pelo exposto acima, na década de 1990, a extensão na perspectiva da educação popular iniciou-se, principalmente, a partir das demandas de alfabetização de jovens e adultos, da valorização do homem do campo, das questões indígenas, da preservação da cultura no processo de conscientização da busca da cidadania, dos direitos humanos com projetos que validassem a Constituinte recém-criada e projetos que envolviam educação, saúde e qualidade de vida.

3.3.2 Projetos de Extensão em Educação Popular dos anos 2000

A partir dos anos 2000, segundo o Plano Nacional de Extensão Universitária, todos os planos institucionais devem ser categorizados nas oito áreas temáticas: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos; Educação; Meio Ambiente; Saúde: Tecnologia e Trabalho. Os projetos passam a ser catalogados dentro dessas áreas.

No período compreendido entre 2000 e 2009, foram identificados projetos de extensão em educação popular com base nos anais dos encontros de extensão dos anos de 2007, 2008 e 2009 disponibilizados no site da Pró-Reitoria de Extensão. Até o término dessa pesquisa, só estavam disponíveis as informações a partir de 2007. Nesse período, os projetos ficam

disponíveis em formato resumo e formato trabalho completo, mais nem todos os projetos têm o trabalho completo disponibilizado.

Quadro 5. Projetos de extensão em educação popular (2007 a 2009)

PROJETOS	ORIGEM	COORDENADORES
COMUNICAÇÃO		
Programa de Rádio "Universidade Viva"	Centro de Ciências Agrárias	Francisco das Chagas de Lima Gomes
Comunicação e Cidadania na Escola	Centro de Ciências Humanas Letras e Artes	Sheila Mendes Accioly
Inventário Imaterial - Comunidade Porto do Capim	Centro de Ciências Humanas Letras e Artes	Jamile Miria Paiva
CULTURA		
Projeto Catarina	Prac/Coex	Clara Magna Nery Lima; Fernando Abath Cananéa.
Turismo Comunitário no Bairro da Penha: inclusão social para o desenvolvimento do turismo	Centro de Ciências Humanas Letras e Artes	Adriana Brambilla
A Lapinha: Uma Dança Sagrada	Centro de Ciências Humanas Letras e Artes	Maria Eleonora Montenegro de Souza
Projeto A questão Indígena no Nordeste	CCHLA/Seampo	Antonio Mendes da Silva
Grupo Imburana: a promoção da cidadania através da dança popular	Centro de Ciências da Saúde	Marcello Bulhões Martins
DIREITOS HUMANOS		
Educação em Direitos Humanos: a construção da cidadania	Centro de Ciências Jurídicas	José Baptista de Melo Neto
Handebol como prática social para formação da cidadania: uma experiência na comunidade Funcionários I	Centro de Ciências da Saúde	Fernando José Paula Cunha
O Trabalho do NEP Flor de Mandacaru com a Comunidade Quilombola de Paratibe	Centro de Ciências Jurídicas	Maria Luiza Alencar
EDUCAÇÃO		
Formação de Atletas para o Atletismo Escolar e Universitário	Centro de Ciências da Saúde	Pedro de Almeida Pereira
Ação Interdisciplinar na Construção da Escola Pública Popular	Centro de Educação	Edineide Jezine
De Mãos Dadas pela Vida: uma prática pedagógica na Casa da Criança com Câncer	Centro de Educação	Ana Maria Coutinho Bernardo
Educação e Biblioterapia: uma prática pedagógica na Casa da Criança	Centro de Educação	Ana Maria Coutinho Bernardo
A Educação Ambiental, Perspectiva da Pedagogia de Projetos, na Alfabetização de Jovens e Adultos	Prac	Bernardina Silva de Carvalho

Conhecendo a Paraíba: articulando saberes do campo e da cidade	Centro de Ciências Exatas e da Natureza	Maria de Fátima Ferreira Rodrigues
Educação Popular do Campo em Assentamentos de Reforma Agrária: Trabalho e Formação Docente Através de Oficinas Pedagógicas	Centro de Educação	Maria do Socorro Xavier Batista
Escola Aberta	Prac	Tereza Queiroz; Vilma Barbosa; Paula Renata Cairo do Rego
Consolidando Experiências de Extensão: O Curso Pré-Universitário Popular como Forma de Democratização e Acesso ao Ensino Superior	Prac	Vilma de Lurdes Barbosa
Direitos linguísticos e inclusão Social: Oficinas de língua francesa para a comunidade Maria de Nazaré	Centro de Ciências Humanas Letras e Artes	Marta Pragana Dantas
Educação e Arte por Toda Parte: uma prática educativa na Casa da Criança com Câncer	Centro de Educação	Ana Maria Coutinho Bernardo
Biblioteca Volante na Escola Zé Peão	Centro de Educação	José Barbosa da Silva
Formação continuada de educadores na perspectiva da educação popular do campo	Centro de Educação	Maria do Socorro Xavier Batista
Programa Conexões de Saberes: diálogos entre as universidades e as camadas populares	Prac	Suelídia Maria Calaça
MEIO AMBIENTE		
O Movimento Agroecológico como Difusor da Agroecologia no Estado da Paraíba	Centro de Ciências Agrárias	Djail Santos
SAÚDE		
Atenção Social e Integral ao Adolescente e a Família na Comunidade do Porto do Capim	Centro de Ciências da Saúde	Rossana Maria Souto Maior Serrano
Projeto Passarinho	Centro de Ciências da Saúde	Tereza Neumann Alcoforado Costa
Danças Circulares Sagradas na UFPB	Centro de Ciências Humanas Letras e Artes	Maria Eleonora Montenegro de Souza
Educação Popular e Atenção à Saúde da Família	Centro de Ciências da Saúde	Eymard Mourão Vasconcelos
Para Além da Psicologia Clínica: Psicologia e Atenção à Saúde na Comunidade Maria de Nazaré	Centro de Ciências Humanas Letras e Artes	Marísia Oliveira da Silva
Buscando a Humanização da Formação do Profissional de Saúde	Centro de Ciências da Saúde	Cristine Hirsch-Monteiro
Fisioterapia na Comunidade	Centro de Ciências da Saúde	Kátia Suely Queiroz Silva Ribeiro
Práticas Integrals da Nutrição na Atenção Básica em Saúde (PINAB)	Centro de Ciências da Saúde	Ana Claudia Cavalcanti Peixoto de Vasconcelos

Projeto Valentina: Apoio Social, Saúde e Educação Popular	Centro de Ciências da Saúde	Rodrigo Pinheiro de Toledo Vianna
Projeto de Educação em Saúde na Atenção a Gestantes e Puérperas	Centro de Ciências da Saúde	Patrícia Serpa de Souza Batista
Projeto Educação Popular e Atenção à Saúde do Trabalhador (PEPAST)	Centro de Ciências da Saúde	Dailton Alencar Lucas de Lacerda
Projeto Passarinho	Centro de Ciências da Saúde	Teresa Neumann Alcoforado Costa
Saúde Bucal na Comunidade (SABUCOMU)	Centro de Ciências da Saúde	Wilton Wilney Nascimento Padilha
Projeto Pesquisa em Extensão na Saúde Coletiva (PESC/UFPB)	Centro de Ciências da Saúde	Lindemberg Medeiros de Araújo
A Visita Domiciliar como Estratégia de Educação Nutricional e Promoção da Saúde	Centro de Ciências da Saúde	Lindemberg Medeiros de Araújo
TECNOLOGIA		
Mapeando Áreas e Descobrimo Terrenos: a topografia a serviço de uma nova cidadania	Centro de Tecnologia	Antônio Paulo De Cabral
TRABALHO		
Reflex-ação Sobre o Desenvolvimento Rural na Paraíba	Centro de Ciências Humanas Letras e Artes	Francisco Antônio Holanda Farias
Protagonismo Infante Juvenil e Educação Popular: ações extensionistas nas atividades sócio-educativas do PETI	Centro de Ciências Humanas Letras e Artes	Maria de Fátima Pereira Alberto
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil: ações de potencialização das crianças e adolescentes atendidas nas ações sócio-educativas	Centro de Ciências Humanas Letras e Artes	Maria de Fátima Pereira Alberto
Projeto de Extensão Popular Saruê	Centro de Ciências Médicas/Incubes	Felipe Proenço de Oliveira
Projeto “ENEC-VEPOP”	Prac	Emmanuel Fernandes Falcão; Rossana Maria Souto Maior Serrano
Análise conjuntural como suporte à assessoria aos movimentos sociais e entidades de classe	Centro de Ciências Sociais Aplicadas	Ivan Targino Moreira

Fonte: UFPB (2007); UFPB (2008); UFPB (2009)

De acordo com as informações contidas no Quadro 5, foram identificados 48 projetos no período em foco. Devemos ressaltar, de início, que não é possível comparar com o número de projetos contabilizados no período anterior por duas razões principais. Em primeiro lugar, em 2002, houve a criação da Universidade de Campina Grande, subtraindo quatro Campi da UFPB. Em segundo lugar, pela diferença das fontes de informação, pois no último período os dados foram colhidos nos registros digitais da Prac e boa parte do material não está disponível para a coleta dos dados.

Apesar das limitações apontadas para se proceder a comparações entre esse período e o anterior, é possível apontar alguns aspectos importantes, a saber:

- a) os Centros que oferecem cursos relacionados com a formação de professores detêm um número expressivo de projetos, cerca de 40%;
- b) há uma redução expressiva no número de projetos da Prac, tanto nos sob responsabilidade da Copac, quanto da Coex. De modo particular, os Núcleos não têm projetos registrados;
- c) houve um aumento nos projetos do CCS. A maior parte dos projetos está relacionada com a saúde familiar e com a saúde comunitária, possivelmente, isso mantém relação com a expansão dos serviços de saúde resultado do fortalecimento do SUS e da política de saúde familiar do governo federal a partir do Governo Lula;

Dentre os projetos rastreados na década de 2000 alguns merecem destaque seja pela sua longevidade, seja pela abordagem inovadora na questão da saúde familiar e comunitária. Aqui são lembrados, especialmente, três projetos: a) o Projeto Catarina; b) o Projeto Conhecendo a Paraíba; e o Projeto Educação Popular e Atenção à Saúde do Trabalhador (Pepast). A seguir são lembrados alguns aspectos desses projetos:

a) Projeto Catarina

Na Cultura, vale destacar o Projeto Catarina, que tem um histórico de permanência desde o início da década de 1980. O coordenador do projeto se reporta a sua trajetória no contexto histórico do projeto Catarina nos seguintes termos:

[...] Minha experiência pessoal começa no teatro comunitário em 1976. Em setenta e sete eu me torno secretário geral da Federação Paraibana de Teatro Amador. Sempre fiz teatro fora dos palcos, fiz teatro na rua [...] fiz teatro para a comunidade. Então eu vinha já desde o nível médio e depois na graduação de pedagogia, eu vinha sendo provocado e estimulado pelo teatro popular [...] pelas leituras da pedagogia do oprimido, educação como prática da liberdade de Paulo Freire. [...] Então eu chego na universidade em 1978 já motivado, provocado, já imerso nesse processo de educação popular. [...] Há quarenta e dois anos o que me move dentro da UFPB é exatamente a compreensão de que a universidade tem como principal função e missão a extensão, porque quando fazemos extensão, nós fazemos ensino e fazemos pesquisa. A extensão ela vem eivada, ela vem cheia, ela vem repleta de ações de ensino e de pesquisa. [...] Dito isso, eu quero também registrar a importância do professor Ivan Targino Moreira. Tive a honra de coordenar a extensão cultural na época em que ele foi o pró-reitor da Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários e Extensão. Essa Pró-Reitoria [...] foi criada em 1978, cujo primeiro pró-reitor foi o professor Everaldo Lucena da Costa

falecido há seis meses, recentemente no município do Conde. [...] Eu tive a honra de participar da equipe de criação da Pró-Reitoria, que a época tinha a mesma sigla Prac, mas era só Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários. [...] No final dos anos noventa, o Consepe aprova uma resolução em que transforma a Prac em Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Extensão. Nessa perspectiva eu tive a honra de trabalhar tanto com o professor Everaldo Lucena da Costa como ser liderado pelo grande mestre Ivan Targino Moreira. Então eu pertenço a um grupo de pesquisa que é o mais antigo grupo de pesquisa da UFPB no campo da extensão popular que é o grupo de pesquisa Extelar. Extelar com X de extensão. Nós somos registrados no CNPQ como grupo de pesquisa em extensão popular. Então é esse o arcabouço sobre o qual nos debruçamos. [...] Eu sou fundador junto com o professor José Francisco de Melo Neto, nós somos fundadores do Extelar, o Extelar hoje é liderado pelo professor Pedro José Cruz.[...] Professor Zé Neto, o fundador principal, nós continuamos no grupo como membros, como pesquisadores, mas muito antes disso, lá nos idos de 1978, eu participei de um projeto, chamado projeto Cabedelo, é um projeto criado na perspectiva de interagir a educação básica com os diferentes contextos da cultura, na época liderado pelo professor Silvino Espínola ainda vivo e em seguida eu assumi a coordenação desse projeto, não mais com o nome de Cabedelo, mas com o nome de projeto Arte e Cultura Catarina ou simplesmente projeto Catarina como a gente conhece ele na Prac. Hoje coordenado pela filósofa Clara Magna Nery Lima. Eu coordenei esse projeto por doze anos e depois a coordenação passou para Clara, eu continuo como consultor, como assessor do projeto. [...]

O referido projeto desenvolvia ações culturais no município de Cabedelo e por isso recebeu o nome de Projeto Cabedelo. Inicialmente este projeto foi elaborado em parceria da universidade com a prefeitura de Cabedelo e a Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão - Funape. Para Cananéa (2011), o projeto apresentava características ousadas para a época, pois buscava uma postura democrática, utilizando os saberes populares da comunidade na construção dos seus objetivos, ao gerar ação e reflexão.

O projeto foi extinto por motivos de cortes nas verbas destinadas à manutenção do mesmo. Nesse período, sem contar com apoio algum, a UFPB manteve alguns técnicos que continuaram assessorando os monitores da própria comunidade, estes abraçam o comando das ações. Em 1993, devido ao apoio e incentivos do novo Reitorado e da Coordenação de Extensão Cultural, o projeto retoma com o nome de Projeto Catarina, abarcando agora toda a comunidade em diferentes contextos culturais (CANANÉA 2011).

O Coordenador completa ao falar do cenário que evolui a criação do projeto que teve início como projeto Cabedelo,

[...] Um povo sem identidade cultural jamais será povo, conseqüentemente será uma nação frágil. Então a partir daí, eu me interessei por trabalhar dentro da extensão popular com os princípios da educação popular e com as

categorias cultura popular e identidade cultural. [...] Então esse foi o arcabouço teórico metodológico que eu fui construindo a partir de 1978, chegando a 1985 em Cabedelo, para ajudar a formar uma associação que existe até hoje, chamada AACC Associação Artístico Cultural de Cabedelo. Eu presidi a Assembleia de Fundação dessa associação, que passou a absorver esse antigo projeto Cabedelo que depois tomou o nome de Arte e Cultura Catarina. [...] Outra ONG também criada por nós, chamada Fundação Fortaleza de Santa Catarina que administra a Fortaleza de Santa Catarina, patrimônio do século dezesseis que tem sede no município de Cabedelo, dezoito quilômetros da capital João Pessoa. [...] Então na AACC e na Fundação Fortaleza de Santa Catarina, nós demonstramos durante todos esses anos a profunda força que a Universidade Federal da Paraíba teve e tem na extensão popular. Essas duas ONGs que atuam em Cabedelo, elas são frutos da participação popular num projeto de extensão popular da UFPB/Prac. Então, nós lançamos essa semente em 1978 por meio do projeto Cabedelo que depois passa a se chamar projeto Arte e Cultura Catarina, projeto Catarina que existe até hoje. E esse caminhar foi empoderando criticamente a sociedade civil organizada de Cabedelo para o surgimento dessas duas ONGS. [...]

O projeto que agora é chamado de Arte e Cultura Catarina ou somente Catarina é sediado nas dependências da Fortaleza de Santa Catarina em Cabedelo/PB. Desenvolve ações em busca da cidadania através do resgate da identidade cultural do povo dessa localidade. A participação da comunidade é a peça fundamental desse projeto. Através da arte estimula a população a ser sujeito protagonista de sua cultura. Ao resgatar a identidade cultural, promove diversas manifestações de cunho artístico que a cidade hospeda, dessa maneira a cultura é mantida e passada para outras gerações.

b) Projeto Conhecendo a Paraíba

Na temática educação, podemos citar o Projeto Conhecendo a Paraíba que, iniciado na década de 1990, ainda se encontra ativo. Foi estabelecido pela Professora Emília de Rodat Fernandes Moreira do departamento de Geociências em 1995. Suas atividades são realizadas no Laboratório e Oficina de Geografia da Paraíba – Logepa. No Laboratório existe uma maquete do estado da Paraíba com uma dimensão de 4 metros por 8 metros, elaborada a partir das cartas da Sudene ao milionésimo. A maquete reproduz todo o relevo do Estado, a rede hidrográfica, a localização das sedes municipais e indicação das principais lavouras de cada região do Estado. Além da maquete, o Laboratório também disponibiliza material da paleontologia estadual, amostra das principais rochas, exemplares do artesanato etc. A motivação para a criação desse projeto se deu pela necessidade de dinamizar o ensino da Geografia que, via de regra, é ministrado de forma estática que não dialoga com outras áreas.

Esse projeto visa romper com o ensino hegemônico que vinha sendo praticado, criando novas metodologias de ensino, através da extensão. De acordo com o depoimento da coordenadora:

O projeto “CONHECENDO A PARAÍBA” teve início em 1995. Durante este período atendeu mais de 7.000 estudantes da rede pública e privada de ensino além de professores, orientadores e coordenadores pedagógicos. Além disso contribuiu com os movimentos sociais rurais e urbanos fornecendo cursos, assessorando e colaborando na organização de eventos. Realizou concomitantemente várias pesquisas voltadas para o fortalecimento das atividades de extensão, trabalhando assim de forma integrada, e ainda é responsável pela editoração da revista “Conhecendo a Paraíba” e os “Cadernos do Logepa” (MOREIRA, 2021).

Uma marca importante desse projeto é a prática da articulação com o ensino e com a pesquisa, praticando o preconizado no artigo 207 da Constituição Federal de 1998. Além disso, o Projeto também se destaca pela busca com a interlocução com outros projetos de extensão. São exemplo disso: a) parceria com o Projeto Zé Peão e com o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e João Pessoa e com a Pastoral do Migrante; essa atividade consistiu numa série de oficinas realizadas com 84 trabalhadores da construção civil abordando o tema da migração desses trabalhadores; o produto final dessa atividade foi a construção de uma maquete representando as trajetórias migratórias desses trabalhadores; b) participação no Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil na Paraíba, resultando na formulação e implantação de um banco de dados sobre o trabalho infantil na Paraíba; c) junto com o Ceresat e com o Seampo, participou na elaboração e planejamento do “Curso de Formação para agentes sociais na área de trabalho infanto-juvenil urbano e rural”.

Quanto à metodologia empregada, a Coordenadora assim se exprime:

O desenvolvimento do “Projeto Conhecendo a Paraíba” compreende atividades de extensão que se articulam a atividades de ensino e de pesquisa. Assim sendo, são vários os procedimentos metodológicos utilizados os quais vão desde o atendimento a alunos, professores, diretores e outros profissionais vinculados ao ensino fundamental, médio e superior, à produção de recursos pedagógicos de apoio a este atendimento, à produção e divulgação do conhecimento através da realização de pesquisas e da publicação de material didático de suporte ao ensino de Geografia, até a ministração de cursos de extensão (MOREIRA, 2021).

Diante desse contexto de debates com professores e lideranças de movimentos sociais, o projeto foi se consolidando com impactos no ensino, na pesquisa e na extensão. Um projeto inovador que trouxe significantes mudanças no ensino da Geografia, na constante busca da criação e recriação de metodologias que quebrassem a lógica do ensino conservador, e ao

mesmo tempo fornecia mecanismos da realidade ao aproximar Universidade e Sociedade, e transformar a pesquisa em pesquisa útil que dialoga com a realidade, em um processo de retroalimentação.

c) Projeto Educação Popular e Atenção à Saúde do Trabalhador (Pepast)

Na área da saúde, temos em destaque o Projeto Educação Popular e Atenção à Saúde do Trabalhador (Pepast). É um projeto que enfatiza o cuidado com a saúde do trabalhador, ao utilizar o fator humanizador como elemento principal das suas atividades. Um dos objetivos é contribuir com a qualidade de vida desses indivíduos, na medida que desenvolve estratégias que facilite o enfrentamento dos direitos da saúde dessa população.

O referido projeto foi criado em 2006, com uma nova perspectiva, apesar de ser fruto de um outra experiência de extensão, desenvolvida em 1998 pelo CCS, o Programa de Fisioterapia do Trabalho – Profit, que na época tinha uma perspectiva de caráter mais assistencialista. O Pepast surge na abordagem dialógica, humanizante e de atenção ao cuidado na saúde do trabalhador (LACERDA, 2013).

As atividades são realizadas nas unidades de saúde básica das comunidades Maria de Nazaré, Grotão e nas unidades chamadas “Sentinelas” do município de João Pessoa. Conta com o apoio do Centro de Referência Regional em Saúde do Trabalhador (Cerest). O projeto busca promover o planejamento participativo e incentiva o protagonismo dos alunos bolsistas e voluntários participantes do Projeto. As atividades são registradas em atas por meio de relatórios de atividades diárias e posteriormente é elaborado um relatório final, que é enviado à Proex.

Nesse período é possível perceber, mesmo com a coleta limitada, projetos que perpassam por décadas, projetos consolidados que mesmo com relatos de dificuldades financeiras de apoio a extensão, eles conseguem sobreviver durante muito tempo com seus propósitos. O campo da saúde desde a década de 1990, imprime projetos na perspectiva da educação popular. Percebe-se que, ao passar dos anos, surgem novas propostas de variadas demandas da área da saúde e propostas reformuladas frutos de outras experiências.

3.3.3 Projetos de Extensão em Educação Popular de 2010 a 2016

Dando continuidade ao resgate histórico da extensão em educação popular, no Quadro 6 estão listados os projetos que adotam a educação popular como eixo orientador das suas práticas no período de 2010 a 2016. Esse é um período em que a UFPB ainda não tinha um sistema mais eficiente de registro de atividades de extensão. A partir de 2017, o módulo extensão do SIGAA começou a ser utilizado. A partir de então, não só projetos, mas todas as propostas de extensão passaram a ser registradas no sistema através dos editais internos já mencionados. As informações contidas no Quadro 6 foram extraídas dos anais dos encontros de extensão realizados no período em pauta, estratificados de acordo com as áreas definidas pelo Forprex.

Quadro 6. Projetos de extensão em educação popular (2010 a 2016)

PROJETOS	ORIGEM	COORDENADORES
COMUNICAÇÃO		
Rádios Comunitárias e Economia Solidária: Fortalecendo a Voz Popular na Região Metropolitana de João Pessoa	Prac/Incubes/UFPB	José Francisco de Melo Neto
Escola Agroecológica: Cultivando Saberes e Gerando Transformações Socioeconômicas na Agricultura Familiar do Território da Borborema	CCHSA/UFPB	Alexandre Eduardo de Araújo
Implantação da Justiça Juvenil Restaurativa na Paraíba: responsabilização e protagonismo com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação.	CCHLA/UFPB	Carmélio Reynaldo Ferreira; Maria de Fátima Pereira Alberto
Programa Mais Saúde na Comunidade (PMSC): promovendo a saúde através da comunicação, arte e cultura orientadas pela educação popular.	CCS/UFPB	Dailton Alencar Lucas de Lacerda
CULTURA		
Educação como Ponte para a Preservação da Memória e Cultura "Potiguará"	CCHLA/UFPB	Antônio Mendes da Silva
Projeto Teatro Pedagógico	CE/UFPB	Não encontrado
Projeto Ação Cultural no Programa Escola Zé Peão	CCSA/UFPB	Alba Lígia de Almeida Silva

Grupo Imburana: A promoção da cidadania através da cultura popular	CCS/UFPB	Marcello Fernando Bulhões Martins
Arte e Cultura Catarina	Prac/UFPB	Clara Magna Nery Lima
Oficina Permanente de Teatro	Prac/UFPB	Mônica Maria Macedo Hermínio
Projeto Poesia Ocupacional	CCS/UFPB	Dhyego de Lima Nogueira
Trabalho Social na Comunidade Porto do Capim	CCHLA/UFPB	Maria de Lourdes Soares
Rede Educativa, Empreendedora e Colaborativa no Secretariado – RECOSEC	CCA/E/UFPB	Maria Luzitana C. dos Santos
Economia Solidária e Território: fortalecimento dos núcleos de desenvolvimento solidário a apoio as políticas públicas de economia solidária.	Prac/Incubes/UFPB	Vanderson Carneiro
DIREITOS HUMANOS		
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil: Ações de Potencialização das Crianças e Adolescentes Atendidas nas Ações Sócio-Educativas e de Convivência	CCHLA/UFPB	Gabriel Pereira de Sousa; Maria de Fátima Pereira Alberto
Direitos Humanos e Grupos Vulneráveis: integração prática de atuação jurídica interdisciplinar com os Centros de Referência da Cidadania da Prefeitura Municipal de João Pessoa	CCJ/UFPB	Eduardo Fernandes de Araújo
Justiça Comunitária e Mediação de Conflitos (Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru)	CCJ/UFPB	Ana Lia Almeida; Roberto Efreim Filho
Assessoria a casos de violação do direito à Terra (Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru)	CCJ/UFPB	Roberto Efreim Filho
Analisando a Realidade Brasileira: educação popular com movimentos sociais	CCJ/UFPB	Ana Lia Vanderlei de Almeida

Assessoria Jurídica, Educação Popular e Luta pela Terra (Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru)	CCJ/UFPB	Roberto Efrem Filho
Cidadania em Extensão: Acesso à Justiça e Mediação de Conflitos (Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru)	CCJ/UFPB	Juliana Toledo Araújo Rocha
Educação em Direitos Humanos: a construção da cidadania	CCJ/UFPB	José Baptista de Mello Neto
Educação Jurídica Popular: acesso à justiça por mulheres positivas	CCJ/UFPB	Tatyane Guimarães Oliveira
Memória em Extensão: a prática extensionista nas comunidades Potiguara de Rio Tinto	CCJ/UFPB	Eduardo Fernandes de Araújo
Assessoria Jurídica e Educação Popular em Direitos Humanos junto à Comunidade Quilombola de Paratibe Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru)	CCJ/UFPB	Enoque Feitosa
Direitos Humanos, Juventude e Segurança Pública	CCHLA/UFPB	Maria Lígia Malta
Cidadania e direitos humanos: educação jurídica popular no Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira	CCJ/UFPB	Ludmila Cerqueira Correia
Direitos Humanos, Juventude e Segurança Humana	CCHLA/UFPB	Maria Lígia Malta
Ymyrapytã: Povos Tradicionais e Meio-Ambiente	CCJ/UFPB	Eduardo Fernandes de Araújo
Assessoria Jurídica, Educação Popular e Conflitos Territoriais Urbanos e Rurais.	CCJ/UFPB	Roberto Cordoville Efrem de Lima Filho
Assessoria Jurídica, educação popular e Luta pelo Trabalho	CCJ/UFPB	Renata Ribeiro Rolim
Centro de Referência em Direitos Humanos: assessoria jurídica popular e educação em Direitos Humanos na comunidade	CCJ/UFPB	Hugo Belarmino de Moraes

Porto do Capim em João Pessoa/PB.		
Diálogos e Articulações em prol de uma Justiça Juvenil	CCHLA/UFPB	Maria de Fátima Pereira Alberto
Juventude Popular da Paraíba: promoção de direitos, iniciativas e organização social	CCHLA/UFPB	Luciana Batista de Oliveira Cantalice
Assessoria Jurídica e Educação Popular em Gênero, Feminismo e Sexualidade (Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru).	CCJ/UFPB	Fredys Orlando Sorto
Poesia Ocupacional	CCS/UFPB	Joana Rostirolla Batista de Souza
Projeto PROTOS - Educação em Direitos Humanos	CCJ/UFPB	Alessandra Macedo Correia Lima Franca
Projeto Saúde Ambiental na Escola	CCA/E/UFPB	Micheline de Azevedo Lima
Cidadania, Identidade e Participação - CIP	CCJ/UFPB	Larissa Teixeira Menezes de Freitas
Hortas Educativas na emancipação social de sujeitos em situação de vulnerabilidade	CCHSA/UFPB	Alexandre Eduardo de Araújo
Implantação da Justiça Juvenil Restaurativa na Paraíba: Responsabilização e Protagonismo	CCHLA/UFPB	Maria de Fátima Pereira Alberto
Juventude Popular da Paraíba: formação, consciência, organização e direitos.	CCHLA/UFPB	Luciana Batista de Oliveira Cantalice
Programa de Educação Tutorial Indígena	CCHLA/SEAMPO/UFPB	Aldenor Rodrigues de Souza Filho
EDUCAÇÃO		
Conhecendo a Paraíba	CCEN/UFPB	Maria de Fátima de Albuquerque Rangel Moreira
Oficina de Arte da Casa Pequeno Davi	CCHLA/UFPB	Lívia Marques Carvalho
A Experiência do Ensino Coletivo de Instrumento do MCET - Musicalização através do Ensino Coletivo do Teclado/Piano - UFPB	CCHLA/UFPB	Josélia Ramalho Vieira

Construindo caminhos socioeducativos para a cidadania no PETI	CCHSA/UFPB	Efigênia Maria Dias Costa; Rita Cristiana Barbosa
Os Espaços não Escolares e a Educação do Campo: fortalecimento de ações para o desenvolvimento local	CCHSA/UFPB	Cláudia da Silva Rodrigues
Estágio Nacional de Extensão em Comunidade (ENEC) - PIAC.	CCM/UFPB	Wladimir Nunes Pinheiro
DE MÃOS DADAS PELA VIDA: Uma prática educativa na Casa da Criança com câncer da Paraíba (NACC-PB)	CE/UFPB	Ana Maria Coutinho Bernardo
Projeto Biblioteca Volante (BV)	CE/UFPB	José Ramos Barbosa da Silva
AMCO - Aprendizagem Móvel no Canteiro de Obras	CE/UFPB	Timothy Denis Ireland.
Programa de extensão em Educação Popular de Jovens e Adultos (PEPEJA)	Prac/UFPB	Bernardina Carvalho
Direitos Linguísticos e Inclusão Social: oficinas de língua francesa	CCHLA/UFPB	Marta Pragana Dantas; Lavínia Teixeira Gomes
Educação do Campo: a relação escola comunidade e saberes	CE/UFPB	Severino Bezerra da Silva
Escola e participação cidadã	CE/UFPB	Orlandil de Lima Moreira
Expoentes da Educação e dos Movimentos Sociais do Vale do Mamanguape	CCA/E/UFPB	Paulo Roberto Palhano Silva
Fortalecendo a formação da professora da primeira infância	CCHSA/UFPB	Efigênia Maria Dias Costa
A Questão Indígena no Nordeste: a educação diferenciada nas escolas das aldeias Jaraguá e Monte-Mor	CCHLA/Seampo/UFPB	Antônio Mendes da Silva
Subindo a Ladeira: Educação Patrimonial e História da Paraíba no Varadouro- João Pessoa PB	CCHLA/UFPB	Regina Célia Gonçalves; Cláudia Cristina do Lago Borges
Educação e Cidadania: Oficinas de Direitos Humanos com Crianças e Adolescentes na Escola	CE/UFPB	Maria do Amparo Caetano de Figueiredo

Exposição dos Expoentes da Educação: Educadores Escolares e dos Movimentos Sociais do Vale do Mamanguape	CCAUE/UEPB	Paulo Roberto Palhano Silva
Olimpíada Pessoaense de Matemática	CCEN/UEPB	Eduardo Gonçalves Santos
Projeto Asé Novo Horizonte	CCHLA/Seampo/UEPB	Francisco Antônio Holanda Farias
Projeto Ecovárzea Forte	CCHLA/Seampo/UEPB	Francisco Xavier Pereira da Costa
Quintais de Saúde - a fitoterapia como alternativa para a saúde da população e como fonte de geração de renda	CCM/UEPB	Não encontrado
Economia Solidária de Finanças Solidárias na Região Metropolitana de João Pessoa	Prac/Incubes/UEPB	Vanderson Gonçalves Carneiro
Educação, habitus e identidade e economia solidária, camponesa e vida universitária no Vale do Mamanguape	CCAUE/UEPB	Paulo Roberto Palhano Silva
Acesso e Permanência de Jovens de Origem Popular à Universidade: diálogos universidade-comunidade da Universidade Federal da Paraíba	CE/UEPB	Suelídia Maria Calaça
Bioética Itinerante	Cbiotec/UEPB	Jailson José Gomes da Rocha
Ciclos Dialógico-Vivencial no Campo da Extensão Universitária	CCHLA/UEPB	Iolanda Carvalho de Oliveira
Educação Integral: fortalecendo a relação escola e comunidade	CE/UEPB	Orlandil de Lima Moreira
A Escolarização que promove superação de dificuldades e necessidades de aprendizagem da vida de adolescentes residentes em casas de acolhimento	CE/UEPB	Maria da Conceição Gomes Miranda
Agroecologia e a Educação para Convivência com o Semiárido	CCHSA/UEPB	Albertina Maria Ribeiro Brito de Araújo
Projeto Apoio Pedagógico ao Programa Escola Zé Peão	CE/UEPB	José Ramos Barbosa da Silva
Projeto Cursinho Pró-Enem Comunitário do CCA/UEPB	CCA/UEPB	Djail Santos

Feminismo, Formação Política e Movimento de Mulheres da Paraíba	CCHLA/UFPB	Nívia Cristiane Pereira da Silva
Protagonismo Juvenil	CCSA/UFPB	Joseneide Souza Pessoa
Tradução e Empoderamento da Mulher	CCHLA/UFPB	Tânia Liparini Campos
MEIO AMBIENTE		
Educação Popular em Áreas de Degradação Ambiental: a realidade da Travessa dos Palmares, Cruz das Armas - João Pessoa-PB.	CCHLA/UFPB	Maria Valéria Costa Aldeci de Oliveira
Extensão Popular em Saúde, do Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária com o Estágio Nacional de Extensão Comunitária - PIAC/ENEC	CCM/UFPB	Wladimir Nunes Pinheiro
Juventude Rural e Empoderamento: formação de agentes ambientais	CE/UFPB	Maria de Fátima Ferreira Rodrigues
Ecologia e Saúde na escola	CCA/E/UFPB	Micheline de Azevedo Lima
Projeto Escola Agroecológica: Cultivando saberes e gerando transformações socioeconômicas para agricultura familiar	CCHSA/UFPB	Alex da Silva Barbosa
Práticas Integradas de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica (PINAB) - Horta Comunitária.	CCS/UFPB	Pedro José Santos Carneiro Cruz
Educação Ambiental no Campus III: propostas de ações para formação de cidadãos conscientes	CCHSA/UFPB	Vênia Camelo de Souza
Requalificação Ambiental do Porto do Capim	CCEN/UFPB	Araci Farias Silva
SAÚDE		
Ação Interdisciplinar para a Promoção da Saúde na Comunidade Maria de Nazaré	CCS/UFPB	Gildecilves de Lira
Práticas Integradas da Nutrição na Atenção	CCM/UFPB	Pedro José Santos Carneiro Cruz

Básica em Saúde (PINAB)		
Saúde Bucal na Comunidade (SABUCOMU)	CCS/UFPB	Wilton Wilney Nascimento Padilha
Projeto de Educação Popular de Atenção à Saúde do Trabalhador (PEPAST)	CCS/UFPB	Carina Carvalho Correia Coutinho
Fisioterapia na Comunidade	CCS/UFPB	Kátia Suely Queiroz Silva Ribeiro
Educação Popular de Atenção à Saúde da Família (PEPASF)	CCM/UFPB	Maria do Socorro Trindade Moraes; Gildeci Alves de Lira
Educação Popular em Saúde na Atenção à Gestantes e Puérperas	CCM/UFPB	Maria do Socorro Trindade Moraes
Projeto Capacitação em Gerontologia	Prac/Copac/UFPB	Maria das Graças Lucena
Práticas de Extensão na Saúde Coletiva – PESC-UFPB	CCS/UFPB	Lindemberg Medeiros de Araújo
Projeto Vidas Paralelas (PVP)	CCS/UFPB	Pedro José Santos Carneiro Cruz; Dailton Alencar Lucas de Lacerda; Carina Carvalho Correia
Danças Circulares na UFPB	CCHLA/UFPB	Maria Eleonora Montenegro de Souza
Rodas de Terapia Comunitária: construindo espaços terapêuticos populares nas comunidades quilombolas do Gurugi e Ipiranga.	CTDR/UFPB	Maurício Sardá de Faria
Projeto Aquarela	CCS/UFPB	Wilton Wilney Nascimento Padilha
Projeto PalhaSUS	CCM/UFPB	Janine Azevedo Nascimento; Adenildo Araújo de Moraes Fernandes Costeira
Prática Integrals de Educação Popular e Saúde Comunitária	CCM/UFPB	Marcos Oliveira Dias Vasconcelos
Práticas Integrals de Promoção da Saúde e Nutrição no Ambiente Escolar	CCM/UFPB	Eduardo Simon
Projeto Educação Nutricional e Saúde	CCS/UFPB	Lindemberg Medeiros Araújo

Projeto Passarinho	CCS/UFPB	Anna Rosa Occhiuzzo
Alimentação, Nutrição, Saúde, Trabalho na Construção Civil	CCS/UFPB	Lindemberg Medeiros de Araújo
Educação Popular em Saúde Auditiva na Atenção às Gestantes, Puérperas e Lactantes do Hospital Universitário Lauro Wanderley - UFPB	CCS/UFPB	Luciana Pimentel Fernandes de Melo
EDUPFONO – Educação Popular em Saúde Escolar: reorientando práticas de cuidado e promovendo o protagonismo cidadão em parceria com a comunidade	CCS/UFPB	Luciana Cabral Figueiredo
Projeto Educação Popular e Saúde do Trabalhador (PEPST)	CCS/UFPB	Dailton Alencar Lucas de Lacerda
Horta Popular Boa Esperança - PINAB	CCS/UFPB	Pedro José Santos Carneiro Cruz
Programa Vivências de Extensão em Educação Popular e Saúde no SUS (VEPOP-SUS)	CCM/UFPB	Pedro José Santos Carneiro Cruz
Educação em Saúde no Território da Estratégia de Saúde da Família	CCS/UFPB	Nilza Maria Cunha
Educação Popular em Saúde no Cuidado em Enfermagem na Comunidade	CCS/UFPB	Patrícia Serpa de Souza Batista
Educação Popular, Família e Escola – reorientando práticas de cuidado à saúde em parceria com a comunidade	CCS/UFPB	Brunna Thaís Luckwü de Lucena
Programa Mais Saúde na Comunidade	CCS/UFPB	Dailton Alencar Lucas de Lacerda
Observatório da produção do cuidado no SUS: conectando saberes e práticas no cuidado a puérperas e bebês”	CCM/UFPB	Luciano Bezerra Gomes
Para Além da Psicologia Clínica Clássica: Promoção Humana e Saúde numa Comunidade Periférica	CCHLA/UFPB	Marísia Oliveira da Silva
Promoção da Saúde em Comunidades com ênfase na Estratégia Saúde da Família: troca de saberes acadêmicos e comunitários	CCS/UFPB	José da Paz Oliveira Alvarenga

norteados pela educação popular		
Toxicologia na Escola através da Literatura de Cordel	CCS/UFPB	José Soares do Nascimento
Universidade na Rua: biodiversidade, meio ambiente e bem estar em comunidades carentes de João Pessoa.	CCEN/UFPB	Marcio Bernardino da Silva
Educação Popular na Construção da Integralidade da Formação e do Cuidado em Saúde (EPISaúde)	CCS/UFPB	Wilton Wilney Nascimento Padilha
Integração da produção autogestionária de produtos orgânicos, fitoterápicos e saúde mental	Prac/Nuplar/UFPB	Roberto Mendonza
Mais Saúde e Cidadania na Comunidade	CCS/UFPB	Luciane de Queiroz Mota
Projeto Cuidar-se	Prac/Incubes/UFPB	Maurício Sardá de Faria
Promoção de Saúde para Gestantes, Mães e Crianças Atendidas no HULW-UFPB	CCS/UFPB	Hebert Ghersele
Recriando Espaços Educativos no Sistema Penitenciário Feminino	CCS/UFPB	Maria Soraya Pereira Franco
TECNOLOGIA		
São Rafael: um território em desenvolvimento	Prac/Incubes/UFPB	Maurício Sardá de Faria
Projeto Comunicação com Educação Popular e Solidária: Tecnologias Sociais, Inclusão Digital e Apropriação Comunitária no Vale do Mamanguape	CCA/E/UFPB	Baltazar Macaica de Souza
Ecolanches Espaço Solidário	Prac/Incubes/UFPB	Vanderson Carneiro
Requalificação Urbana no Porto do Capim	CCHLA/UFPB	Regina Célia Gonçalves
TRABALHO		
Economia Solidária e Etnia em Paratibe	Prac/Incubes/CCHLA/Seampo/UFPB	José Francisco de Melo Neto
Inclusão Financeira na Comunidade do Bairro São José a partir do Banco Comunitário Beira Rio	CCHLA/UFPB	Jaciara Raposo

Luta pelo Trabalho protagonizada pelo Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD)	CCJ/UFPB	Ana Lia de Almeida
Recicla Paratibe	CCHLA/UFPB	Francisco Xavier Pereira da Costa
Assessoria à Associações de Beneficiários da Reforma Agrária - PB: Implementação de Gestão Solidária	CCA/E/UFPB	Maika Bueque Zampier
Assessoria Técnica e Fortalecimento do Associativismo dos Agricultores Familiares das Comunidades do Entorno do Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal da Paraíba	CTDR/UFPB	Não encontrado
Panificadora Solidária	CTDR/UFPB	Kettelin Aparecida Arbos
Banco Comunitário e Desenvolvimento Territorial: a experiência da comunidade São Rafael	Prac/Incubes/UFPB	Vanderson Gonçalves Carneiro
Núcleos de Desenvolvimento Comunitário: Economia Solidária e Finanças Solidárias na Região Metropolitana de João Pessoa	Prac/Incubes/UFPB	Maurício Sardá de Faria
Caminhos do Roçado	CCHLA/UFPB	Patrícia Alves Ramiro

Fonte: UFPB (2010); UFPB (2011); UFPB (2012/2013); UFPB (2014); UFPB (2015); UFPB (2016)

Durante esse período, chama inicialmente a atenção o elevado número de projetos que foram realizados: 140 projetos. Alguns fatores podem ser arrolados para explicar esse desempenho. Dentre eles podem ser lembrados: a) ampliação do Programa de Bolsa de Extensão: Durante o reitorado da Professora Margareth de Fátima Diniz houve um significativo aumento do número de bolsas, bem como elevação do valor das mesmas, equiparando ao valor da bolsa do Pibic; para tanto foi fundamental a intervenção do Pró-Reitor Orlando Vilar; b) Em 2003, o MEC retomou o programa de financiamento da extensão universitária com o lançamento do ProExt; vale lembrar que, no governo de Fernando Henrique, esse programa foi extinto, prejudicando bastante as atividades de extensão nas IES

públicas; de acordo com o portal do MEC: “O Programa de Extensão Universitária (ProExt) tem o objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas”, particularmente aquelas que contribuam para a inserção social.; para o relançamento do financiamento foi decisiva a atuação do Forprex; c) o lançamento de editais de financiamento para projetos de extensão por parte de agências de fomento (a exemplo da Finep, do CNPq, da Capes) e de empresas públicas federais (a exemplo da Petrobrás); d) a ampliação das políticas sociais por parte do governo federal, estimulando a participação das IFES na sua execução; e) difusão de temas propícios à intervenção das instituições de ensino superior, a exemplo da questão ambiental e a defesa dos direitos humanos; f) a ampliação do sistema federal de ensino superior, através do Reuni, com a criação de novos cursos, de novos centros acadêmicos, do estabelecimento de mais um campus na UFPB, implicando em expressivo crescimento do número de professores e alunos que se dispuseram a participar das atividades extensionistas.

Nesse período, também se verifica forte concentração de projetos em educação popular em alguns centros e na Prac: CCS, 29; CCHLA, 28; CCJ, 19; Prac, 14; CE, 12; CCM, 11; CCHSA, 8; CCAE, 8; CCEN, 4; CTDR, 3; CCSA, 2; CCA e CBIOTEC, um projeto cada. Na composição da origem dos projetos segundo as unidades administrativas, confirma-se o peso dos centros que lidam com as questões de saúde (CCS e CCM), bem como os centros que reúnem os cursos de formação de professores e com sensibilidade para o processo de inclusão social (CCHLA, CE, CCAE e CCHSA) além da Prac. Destaca-se, também, nesse período a importância que assume o CCJ com a execução de projetos de educação das classes populares voltados para a defesa dos direitos humanos. Continua a baixa participação de alguns centros na extensão, especialmente, no segmento aqui observado (educação popular) seja por se tratarem de unidades voltadas de modo mais forte para a pesquisa (a exemplo do CCEN e do CBIOTEC), seja por serem centros com pouca sensibilidade para a abordagem das questões relativas à inserção social (CCSA, CCA). No caso da Prac, observa-se, de um lado, a retomada de projetos nos núcleos de extensão e, de outro lado, o crescimento de iniciativas ligadas à economia solidária. Essas iniciativas estão vinculadas ao surgimento do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (Extelar), cuja criação se deve ao Professor José Francisco de Melo Neto, e que deu origem ao Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos em Economia Solidária e Educação Popular (NUPLAR) e à implantação da Incubadora de Empreendimentos Solidários (Incubes).

Nesse período escolhemos duas iniciativas para olharmos com mais cuidado, tendo em vista a importância que assumiram no horizonte da extensão na UFPB. São elas: projetos relacionados com assessoria jurídica na área de direitos humanos e a Incubes. A seguir passamos a alguns comentários sobre elas:

a) Assessoria Jurídica na Área de Direitos Humanos

Como sublinhado anteriormente, na década de 2010, a atividade extensionista ganha maior expressão no CCJ, particularmente na área de educação popular relacionada aos direitos humanos. Dentre os projetos implementados nesse campo de atuação, destacamos os projetos do Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru (NEP), na área dos direitos humanos. O grupo exerce a extensão popular através da Assessoria Jurídica Universitária Popular (AJUP), criado desde 2007 e vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas da UFPB. Tem como objetivo atuar nos movimentos sociais em prol dos direitos humanos e no acesso à cidadania.

Inicialmente, agrupou três projetos de extensão de Assessoria Jurídico Popular: a Comunidade Quilombola de Paratibe, a Justiça Comunitária e Mediação de Conflitos e Casos de Violação do Direito à Terra. Atualmente se articulam também com o Movimento que pauta a questão LGBT – MEL e com o Grupo Maria Quitéria – grupo de mulheres lésbicas e bissexuais de João Pessoa.

Para Assunção et al. (2015), em sua trajetória, o núcleo abraçou causas de vários sujeitos vulneráveis e de movimentos sociais de diferentes demandas, tais como o movimento na comunidade de Santa Clara junto ao MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados; a luta pela democratização do campo junto ao MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; nas demandas das trabalhadoras domésticas junto ao Sindicato; e na luta por moradia na ocupação Tijolinho Vermelho em João Pessoa junto ao MTL – Movimento Terra Livre.

b) A Incubadora de Empreendimentos Solidários (Incubes)

Ao analisar os documentos dos anais dos encontros desse período, dentre várias iniciativas desenvolvidas nas diferentes temáticas, a Incubes (Incubadora de Empreendimentos Solidários) vem se destacando pelo seu papel inovador no cenário da extensão universitária nas temáticas de Comunicação, Cultura, Educação, Saúde, Tecnologia e Trabalho. A Incubadora foi criada em 2001 com o objetivo de colaborar na elaboração e

formação de empreendimentos fundamentados na economia solidária. De forma interdisciplinar trabalha com o princípio da autogestão que se assenta na organização de trabalho coletivo e participativo.

O autor Melo Neto (2004) explica:

A autogestão representa maneiras de avanços para a autonomia e liberdade, porém sob a estrita orientação dos trabalhadores. É um estilo de produção que exige a *participação* e, sobretudo, o *controle* por parte dos trabalhadores em todo o processo produtivo. Para exercer esse controle sobre a produção, é imprescindível o conhecimento de todo o curso gerador do produto do empreendimento (MELO NETO, 2004, p.123).

O grupo exerce suas atividades em três dimensões, que de forma participativa, procura envolver os sujeitos na construção das ações, respeitando o espaço e autonomia de cada indivíduo. A primeira é voltada para a Formação e Assessoramento, a segunda trabalha com Finanças Solidárias e a última com Segurança Alimentar e Saúde. Conforme matéria publicada no Jornal Extramuros em sua 6ª edição, os projetos que envolvem a Incubadora, podem ser originados por ela mesma, podem ser de iniciativa de entidades e associações que solicitem seu apoio ou até mesmo pela iniciativa pública.

A Incubes atua na Comunicação por meio do Projeto “Rádios Comunitárias e Economia Solidária: Fortalecendo a Voz Popular na Região Metropolitana de João Pessoa”, que está inserido nas comunidades São Rafael, Róger, Citex e Timbó e visa discutir o desenvolvimento das comunidades através das rádios comunitárias.

O projeto aborda temas como produção, dicção, uso de softwares e montagem de equipamentos para rádios. A proposta é disseminar a rádio comunitária como um meio de juntar pessoas em prol do mesmo objetivo, que é desenvolver o território local e dar voz à população nas lutas por sus direitos.

Na cultura, a Incubes é responsável pelo projeto intitulado “Economia Solidária e Território: fortalecimento dos núcleos de desenvolvimento solidário a apoio as políticas públicas de economia solidária.” Esse projeto desenvolve ações na busca do fortalecimento de Núcleos de Desenvolvimento Comunitário com ênfase na constituição de bancos comunitários e incentiva políticas públicas no campo da economia solidária e agricultura familiar que promovam desenvolvimento local na perspectiva da educação popular.

O projeto “Núcleos de Desenvolvimento Comunitário: Economia Solidária de Finanças Solidárias na Região Metropolitana de João Pessoa” atua na formação dos sujeitos nas comunidades da cidade, com o apoio do Centro Popular de Cultura e Comunicação (CPCC), na comunidade São Rafael, que fica situada no bairro do Castelo Branco. O projeto

desenvolve a formação de crianças sobre economia solidária e frisa a importância da autogestão na condução dos empreendimentos.

Na saúde, o núcleo abrange o projeto “Integração da produção autogestionária de produtos orgânicos, fitoterápicos e saúde mental” que tem como objetivo, cuidar da saúde mental via formação em Economia Solidária, Agroecologia e na conscientização da cidadania em defesa do direito à saúde. Para tanto utiliza-se práticas de plantio de plantas medicinais de modo a gerar renda através da fabricação de fitoterápicos para venda e para o próprio consumo. E o “Projeto Cuidar-se” que visa expandir o autocuidado através das práticas integrativas e complementares de saúde.

Na temática Tecnologia e Produção, encontramos poucas iniciativas na perspectiva da educação popular. O projeto “Ecolanches Espaço Solidário” é um projeto também vinculado à Incubus. O projeto se utiliza dos conhecimentos da educação popular e da autogestão nas suas práticas. É uma lanchonete que fica localizada no interior da UFPB, campus I, que comercializa produtos saudáveis e tem como objetivo gerar renda e empoderamento social, através do trabalho colaborativo das mulheres da comunidade São Rafael que participam do projeto.

O projeto intitulado “Economia Solidária e Etnia em Paratibe” é vinculado à área temática Trabalho. Visa difundir os princípios da economia solidária junto ao grupo de catadores/as de materiais recicláveis de Paratibe, utilizando as oficinas temáticas e rodas de conversas como metodologia para promover a ECOSOL como prática social e democrática ao colocar o indivíduo no centro das relações de produção e trabalho.

Do estudo a respeito dos projetos de extensão na década de 2010, fica evidenciado que os projetos mais expressivos não se limitam a um curto período de execução, atravessam as décadas mesmo com todas as dificuldades existentes na extensão. Para isto se engajam com instituições e outros coletivos para se apoiarem e dar continuidade às atividades propostas, multiplicam-se e expandem seus conhecimentos. Alguns deixam de existir, porém deixam a semente plantada para que outros coletivos possam dar continuidade. O que move esses líderes é o espírito de justiça social, de fazer algo para transformar a educação em uma educação horizontal, que dialoga com a realidade.

3.3.4 Análise das Entrevistas

Para aprofundar a discussão sobre os projetos, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas para obter informações específicas de cada um, pois por meio apenas da análise documental não foi possível ter maiores informações. Dentre os projetos pesquisados, vários merecem destaque, mas a pesquisa limitou-se aos cinco que tiveram maior expressividade na década de 1990 em suas diferentes áreas: Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária; Projeto Escola Zé Peão; Plantas Medicinais como Instrumento Didático nas Escolas Públicas; Universidade, Educação Popular e Direitos Humanos e Projeto Arte e Cultura Catarina.

O roteiro elaborado para entrevistar coordenadores de projetos antigos de extensão em educação popular, teve o objetivo de levantar dados históricos que ajudassem a construir a memória desse segmento na instituição, como também de trazer elementos importantes dos projetos que a análise documental não alcançou. De acordo com o roteiro foram criadas 7 categorias relacionadas com o desenvolvimento dos projetos: Concepção de Educação Popular; Motivação/Demandas; Participação dos atores envolvidos; Locais de atuação; Ações desenvolvidas, Apoios recebidos; Registro das ações.

A seguir apresentamos os trechos extraídos das falas dos entrevistados que se reportam às categorias selecionadas por projeto. Após a transcrição dos trechos selecionados, fazemos um rápido comentário a respeito dos mesmos.

A – Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária.

1. Concepção de Educação Popular

Compreendendo que o popular não é coisa de pobre, popular, porque ele lida diretamente com o povo numa leitura de aceitar um diálogo, compreender o diálogo, sem empurrar nada de goela abaixo, porque o grande defeito da academia é ainda pela sua pujança intelectual, empurrar de goela abaixo os seus programas, seus projetos na comunidade. Já na linha da educação popular pela leitura Freiriana e com alguns conceitos mais alargados, escuta mais a comunidade e abre o diálogo para discutir as diferenças e planejar com e não para a comunidade. [...]Então, essas trocas de saberes, pra mim, caracteriza muito bem essa relação entre a extensão e a educação popular.

2. Motivação/Demandas

[...] eu criei o programa após a suspensão da Pesca da Baleia. Isso foi o grande estimulador da gente fazer alguma coisa nesse campo. A pesca da baleia se transformou num campo de estágio muito grande com a sua suspensão [...] e nada que viesse do Governo para resolver o problema social que ficou lá [...]. Do ponto de vista social, foi um desastre pra comunidade. Então, outro grande estímulo que eu tive foi pela extensão. [...] Grande demanda que surgia: era a luta pela terra, reorganização dos grupos, a produção da agricultura familiar e envolvendo no campo da agricultura, tanto o produto agrícola, como pescado, que faz parte também da

agricultura [...] todos os periféricos, pescadores, quilombos, índios, agricultores, todos que estão fora do processo produtivo Oficial.

3. Participação dos atores envolvidos

[...] A gente só faz o projeto a partir da comunidade. Nenhum projeto é empurrado de goela abaixo. Todos são discutidos com a demanda. Às vezes alguns projetos demandam tempo a ser construído, porque a gestão de nossos programas foi toda a partir da comunidade. [...] A aplicação da metodologia que eu desenvolvi é: escuta a comunidade, faz a troca de experiência, faz a problematização, não leva nada escrito, nada de diagnóstico. [...] A gente vai pra comunidade viver lá, vivenciar. É tanto que eu tenho um projeto chamado “Estágio de vivência e comunidade”. O aluno vai passar um tempo na comunidade vivendo com a comunidade. Então, ele recebe da comunidade e deixa na comunidade uma troca de sabedoria, e dali ele identifica, morando na casa, recebendo todos os calores bons e não bons da comunidade. Ele vai identificar os problemas com a comunidade, daí fica fácil da gente depois construir com a comunidade saídas para aqueles problemas, as vezes é de saúde, as vezes é de produção, as vezes é questão ambiental, as vezes é questão de guerra política, e depende, quem vai dar o mote sempre é a comunidade.

4. Locais de atuação

[...] Começou em costinha, na área de pesca, com a suspensão da pesca da baleia, questão ambiental, depois migrou para Muçumagro, trabalhando desenvolvimento comunitário, em todas as linhas. Depois foi pra área de reforma agrária, em Cruz do Espírito Santo, depois foi para Mata Norte, pegando a parte do peixe boi marinho e toda a nação Potiguara, trabalhando as condições indigenistas, os movimentos singelos, depois migrou pro Cariri, chegamos a discutir a universidade popular em Sumé, e depois entrou nas áreas de assentamento e trabalhamos com sessenta e sete assentamentos até dois mil e quinze, também tem experiência no Rio Grande do Norte, numa região chamada Mato Grande e em Pernambuco, na região chamada Águas Belas, no Cariri Pernambucano.”[.]

5. Ações desenvolvidas

[...] O objetivo era discutir a qualidade de vida a partir da organicidade da comunidade. [...] Não existia nenhuma preocupação acadêmica de trabalhar gestão com organização das instituições [...] principalmente organicidade. Daí, uma vez organizada, a gente já viu várias entidades reconhecidas, sindicatos, associações, cooperativas. Passa de setecentas entidades durante esse tempo. Depois o processo de formação, que foram vários em parceria com o Governo do Estado e com o Governo Federal, nas áreas mais diversas de pesca, de agricultura, de mulher, de jovem, adolescente. Depois o processo de plantas medicinais reconhecendo e processando essas plantas, transformando em tinturas. [...] Então, a gente trabalha primeiro a organização, formação, produção, qualidade de vida, respeitando a cultura. Esse é o exercício da nossa metodologia.” [...]

6. Apoios recebidos

[...] Veja, é engraçado porque como fazer extensão num cenário atual não é uma coisa muito normal. É coisa de louco, porque a academia, nessa leitura Flexneriana, ela atende as demandas de mercado. Então você tem a linha de pesquisa com chamado pesquisa de ponta, com grandes financiamentos das grandes indústrias, empresas, os grandes laboratórios, mas o setor da extensão, que eu deveria chamar

de primo pobre, é tanto que eu dizia que a extensão do tripé é a parte mais capenga, que os recursos são poucos. Você tem um recurso de bolsa, às vezes um financiamento que vem da Cooperação Internacional para uma comunidade [...] às vezes um projeto mais ousado do Governo Federal com o Governo do Estado [...], mas eu nunca vi verba específica para projetos de extensão, desconheço. Entretanto, a gente teve possibilidade de juntar-se algumas demandas que já tinha financiamento de outros setores e dali a gente poder fazer alguma interação [...] especificamente no meu projeto nunca recebeu verba, entretanto, sempre interagiu com as ONGs, com os movimentos sociais e assim conseguiu fazer o trabalho. [...]

7. Registro das Ações

[...]Todas registradas de forma muito pobre. Só consegui registrar depois que comecei a escrever livros, então, hoje a gente tem vários registros em livros. [...] Hoje eu tenho oito livros escritos e um método escrito em livro [...] as três últimas derradeiras obras, a gente chama, Vivência em Comunidades: outra forma de ensino; Metodologia para Mobilização Coletiva e Individual; Extensão Popular: caminhos para a emancipação. Dessas três obras surgiram outras obras que a gente vem já desenvolvendo há algum tempo. [...] Então assim, os registros, alguns relatórios e agora tá escrevendo a última obra chamada, Trinta e Três Anos de Extensão, que é o meu experimento mais derradeiro, é onde eu conto a partir de vários relatos de estudantes que passaram pelo programa [...] Então, a importância de começar um trabalho de extensão é você como extensionista, começando a contar a sua própria história logo, e depois se enveredar pela história da comunidade, e daí você começa a fazer os relatos mais promissores, porque a gente tem. [...] Então, fecha essa máxima que diz, quem pensa escreve e não faz, mas quem faz não tem tempo de escrever. E aí a gente tem que acabar com isso. Por isso que eu vou escrevendo já dez livros, essa loucura."

Ao analisar a fala do coordenador, o Programa teve início em 1987 com a suspensão da Pesca da Baleia em Costinha, que ocasionou vários danos para a população que lá habitava. Depois o programa migra abrangendo áreas da reforma agrária, assentamentos rurais, quilombos, índios e todos os periféricos que estão excluídos do processo produtivo oficial.

O objetivo é trabalhar a organização da comunidade e posteriormente a formação, produção e qualidade de vida, dialogando com o saber popular através dos princípios da educação popular se estendendo ao conceito de extensão popular. Todo o processo de elaboração dos trabalhos é construído com a comunidade e os estudantes participam ativamente através do estágio de vivência nas comunidades.

O programa conta com o apoio de ONGs e movimentos sociais para tocar suas atividades. Quanto ao registro dessas atividades executadas no programa, é realizado através de relatórios e de acordo com o entrevistado, de forma “muito pobre” e em livros por iniciativa do coordenador, onde ele busca registrar as vivências desenvolvidas no programa.

B – Projeto Escola Zé Peão.

1. Concepção de Educação Popular

[...] Eu acho que a educação popular é muito mais uma perspectiva, né? Como você pensa educação, então você pode no meu ver, você pode fazer educação popular, ou desenvolver atividades na perspectiva popular, tanto na extensão, na própria universidade, na sala de aula, como atividades não formais. [...] Tem a ver com um entendimento da educação, como um processo tanto de emancipação ou de liberação e de humanização. É um processo em que as pessoas têm a perspectiva de se desenvolver como seres humanos, de explorar o seu próprio potencial, saber quem são e por isso eu acho que é eminentemente político no sentido não político da política partidária, mas em termos de educação, [...] então, eu acho que a educação popular é um ato político porque assume o lado dos oprimidos, né? No mesmo sentido de se liberar, liberado de opressão e, portanto, pode ser um impacto externo, como pode ser um fator interno às pessoas. As próprias pessoas introjetam nesse processo de opressão, então eu acho que educação popular tem a ver com isso. Tem a ver, não é uma ação individual, tem a parte individual, porque não existe um coletivo que parte do coletivo, os indivíduos têm que ter a vontade de mudar. Mas a força de educação popular vem de um movimento coletivo em que as pessoas veem que juntas elas vão conseguir muito mais que isoladas. Como seres humanos, eles têm muito incomum e como oprimidos também, né? Eles têm essa opressão, é um elemento que é comum a todos. Então, é de interesse de todos tentar superar nesta situação limite em que eles se encontram. [...] A educação popular tem alguns alimentos, algumas características muito específicas, como por exemplo a questão de valorizar. É uma educação que valoriza também a qualidade de vida, a questão de bem-estar e nesta ideia de felicidade coletivo. [...] Uma pedagogia, um processo educativo que visa criar ou contribuir para a formação de cidadãos participativos e ativos, né? Pessoas que não sofrem matutando sobre o mundo, mas querem transformar o mundo, querem mudar o mundo. [...] Da mesma forma que pode fazer extensão como uma ação de educação bancária, você pode fazer uma extensão popular, você pode imprimir nos projetos de extensão estas características que eu acabo de colocar, inclusive o principal seria de ouvir e construir projetos juntos, não é? É um processo em que a universidade busca parcerias com a comunidade para desenvolver essas atividades. E ambos os parceiros têm um papel importante a desenvolver." [...]

2. Motivação/Demandas

[...] A gente estava muito próximo ao sindicato. O sindicato estava querendo criar um sindicato muito mais participativo, democrático, e a falta de acesso a informações era um impedimento, né? [...] Inclusive, mil novecentos e noventa foi o ano internacional de alfabetização da UNESCO, então foi mais uma provocação, de fazer, de começar a fazer alguma coisa concreto, né? No campo de alfabetização. [...] havia demandas de todos os tipos, em termos de Paraíba, a Paraíba ainda naquela época deve ter tido um índice de analfabetismo, em torno de vinte e seis por cento ou mais. Então a questão de alfabetização, fazia parte deste processo de redemocratização, né? O país voltou em oitenta e cinco a ter um Presidente civil depois de vinte e um anos de ditadura militar, e a retomada da democracia inclui também com a constituição de oitenta e oito, o direito à educação, e tudo isso, eu acho que foi nos mostrando, né? Que o acesso à educação começa com a alfabetização, e isso para as pessoas da construção civil era uma necessidade naquele momento, porque eles tinham acabado de tomar, de conseguir conquistar o sindicato via o caminho democrático e queria transformar o sindicato num instrumento de luta para os operários da construção civil. [...] Operários, da grande João Pessoa, a gente não conseguiu ir além de João Pessoa por questões financeiras e logísticas.

3. Participação dos atores envolvidos

[...]O nosso parceiro principal era o sindicato, a direção do sindicato. Então, havia uma participação muito ativa por parte do sindicato, na elaboração, na montagem, na mobilização, na discussão com os empresários. Era realmente um projeto do sindicato dos operários da construção civil junto com a universidade. [...] Era é um projeto muito exigente, não era para gente mole, gente querendo só receber a bolsa, né? Mas, ao mesmo tempo, todos, quase sem exceção, contaram com a importância da formação que eles receberam no projeto para suas vidas como professores em formação. Para a maioria, a formação no projeto quase foi mais importante que a própria formação na Universidade, que no fundo, de dia eles estavam em sala de aula na universidade discutindo, lendo teoria, etc., e à noite eles estavam em sala de aula praticando esta teoria, então era um casamento perfeito entre teoria e prática" [...]

4. Locais de atuação

[...] As salas de aula estavam situadas dentro do canteiro e a aula funcionava à noite, das sete às nove, mais ou menos, de segunda a quinta. [...] Onde tem mais construção, né? Obviamente na praia, Manaira, Bessa, Cabo Branco, mas tinha alguns nestes condomínios populares, Minha Casa Minha Vida tinha algumas salas de aula, mas eu acho que em geral, onde se concentrava mais a construção era nessa, essa área da orla. [...]

5. Ações desenvolvidas

[...] Oferecer acesso à educação básica para os operários de construção civil, era também oferecer um campo de formação para estudantes das licenciaturas da UFPB. Então, todos os professores, alfabetizadores, eram alunos das licenciaturas. E era também como um campo de pesquisa, estudo no campo das metodologias. Como trabalhar a alfabetização e educação básica com adultos advindos do campo, adultos trabalhadores. Então, era tanto formação, pesquisa, como ensino. [...] A questão da formação, a gente também desenvolvia atividades externas, por exemplo, foram muitas visitas, organizamos visitas ao forte de Cabedelo, ao circo, ao cinema, a exposição de arte, ao planetário, ... Um monte de coisas. E não era só sala de aula de aprender a ler, escrever, etc. Tinha uma biblioteca volante e tinha oficinas de artes também, de fazer modelagem com argila ou pintar ou muitas coisas. Esta parte que era próprio do processo escolar, o processo educativo e a formação, a preparação, formação dos educadores, acompanhamento dos educadores. [...]

6. Apoios recebidos

*[...] A gente teve. Como era uma luta sempre, a gente tinha recursos. No início a gente conseguiu recursos de umas ONGs internacionais, uma associação católica que chama **Cafford** e outros que chama **Manusulírios** que é da Espanha. A gente conseguiu apoio do Ministério do Trabalho e, obviamente, mais tarde a gente conseguiu recurso, apoio da extensão, bolsas de extensão. O sindicato também nos apoiou em vários momentos com recursos, às vezes pagando bolsas, às vezes pagando despesas, organizando momentos de lazer para os alunos. Então, nessa participação do sindicato foi de grande importância. Mas a gente conseguiu costurar, esta mistura de apoio oficial, não oficial, para garantir a continuidade em todo ano do projeto." [...]*

7. Registro das Ações

[...] É, acho que uma memória institucional, que tantos não se dá importância para isso, para registrar é importante [...] não só registrar, mas fazer um registro reflexivo sobre o que aquela instituição tem feito no seu campo de atuação, né? [...] Eu acho que documentação é

fundamental, [...] inclusive, eu acho que melhorou, mas um dos problemas de extensão era a falta de sistematização. As pessoas eram muito mais ativistas e pesquisadores, eu acho que tem que ter os dois olhares, você tem que agir, mas pra agir você tem que refletir, escrever, sistematizar, faz parte desse processo, né? [...] A gente tem muito material escrito, em termos de artigos, de TCC, [...] dissertações de mestrado, tese doutorado, etc...[...] A gente tem três ou quatro vídeos que foram produzidos por nós, e tem dois, pelo menos dois vídeos que foram programas de televisão, aquela Brava Gente e Todo Azul, que foram feitos por equipes profissionais que vieram de fora para fazer programas sobre o projeto, [...] E eu acho que a maioria desse material, maior parte desse material está no site agora do sindicato, numa página sobre o projeto. [...]Então, o registro é uma parte fundamental disso. Sem isso não é que a extensão morre, mas ela perde um pouco o sentido como atividade institucional. E eu acho que existe muitos projetos que são desenvolvidos e que não têm tanta preocupação, mas eu acho que a gente precisa ter essa preocupação e a preocupação no registro como uma forma de monitorar e de avaliar as atividades, né? A gente não pode simplesmente desenvolver uma atividade que achamos interessante, a gente tem que saber se aquela ação gera os resultados que a gente previu no começo, qual é o impacto do projeto sobre as pessoas que participam. [...]

O projeto escola Zé Peão foi resultado da união da universidade com o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de João Pessoa, em um período pós constituinte em que o índice de analfabetismo estava elevado. O Projeto trabalha com a educação na perspectiva emancipatória e de libertação da opressão. O projeto consistia na formação de operários nos canteiros de obras da grande João Pessoa, obras em sua grande maioria situadas na orla, onde as construções estavam concentradas.

As ações educativas eram desenvolvidas também fora dos canteiros de obras como ferramenta lúdica e participativa, atividades como oficina de artes e biblioteca volante. A participação dos alunos bolsistas era diária, aplicavam a teoria que estudavam na universidade na prática dos canteiros de obras à noite. Dessa forma, o projeto além de proporcionar o acesso à educação aos operários, fornecia aos estudantes uma contribuição significativa em suas formações, a maioria eram estudantes de licenciaturas da UFPB.

O apoio principal do projeto vinha do Sindicato, mas contava também com bolsas de extensão da Pró-Reitoria de Extensão e da colaboração de Ongs internacionais. O entrevistado afirma que a maior parte dos registros dessas ações consta em trabalhos científicos como artigos, dissertações e teses, e foi registrado também em vídeos produzidos pela equipe do projeto e por programas de Tvs. Parte desse material está disponibilizado no site do sindicato.

C – Plantas Medicinais como Instrumento Didático nas Escolas Públicas.

1. Concepção de Educação Popular

[...] Tento seguir Paulo Freire. [...] Eu entendo que educação popular é você decodificar para o povo aquilo que é dele. Que na academia, a gente se apodera do saber popular em todas as dimensões, não só com as plantas medicinais. Se apropria, publica nas revistas mais conceituadas e não devolve ao povo o que dele veio. Então eu considero educação popular, trazendo para a área de plantas medicinais, é você resgatar o saber popular, aprimorar com o conhecimento científico, mas devolver ao povo a informação melhorada. Não é pra dizer que o povo tá errado, não! Eles têm esse conhecimento milenar que vem de geração em geração. [...] Esse trabalho de educação popular é a fonte onde todo mundo bebe, é a fonte de tudo, é a base, educação popular tá em tudo, é o grande guarda-chuva [...]

2. Motivação/Demandas

[...] O que motivou [...] o povo que estava sedento de entrar na universidade, nós conhecíamos o povo, nós estamos dentro, nós conhecíamos a pastoral da criança, nós conhecíamos o movimento popular de saúde e o povo estava querendo, querendo as coisas que as universidades guardavam, o povo estava querendo, essa foi a motivação. [...]

3. Participação dos atores envolvidos

[...] O pessoal da pastoral da saúde, da criança, [...] tinha também da saúde, prioritariamente o pessoal da pastoral da criança e dos movimentos populares de saúde. [...] Quem tem força são os alunos, nós professores não temos força não, viu? Sem os alunos não somos nada, mas com eles somos fortes. [...] Eu nunca fiz nada sem estudantes. [...] Meus alunos sempre estavam comigo, eu sempre fui uma galinha cheia de pintinho. [...] Eu nunca fiz nada sem nenhum aluno. Então no projeto do GMAP primeiro foi a experiência mais rica que eu tive na minha vida de professora, quem era professor? Os alunos, eles aprendiam homeopatia lá em Recife e a gente tudinho era aluno deles, eles eram professor e a gente era aluno.” [...]

4. Locais de atuação

[...] Os alunos atuavam nas comunidades, a gente sempre foi de comunidade. Atuei na Santa Clara, ali pertinho do Castelo Branco. Quando eu descobri a Santa Clara eu fiquei, como é que eu passei tantos anos sem saber que existia essa comunidade aqui passando todo dia pra universidade e não sabia. Mas tem financiamento não” [...]

5. Ações desenvolvidas

[...] esse curso de extensão e também foi feito um grupo, foi criado um programa no núcleo que ia para o interior. [...]

6. Apoios recebidos

[...] Deus me livre de ser coordenadora do projeto que tem dinheiro. Deus me livre, sempre eu corria léguas. Tem o que? Dinheiro? Tô fora! Tô fora! Só vou ser colaboradora, mexer em dinheiro, comigo não. Então tem poucos projetos que eu coordenei. Exatamente os que tinha dinheiro, Rinalda não tá como coordenadora, ela tá fora, tá como colaboradora. Morro de medo de dinheiro, morro de medo. Tem dinheiro? Tem? Quero não. Quero não. Se me chamar para qualquer coisa que tem dinheiro, quero não. Quero não. [...]

7. Registro das Ações

[...] Algumas eram registradas. As que tinham dinheiro, as que tinham dinheiro eram registradas, item por item, todo passozinho, seguindo rigidamente. [...] Eu sempre registrei no Departamento, no meu Departamento. Eu nunca fiz nada sem dar satisfação ao meu Departamento de Fisiologia e Patologia. Eu passava na reunião tudo que eu fazia da extensão. [...] Na reunião do departamento eu dizia o que é que eu estava fazendo, por onde é que eu estava andando. [...] É muito importante, [...] se a gente não registra, fica sem história, é importantíssimo registrar. Eu tenho consciência disso e por isso tudo eu colocava

na reunião do Departamento. O meu registro ficava no departamento, tudo que a gente fazia, tudo, tudo era registrado na ata no departamento porque nós colocávamos na reunião."[...]

Para a coordenadora do projeto em Plantas Medicinais, que trabalha na perspectiva *freireana*, educação popular é um processo em que a academia devolve para o povo os conhecimentos que deles vieram e foram aprimorados pela ciência. Fazer extensão é decifrar em uma linguagem facilitadora o conhecimento transformado, congregando o saber popular com o saber científico.

O projeto consiste na formação de pessoas ligadas à pastoral da Saúde e Pastoral da Criança, realizada através de cursos de um ano e seis meses de duração. As ações eram registradas no Departamento de Fisiologia e Patologia do qual a coordenadora é integrante. O referido projeto não tinha financiamento, limitando-se ao acesso a bolsas de extensão. A coordenadora destaca a importância da participação dos alunos bolsistas e colaboradores no desenvolvimento da ação extensionista. De preferência trabalhava em projetos sem financiamento. Quando o projeto tinha financiamento, ela preferia participar como colaboradora. Não explicitou as razões para essa escolha.

D – Universidade, Educação Popular e Direitos Humanos.

1. Concepção de Educação Popular

[...] O trabalho da educação popular, a gente entende que ele é a educação que a gente constrói com o outro a partir da realidade do outro, não é? E que o conhecimento é construído a partir de suas demandas, de suas necessidades. Então, pra tratar do tema de direitos humanos, a gente não pode chegar numa comunidade indígena e impor. Então, por exemplo, pra fazer o PROEXT, a gente tem que sentar com os caciques, a gente tem que sentar com os professores da escola indígena, ouvi-los. [...] A gente não faz nada empurrando, tudo que a gente faz com eles tem que considerar o grupo dele, então pra discutir educação indígena tem que chamar a associação dos professores indígenas, pra discutir o que fazer na aldeia tem que discutir com a liderança indígena entendeu? Nada a gente faz chegando lá, é com eles, senta com eles, planeja, levanta a informação, prepara o projeto, afina o que fazer. [...] Uma extensão popular veja só, a extensão popular, a gente pode trabalhar com escola formal indígena, não é que você não pode trabalhar com a escola indígena, mas a metodologia de você trabalhar é que você tem que dialogar com as lideranças, dialogar com as organizações populares, não empurrar o conteúdo, construir com eles o que fazer, pensar junto com eles, mas se é uma extensão popular em direitos humanos a gente também tem que orientar sobre os direitos. [...] A gente tá ali pra saber que tipo de violação de direitos humanos tá acontecendo. O que se pode fazer e a quem a gente pode recorrer. [...]

2. Motivação/Demandas

[...] Primeiro, a gente desde mil novecentos e oitenta e oito que a gente tem uma Constituição Cidadã que diz que a gente precisa formar as pessoas para ser um cidadão, pra elas saberem conhecer seus direitos, [...] e que saibam como lutar por eles e que saiba aonde e o que fazer. Nem todos os grupos que estão em situações de vulnerabilidade, eles conhecem seus direitos.

[...] Quando a gente chegou na Comissão de Direitos Humanos, as ações, eram ações de cima pra baixo, eram ações verticais, eram palestras e a gente não acredita que a educação popular se faz com palestras, a educação popular se faz com a metodologia participativa que você constrói o conhecimento a partir da realidade local, participa e acompanha esses sujeitos em processo de luta. [...] Uma educação em processo em direitos humanos ela implica numa metodologia da educação popular. Por isso que a gente trabalhou com Paulo Freire, com a metodologia dessas oficinas pedagógicas. [...] Com as oficinas de história de vida, aí nós inventamos várias metodologias usando esses princípios da educação popular. [...] Eu tinha uma demanda do LGBT, eu tinha uma demanda da polícia comunitária, eu tinha demanda do bairro popular lá dos meninos do Jardim Laranjeiras, que era uma comunidade bem pobre, bem excludente. [...] Então eu recebi a demanda do movimento negro, eu recebi a demanda do movimento indígena. [...] Então, se demandava pra gente muitas ações de formação, entendeu? Esses, porque a COPAC é o setor que recebe a demanda dos movimentos sociais, então eu recebia demanda do movimento negro para cursos, encontros, distribuição de jornais, recebia demanda do MEL - do Movimento Espírito Lilás pra pesquisa sobre homofobia, pra cursos, oficina. [...]

3. Participação dos atores envolvidos

[...] Na Educação Popular [...] quando era nos bairros, a gente envolvia o grupo da comunidade das Laranjeiras ou lideranças, presidente de associação. [...] No Sítio Laranjeiras, a gente pegava o que? A liderança do bairro, do grupo, que era uma senhora com o marido dela, inclusive já morreu o marido dela. Então essas pessoas, ela que organizava e aí a gente passava a trabalhar com grupo de jovens. No caso do Geisel, era com o pessoal da igreja, da arquidiocese. Aí eles chegaram a criar uma Comissão de Direitos Humanos, que foi esse pessoal que organizou a caminhada pela paz, isso no Geisel. [...] Com o Sesquicentenário a gente sentava com a diretora do Sesquicentenário, os professores e combinavam o que fazer. A gente montava o curso com os professores dialogando com eles. Sentindo a realidade, ouvindo os problemas que eles enfrentavam e aí a gente planejava, discutia." [...]

4. Locais de atuação

[...] O mesmo projeto não ficava só num lugar, ele ia pro Jardim Sítio Laranjeira, ele ia pra Paróquia do Geisel e ele ia pro Sesquicentenário. No Sesquicentenário era demanda, era educação, era escola. Então a gente tinha que pensar, formar, como trabalhar os direitos humanos com os professores. [...]

5. Ações desenvolvidas

[...] Então, com os policiais, [...] no início do curso eu fazia várias oficinas. Uma das oficinas que eu fazia era a História de Vida e Direitos Humanos. Eu pedia que eles escrevessem, lembrassem, rememorassem momentos da vida deles, da infância, da adolescência ou da vida adulta, que eles associavam essa história tem a ver com direitos humanos, [...] eu comecei a construir oficinas pedagógicas, [...] fiz um psicodrama que a gente chama aí na psicologia, Psicodrama Pedagógico, [...] faço a roda e peço a eles que coloquem dentro da roda, [...] eu queria que eles se colocassem no lugar de outra pessoa, de outra pessoa que eles têm conflito. [...] Como é se colocar no lugar do outro com quem eu não consigo dialogar? [...] Então com a juventude do Sítio Laranjeiras que é uma comunidade bem pobre ali no José Américo, a gente fazia cursos na comunidade com a juventude, com os jovens, discutindo as questões da juventude e os direitos humanos. [...] Na Paróquia do Geisel, a gente chegou a fazer caminhada pela paz, a gente chegou a criar uma Comissão de Direitos Humanos lá com eles e a gente deu cursos de extensão em direitos humanos na igreja. A gente dava curso aos sábados de manhã ou de tarde na paróquia, na própria sede da igreja. [...] Levamos uma Educação Popular e Direitos Humanos pra noite do Sesquicentenário, começamos pela noite. Aí na noite a gente primeiro fez um perfil: quem é o aluno do Sesquicentenário da noite? Então, a maioria era desempregado, trabalhador doméstico ou desempregada. [...]

pela história de vida, porque uma coisa que me chamava atenção era que mesmo a pessoa sendo desempregada, trabalhador doméstico, sem carteira assinada [...] vivia em situações de processo de exclusão. [...] O que é que acontece com o brasileiro? Eles acham que Direitos Humanos não tem a ver com ele mesmo? Ele só bota Direitos Humanos pra fora, pra acusar. [...] Por que é que a gente não se identifica com o cidadão ativo? A gente só se identifica com algoz, com o opressor. Olha aí Paulo Freire! Só se identifica com o opressor que tá dentro de cada um. [...] Então a gente faz essa discussão com eles, pra eles entenderem que há um processo histórico. [...]

6. Apoios recebidos

[...] Educação Popular e Direitos humanos foi o primeiro pela comissão. A gente tinha apoio de vários Departamentos. Por exemplo, quando eu precisava de um psicólogo, de um de um professor de sociologia, de um professor de direito que soubesse mais um certo assunto eu recorria primeiro aos projetos de extensão porque como eu era da PRAC, eu sabia o nome dos projetos de extensão. [...] Eu ia puxando a partir do projeto de extensão ou a partir do conhecimento daquele professor. Pra fora, [...] a gente se ligava primeiro no Geisel. No José Américo a gente tinha as freiras que são as franciscanas e elas já tinham um trabalho com o Sítio Laranjeiras. Então nesse caso, [...] na comunidade já tem um processo organizativo. A gente não vai inventar, a gente vai fortalecer o que tem. Então a gente se ligava com as Freiras Franciscanas, [...] a gente ia ligando essas pontes com a comunidade do bairro. No Sesquicentenário a gente contava com o apoio da direção do Sesquicentenário, que era a diretora, era o pessoal supervisor, o pessoal que cuidava do currículo da escola. [...] Educação Popular e Direitos Humanos tinha dinheiro zero. A gente saía de final de semana do bolso da gente. [...] a gente não tinha dinheiro pra fazer, não tinha projeto financiado, nesse período, nessa época não tinha financiamento pra extensão. [...] É muito diferente a universidade do governo Fernando Henrique e depois, muito diferente. Entendeu? [...] Então quando chegou o governo Lula, [...] foi quando saiu o PROEXT, mas quando chegou Temer a primeira coisa que o MEC fez foi acabar com o PROEXT. Ou seja, extensão popular, extensão voltada pros grupos populares, pra atender a necessidade dos grupos que estão em situações de violação dos direitos humanos e situação de exclusão. [...] Pra gente ter recurso pra chegar nesses locais, tem que ser governo mais comprometido com a sociedade, senão a gente não consegue o dinheiro. [...] Na época, na Pro- Reitoria de extensão a gente fazia muito projeto de extensão com o dinheiro do FAT, Fundo de Amparo ao trabalhador. [...]

7. Registro das Ações

[...]Era um relatório da PRAC, [...] Esse de Educação popular, eu tenho os relatórios ainda. Eu tenho noventa e seis e noventa e sete que é dos relatórios da Comissão de Direitos Humanos. [...] Na Comissão de Direitos Humanos a gente tinha que apresentar o relatório. Eu fui presidente da comissão, temos relatórios em noventa e seis, noventa e sete. E eu registrei no relatório da comissão, tá lá registrado. [...] É que quando Lúcia Guerra antes de sair fez uma biblioteca na PRAC [...] ela criou uma biblioteca que era pra tudo estar lá, esses projetos, relatórios, é pra tudo estar lá. [...] A UFPB, eu digo isso, porque Lucia Guerra, que foi Pró-Reitora, ela é arquivista. Ela lutou muito pra que [...] o arquivo central que fica ali embaixo no térreo ser higienizado, ela lutou muito, mas a UFPB tinha um problema seríssimo de arquivo. [...] Muita coisa da Comissão de Direitos Humanos só tá preservado porque tá no Núcleo em duas estantes que a gente levou, a gente levou no carro carregando, cuidando, pra gente não acabar com a memória da comissão. [...]

O projeto Universidade, Educação Popular e Direitos Humanos surgiu no contexto da Constituinte de 1988. Era preciso formar as pessoas numa perspectiva cidadã. Era preciso sedimentar os direitos da constituinte, pois nem todos tinham o conhecimento desses direitos. Quando a coordenadora do projeto começa a participar da comissão de Direitos Humanos da

UFPB, ela implanta esse projeto, utilizando os princípios da educação popular. O projeto enfatiza a utilização de metodologias participativas que geram reflexão. Mesmo nos cursos que eram feitos, ela começou a implementar metodologias como oficinas de História de Vida e Psicodrama Pedagógico.

O projeto atuava com policiais militares, jovens da comunidade Sítio Laranjeiras, na comunidade do Geisel e Colégio Sesquicentenário. A entrevistada cita as dificuldades de financiamento da extensão. Durante o governo FHC não tinha financiamento para as atividades de extensão. O apoio recebido era dos lugares onde o projeto atuava. Em relação aos conteúdos trabalhados, havia a prática recorrente de buscar apoio em outros Departamentos. Esse apoio era facilitado pela posição que a coordenadora ocupava na Prac, isto é coordenadora da Copac durante a gestão do professor Jader Nunes. Na qualidade de coordenadora da Copac, ela recebia diversas demandas a respeito da questão dos direitos humanos. Outros projetos foram citados na entrevista em relação à área de direitos humanos. A entrevistada afirma que a base dos projetos que se abrigaram na Copac durante esse período está centrada na metodologia participativa, pois não tem como inserir os direitos humanos em uma visão vertical.

Na entrevista, a coordenadora ressalta dois aspectos importantes. O primeiro diz respeito à metodologia empregada. Tratava-se de uma metodologia participativa, fazendo com que os participantes das atividades tivessem um papel ativo. Através da participação, o projeto procurava ajudar na construção de uma consciência crítica sobre os direitos humanos, ultrapassando a visão de que direitos humanos é uma questão que não nos diz respeito. O segundo aspecto refere-se à necessidade de se escutar as necessidades dos demandantes do serviço, fugindo de uma prática de imposição de um pensamento já pronto na academia.

A coordenadora também ressalta a importância da realização de registros das atividades. Os registros não se limitam apenas a uma forma de garantir a memória das atividades extensionistas. Os registros são, principalmente, um mecanismo de reflexão sobre as atividades realizadas e, nessa medida, integram o processo de avaliação. Os registros elaborados estão arquivados na Comissão de Direitos Humanos da UFPB.

E – Arte e Cultura Catarina.

1. Concepção de Educação Popular

[...] A extensão popular pra nós pesquisadores dessa área é o entendimento de que a extensão popular, ela se dá a partir da compreensão de que há um profundo diálogo entre os saberes populares e os saberes científicos e aí a gente se reporta à máxima freiriana de que não há saber mais, nem saber menos, há saberes diferentes. Então a extensão popular, ela trabalha

profundamente com os princípios da educação popular, ou seja, entende que a extensão popular universitária ela se fundamenta, ela se alicerça, ela vai na raiz dos princípios da educação popular que são amorosidade, justiça, solidariedade, participação, diálogo, fraternidade. [...] Importa a compreensão de que somos humanos e nessa perspectiva, queremos dialogicamente trocar saberes, compartilhar saberes sem nenhuma hierarquia desse saber. [...] Quem trabalha com extensão popular, dificilmente não trabalha com os princípios norteadores da educação popular e, portanto, com os princípios freirianos. Quais são esses princípios? Os que eu citei, se você entende que a extensão popular ela tem uma interface profunda com a educação popular, nós vamos entender essa educação popular como uma pedagogia humana, uma pedagogia humana baseada no diálogo e na participação entre os diferentes, entre a cultura, entre os saberes populares e os saberes científicos. [...]

2. Motivação/Demandas

[...] há quarenta e dois anos, eu pesquiso sobre cultura, cultura popular, cultura de massa, identidade cultural, a tese que eu construí sobre identidade é que a minha identidade é tudo aquilo que eu construí a partir de mim e na participação e diálogo com o outro. [...] eu acredito que a identidade cultural é o que fortalece uma sociedade, é o que fortalece ou que enfraquece, então esse tema me motiva até hoje. [...] Se eu não me reconheço naquilo que eu sou, na minha cultura, na minha religiosidade, na maneira de ser e de agir, de pensar, de fazer, de vestir, sorrir, de cantar, nas minhas crenças, da minha religiosidade, nas minhas relações sociais, que ser humano sou eu? Um ser humano vazio? [...] Quando nós iniciamos sobre a coordenação do professor Silvino Pedrosa Espínola que hoje está aposentado, [...] a cidade de Cabedelo tinha uma dificuldade com sua identidade cultural muito grande, por ser uma cidade portuária, ela padece de uma série de problemas que são característicos das cidades portuárias, a fluidez da sua identidade, por quê? Quanto mais forte a atividade econômica a partir do porto, mais trânsito de diferentes identidades culturais, mais trânsito de pessoas sem afinidades com a cidade, sem ligações, sem raiz com a cidade, é tanto que naquela época que tinha um fluxo muito grande de navios vindo da Ásia, da África e da Europa, nós percebíamos, vamos dizer assim, a proliferação de drogas, de prostíbulos, então isso tudo enfraquecia a cidade, então a gente escolheu Cabedelo pra fazer esse projeto de extensão, pra atuar exatamente por termos colhido esses dados. [...] As demandas da época era a valorização, [...] então você veja que a demanda principal por identidade cultural, ela foi muito importante, porque quando uma população, uma comunidade, ela se empodera criticamente de sua identidade cultural, ela não deixa ninguém depreciar um monumento, fechar um cinema, quebrar uma calçada, destruir um parque zoológico, matar animais, aprisionar animais, Cabedelo tem uma floresta de restinga, fruto da luta dos cabedelenses. [...]

3. Participação dos atores envolvidos

[...] É, em termos de universidade, [...] ele é aberto a todas as áreas do conhecimento, tanto dos servidores técnicos administrativos de apoio ou docentes, e aos estudantes que têm o desejo de trabalhar com a identidade cultural, a cultura popular, a arte de Cabedelo. Então nós já tivemos ao longo desses anos, arquitetos, médicos, engenheiros, músicos, teatrólogos, professores de história, de geografia, porque a identidade cultural [...] perpassa todas as interfaces do conhecimento. [...] É evidente que tem altos e baixos, nós já chegamos momentos de termos cinquenta e quatro pessoas entre alunos, servidores técnicos administrativos e servidores docentes e comunitários envolvidos. Agora mesmo nós estamos passando por uma forte crise, o programa de bolsas de extensão só disponibiliza duas bolsas pra graduandos, então aí tá bem complicado porque há vinte anos atrás, trinta anos, a gente tinha muitos extensionistas colaboradores [...] a gente tinha merendeiras, tinha curandeiras, tinha pescadores, eletricitas, pessoas da comunidade, artistas. Só que hoje as dificuldades econômicas também agravaram, as pessoas não tem muito tempo para serem voluntários, precisam trabalhar, ganhar seu sustento. Então, mas o núcleo central que sou eu, a Clara e

outras pessoas, esse núcleo central ele permanece com todas essas dificuldades que a gente tem. "[...] a gente tem uma forte ligação com as ONGs comunitárias. [...]"

4. Locais de atuação

[...] Uma rede de educação básica na época de sete escolas. É um município de base territorial pequeno, são apenas trinta e um quilômetros quadrados, [...] já incluído a ilha da Restinga, [...] sofre uma grande influência da capital, João Pessoa pela proximidade. É tanto que a gente até hoje tem duas Cabedelos, uma Cabedelo dos Nativos, daqueles nascidos e moradores e tem uma Cabedelo ali de Intermares, [...] do Poço pra cá, passando por Intermares chegando ao Bessa, que são pessoas de outras cidades e fortemente de João Pessoa que encontraram nas praias belíssimas e de águas claras e mornas de Cabedelo, um refúgio pra morar. E isso nos chamou atenção porque tinha muita cultura, muita cultura popular tinha coco de roda, tinha o Nau Catarineta, tinha grupo de teatro fazendo paixão de Cristo e isso disperso e sem está dialogando com a educação básica do município. [...]"

5. Ações desenvolvidas

[...] oficinas, cursos rápidos, cursos rápidos não seria a expressão técnica, a melhor expressão, cursos de curta e média duração, seminários e rodas de diálogo que é uma categoria freiriana. A gente usa muito na educação popular, é de princípio freiriano os círculos de diálogo, os círculos de cultura, as rodas de cultura. Então eram as principais e são metodologias. Então a comunidade chega e diz assim, olha a gente tá precisando discutir sobre preço, a composição de preço do nosso artesanato, aí a gente faz uma oficina, uma oficina dentro da linguagem daquela comunidade, das necessidades daquela comunidade. [...] Então a metodologia nossa se baseou e se baseia em oficinas, seminários, cursos de curta e média duração e as rodas de diálogos sobre temas de interesse de ambas as partes, tanto a gente provoca o interesse, quanto a própria comunidade provoca o interesse e ambos podem recusar ou aceitar aquele interesse. [...]"

6. Apoios recebidos

[...]Ao longo desses anos todos, isso flutua muito. Já houve momentos em que a gente teve por exemplo no reitorado de Neroaldo Pontes de Azevedo, nós tivemos total apoio, de carro, de recursos materiais, físicos, mobiliário e há reitorados que deixam a gente no completo abandono. Então isso é muito cíclico. Há momentos que é um dinheiro do meu bolso, da Clara, os próprios alunos mesmo sem a gente pedir. [...] Então assim, hora tem financiamento, hora não tem. [...] Depende do reitor, depende da política de extensão do MEC, depende de quem tá na Pró-Reitoria, há momentos em que a gente só tem o apoio das duas bolsas de extensão e a liberação. E há momentos em que a gente até pra ser liberado pra ir pra Cabedelo tinha problema. [...] Então o financiamento, respondendo concretamente ele é muito volátil dependendo de todas essas questões. [...]"

7. Registro das Ações

[...]desde mil novecentos e noventa e cinco, ele começou a ser registrado no programa Bandex inicialmente. Na época que Ivan era pró-reitor, ele com a professora Rosana Souto Maior, que era a coordenadora da [...] Copac, criaram o Bandex - Banco de Dados de Extensão, exatamente nessa discussão, que a Prac precisava registrar as suas atividades. [...] Então o Catarina todo ano, preenche os formulários do programa. Então todo ano há uma renovação, os projetos de extensão, quer com bolsas ou não, eles precisam se reinscrever tanto para concorrer as bolsas, renovar ou não, quanto para o registro e é apresentado um relatório anual, no programa, ele tem lá um ícone para inserção de um relatório. Então nesse relatório anual se coloca quantos seminários, quantas oficinas, atividades, palestras, reuniões, se registra tudo. Eu particularmente em dois mil e onze, escrevi o livro O Mar e a Jangada: política cultural e extensão universitária, onde eu registro todo esse arcabouço como ele começou, como foi desenvolvido, então, tá esse registro. [...] Eu registro tudo que faço, e é essa orientação que eu dou a meus orientandos do mestrado e a todos, comunitários

que trabalham no Catarina, o diário de campo é um instrumento de pesquisa fundamental e quando eu chamo diário de campo, pode ser o caderno escrito à mão para uma pessoa que não tem um bom equipamento eletrônico, um bom iPad, um bom notebook etc. Ele pode num caderno em folhas de papel sim fazer esse registro, registro fotográfico e tal. Então, é fundamental o registro, pra memória histórica, nós somos um país que no popular a gente diz de memória fraca, [...] você pega um jovem hoje com vinte anos, ele diz que não teve ditadura militar. Então muita coisa se perde porque não há registro. [...]

O Projeto Cabedelo foi criado em 1981, devido ao fluxo de identidades culturais ser intenso nesse período. Cabedelo uma cidade portuária necessitava de ações de preservação à cultura local. O projeto Cabedelo foi extinto e, em 1993, foi reformulado com o nome Projeto Arte de Cultura Catarina, seguindo a mesma perspectiva, só que agora de forma mais ampliada. O projeto buscou mapear o município de Cabedelo para iniciar suas atividades, com os dados levantados, identificou as manifestações culturais preservadas como Nau Catarineta, Coco de Roda, Paixão de Cristo entre outros.

O projeto visa dialogar com as escolas da rede municipal, para a continuação e preservação da identidade cultural de cabedelo, como também com toda população cabedelense. É sediado nas dependências da Fortaleza de Santa Catarina e trabalha na perspectiva dos princípios da Educação Popular, seguindo o pensamento de Paulo Freire em que deve existir a interação entre o saber popular com o saber científico, que ambos são saberes distintos, deveras importantes.

O projeto deixa totalmente livre a participação da comunidade e dos estudantes, qualquer conhecimento nesse projeto é utilizado de forma participativa e o fio condutor é sempre a identidade cultural. Já passaram pelo projeto estudantes de diversos cursos, servidores e docentes, sempre agregando seu saber com o fio condutor da identidade cultural. Na valorização da cultura são realizados oficinas, seminários e curso curta e de média duração com metodologias participativas.

O coordenador comenta a dificuldade que o projeto já enfrentou em termos financeiros. O aporte financeiro sempre inconstante e depende de iniciativas internas ou externas, seja a dependência de editais de financiamento seja de apoio institucional da UFPB, dependendo do entendimento das pessoas que assumem função na Prac. Esse movimento é cíclico, de modo que o funcionamento efetivo depende do envolvimento financeiro das pessoas participantes do projeto. Mesmo com todas as dificuldades o núcleo central permanece e com o apoio da ONGs comunitárias continuam exercendo suas atividades. Um dos fatores principais em que o projeto permanece até hoje, é que os cabedelenses se

empoderaram de sua cultura, defendem e preservam mesmo sem a presença da instituição. Esse é o propósito de projetos na perspectiva libertadora e da emancipação.

Concluindo essa etapa, podemos deixar uma observação do quanto o diálogo é enriquecedor, e como foi importante para essa pesquisa, ouvir esses coordenadores. Cada um nos contou sobre suas trajetórias, e nelas podemos identificar vários outros coletivos que fazem parte do arcabouço teórico metodológico da educação popular. A entrevista nos proporciona entender em que contexto esses projetos foram criados, apresentam detalhes importantes na sua execução que coadunam com os princípios da educação popular e que na análise documental, em alguns encontramos de forma mais superficial. Ao encerrar esse capítulo, observa-se que a extensão universitária na UFPB apesar de ser uma prática antiga, com destaque para o período do pró-reitorado do Professor Iveraldo Lucena, tomou impulso a partir da Resolução 9/93. Desde então foram originadas várias iniciativas no propósito de estruturar e valorizar a extensão na universidade, a exemplo da criação do Probox, da publicação de livros e revistas, da realização dos encontros anuais de extensão, da preocupação com a sistematização e registros das atividades extensionistas. Ao longo do período analisado, percebe-se que a extensão universitária em educação popular dependeu e depende, fundamentalmente, da dedicação de professores e alunos capaz de superar as dificuldades de ordem de apoio institucional. Ressalta-se a importância da criação do Forproex para a consolidação da extensão universitária, o que beneficiou a atividade no âmbito da UFPB. As décadas de 2000 e de 2010 foram, particularmente, estimuladoras em virtude do apoio financeiro e de institucionalização que as atividades extensionistas passaram a ser contempladas pelo Mec e por instituições de fomento. Importa destacar a posição privilegiada que a extensão universitária na UFPB assumiu, em diferentes momentos, no cenário das universidades públicas brasileiras.

O capítulo seguinte, busca mapear os projetos de extensão em educação popular do ano de 2019 pelo sistema vigente SIGAA no módulo extensão, e traçar o perfil desse segmento na instituição, atendendo o terceiro e o quarto objetivos específicos da pesquisa.

4 O PERFIL ATUAL DA EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO POPULAR NA UFPB

A extensão em educação popular na UFPB tem como objetivo romper com o ensino hegemônico que leva o saber pronto e acabado para a sociedade. A perspectiva dos projetos na metodologia de educação popular é ser o elo mais próximo da realidade concreta. Utiliza, na construção do conhecimento, o diálogo como o elemento fundante de todo o processo. Busca mediar as relações na perspectiva de superação das situações desumanas e vulneráveis, na intenção de tornar os sujeitos oprimidos em sujeitos protagonistas de suas realidades, em um processo de ação-reflexão-ação. Esse capítulo tem como objetivo, traçar o perfil da atividade de extensão em educação popular na instituição com base nos dados disponíveis no SIGAA no módulo extensão, contemplando os projetos submetidos, aprovados e concluídos dos editais Probex, UFPB no seu Município e Fluxo do ano de 2019.

4.1 Descrição Metodológica

Uma das motivações para a construção desse capítulo, é que a busca por esses projetos mesmo com um sistema operante, deve partir de um conhecimento prévio sobre a temática, para identificá-los. Por este motivo os dados da pesquisa foram coletados pelo SIGAA, no módulo extensão utilizando os seguintes filtros: **consultar ações; ano; edital; tipo da ação; área temática; situação da ação.**

Dessa forma o sistema carrega informações de todos os projetos que foram submetidos aos editais de extensão da instituição. Para chegar ao mapeamento desejado, os filtros ano - 2019, tipo da ação - projeto e situação da ação - concluída, permaneceram fixos. Os filtros do edital e área temática foram sendo alterados conforme a disposição dos três editais e as oito áreas temáticas da extensão.

Figura 3. Exemplo de filtro com Edital nº 01/2019 - Probex 2019 e área temática Comunicação.

Atenção:
Algumas Ações estão com a cor 'Cinza Claro' e significa que é uma Ação de Extensão Isolada e com a Situação 'Cadastro em Andamento'.

BUSCA POR AÇÕES DE EXTENSÃO

Título da Ação:

Ano: 2019

Código: ?

Período de execução: a

Período de conclusão: a

Período de início: a

Edital: EDITAL Nº 01/2019 - PROBEX 2019

Tipo da Ação: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PRODUTO
PROGRAMA
PROJETO ?

Área do CNPq: -- SELECIONE --

Centro/Unidade Acadêmica do Discente: -- SELECIONE --

Centro/Unidade Acadêmica do Docente: -- SELECIONE --

Unidade Proponente: -- SELECIONE --

Centro da Ação: -- SELECIONE --

Área Temática: COMUNICAÇÃO

Dimensão Acadêmica: -- SELECIONE --

Servidor:

Situação da Ação: ANALISANDO SOLICITAÇÃO DE RECONSIDERAÇÃO
CADASTRO EM ANDAMENTO
CONCLUÍDA
DESCLASSIFICADO ?

Tipo de ...: -- SELECIONE --

Fonte: SIGAA/UFPB

Esse procedimento foi sendo alterado a cada Edital nº 01/2019 - Probex 2019, nº 02/2019 – Flux 2019 e nº 03/2019 – UFPB no seu Município. As informações foram selecionadas segundo as oito áreas temáticas da extensão: comunicação; cultura; direitos humanos e justiça; educação; meio ambiente; saúde; tecnologia e produção; trabalho. O resultado foi um total de 792 projetos de extensão, analisados um a um.

Quadro 7. Quantidade de Projetos de Extensão por edital em 2019

Área Temáticas	Probex 2019	Flux 2019	UFPB no seu Município 2019
Comunicação	22	7	0
Cultura	59	18	35
Direitos Humanos	25	4	1
Educação	132	34	61
Meio Ambiente	36	9	1
Saúde	181	60	7

Tecnologia	51	13	8
Trabalho	22	6	0

Fonte: SIGAA/UFPB

4.2 Mapeamento dos Projetos de Extensão em Educação Popular do ano de 2019

Com base nos dados coletados, foram produzidos quadros com a identificação de cada projeto de extensão que são elaborados na perspectiva da educação popular e submetidos aos editais Probex, Flux e UFPB no seu Município. Os projetos estão descritos pelo código, título, coordenador(a), e unidade proponente por área temática. Com destaque para as áreas temáticas que tiveram um número maior de projetos e a carência de projetos em determinadas áreas no período mencionado.

Quadro 8. Projetos de Extensão em Educação Popular no Edital N° 01/2019 - Probex

COMUNICAÇÃO			
CÓDIGO NO SIGAA	TÍTULO	COORDENADOR(A)	UNIDADE PROPONENTE
PJ154-2019	A extensão como mediadora da difusão de práticas e saberes da educação popular no espaço institucional: o papel da Coordenação de Educação Popular.	Thatiane Cristina Ponciano dos Santos	Pró-Reitoria de Extensão (Proex)/UFPB
CULTURA			
CÓDIGO NO SIGAA	TÍTULO	COORDENADOR(A)	UNIDADE PROPONENTE
PJ535-2019	BDCULT - Criação e Manutenção da Biblioteca Digital de Cultura e Políticas Culturais.	Gilvanedja Ferreira Mendes da Silva	Biblioteca Central/BC
PJ463-2019	Grupo de Teatro Político Interna-só-namente.	Mariana Pimenta Oliveira Baccarini	CCSA - Departamento de Relações Internacionais/UFPB
PJ426-2019	Inventário preliminar do patrimônio imaterial no bairro do Roger: rituais, sociabilidades e celebrações.	Luciana de Oliveira Chianca	CCHLA - Departamento De Ciências Sociais / UFPB
PJ339-2019	Mulheres em cena: protagonismo feminino na Cultura Popular.	Luciana Eleonora de Freitas Calado Deplagne	CCHLA - Departamentos de Letras Clássicas e Vernáculas /UFPB

PJ324-2019	Cine Bixa II: intervenções filmicas e diálogos de resistência sobre diversidade sexual e de gênero.	Luciana Maria Ribeiro de Oliveira	CCHLA - Departamento de Ciências Sociais / UFPB
PJ293-2019	Grupo Imburana: ações da cultura popular afro-brasileira no desenvolvimento da cidadania.	Marcello Fernando Bulhões Martins	CCS - Departamento de Educação Física/UFPB
PJ266-2019	Partejar: formação, difusão e produção audiovisual no (re)conhecimento das tradições indígenas e na resistência dos saberes das mulheres Potiguaras.	Isabella Chianca Bessa Ribeiro do Valle	CCTA - Departamento de Comunicação / UFPB
PJ159-2019	Musicalização e Expressão Cultural e Interculturalidade na Escola Indígena Maria das Dores Borges - Aldeia Alto do Tambá/Baía da Traição.	Eurides de Souza dos Santos	CCTA - Departamento de Música/UFPB
PJ147-2019	Contação de Histórias e Teatro Comunitário.	Marcia Chiamulera	CCTA - Departamento de Artes Cênicas/UFPB
PJ120-2019	Fomento Cultural Artes em Cena 2019.	Candice Didonet	CCTA - Departamento de Artes Cênicas/UFPB
PJ118-2019	MARACASTELO: fortalecendo a identidade cultural nordestina nos espaços de Educação formal e não formal através das manifestações culturais tradicionais brasileiras e afrobrasileiras, na perspectiva das leis 10.639/03 e 11.645/08.	Wilson Honorato Aragão	CE - Departamento de Habilitação Pedagógica/UFPB
PJ017-2019	Rolezinho na UFPB: Cultura e Protagonismo Juvenil.	Monique Guimaraes Cittadino	CCHLA - Departamento de História/UFPB
DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA			
CÓDIGO NO SIGAA	TÍTULO	COORDENADOR(A)	UNIDADE PROPONENTE
PJ029-2019	Centro de Referência em Direitos Humanos - Jornadas Feministas: educação e resistência.	Caroline Sátiro de Holanda	CCJ - Departamento de Direito Privado/UFPB
PJ064-2019	Mulheres e Universidade: o comitê de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres na UFPB como instrumento de extensão popular.	Maria de Lourdes Teixeira da Silva	Biblioteca Central / BC
PJ096-2019	Caminhos da liberdade: luta antimanicomial e defesa dos direitos humanos na Paraíba.	Ludmila Cerqueira Correia	CCJ - Departamento de Ciências Jurídicas/UFPB
PJ122-2019	A Pós-Graduação em Ciências Jurídicas e a Sociedade Civil.	Fernando Joaquim Ferreira Maia	CCJ - Departamento de Ciências

			Jurídicas/UFPB
PJ127-2019	Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru – Assessoria Jurídica, Educação Popular e Conflitos Territoriais Urbanos e Rurais.	Roberto Cordoville Efrem de Lima Filho	CCJ - Departamento de Ciências Jurídicas/UFPB
PJ133-2019	Protagonismo Juvenil: uma aventura cidadã IV.	Joseneide Souza Pessoa	CCSA - Departamento de Gestão Pública/UFPB
PJ153-2019	Centro de Referência em Direitos Humanos - Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular em Saúde.	Tatyane Guimaraes Oliveira	CCJ - Departamento de Ciências Jurídicas/UFPB
PJ170-2019	Ações de formação com mulheres da “Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia” para o fortalecimento da educação do campo no território da Borborema.	Albertina Maria Ribeiro Brito de Araújo	CCHSA - Departamento de Educação/UFPB
PJ213-2019	PROTOS - Protagonismos Juvenil e a Agenda Internacional de Direitos Humanos.	Alessandra Correia Lima Macedo Franca	CCJ - Departamento de Direito Público/UFPB
PJ248-2019	Extensão Popular e o Fórum de Mulheres em Luta da UFPB.	Nivia Cristiane Pereira da Silva	CCHLA - Departamento de Serviço Social/UFPB
PJ482-2019	Comunidade Multiespécies, Direito e Bioética.	Jailson Jose Gomes da Rocha	CBIOTEC - Departamento de Biotecnologia/UFPB
PJ544-2019	Diálogos e Práticas sobre o Direito à Cidade.	Doralice Satyro Maia	CCEN - Departamento de Geociências/UFPB
PJ688-2019	Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru – Assessoria Jurídica, Educação Popular em Feminismo, Gênero e Sexualidade.	Ana Lia Vanderlei de Almeida	CCJ - Departamento de Ciências Jurídicas/UFPB
EDUCAÇÃO			
CÓDIGO NO SIGAA	TÍTULO	COORDENADOR(A)	UNIDADE PROPONENTE
PJ033-2019	Círculos de leitura e formação de leitores: construindo saberes e compartilhando olhares.	Danielle de Luna e Silva	CCHLA - Departamento de Letras Estrangeiras e Modernas/UFPB
PJ036-2019	Projeto Subindo a Ladeira: educação patrimonial e ensino de história no Varadouro (João Pessoa-PB) – Ano IX.	Cláudia Cristina do Lago Borges	CCHLA - Departamento de História/UFPB
PJ062-2019	Pré-Universitário Conexões e Saberes.	Suelídia Maria Calaca	CE - Departamento de Metodologia da Educação/UFPB

PJ116-2019	Identidade e Memória dos Educação: educadores escolares e dos movimentos sociais do Vale do Mamanguape.	Paulo Roberto Palhano Silva	CCAIE - Departamento de Educação/UFPB
PJ123-2019	Gestão Educacional e Educação Popular: a construção de uma proposta formativa para profissionais da educação básica (Probex 2019)	Marcos Angelus Miranda de Alcantara	CE - Departamento de Habilitação Pedagógica/ UFPB
PJ180-2019	Cátedra Unesco de Educação de Jovens e Adultos.	Timothy Denis Ireland	CE - Departamento de Metodologia da Educação/UFPB
PJ209-2019	Formação para implantação de boas práticas para educação do campo no campo através de arte e educação.	Emmanuel Fernandes Falcão	PU - Prefeitura Universitária/ UFPB
PJ228-2019	A Questão Indígena na Paraíba: interfaces entre formação escolar básica e superior, educação popular e identidade étnica.	Aldenor Rodrigues de Souza Filho	CCHLA-Direção de Centro/UFPB
PJ250-2019	Escolarização que promove superação de dificuldades e necessidades de aprendizagem da vida de adolescentes residentes em casas de acolhimento.	Quézia Vila Flor Furtado	CE - Departamento de Metodologia da Educação/UFPB
PJ252-2019	Projeto ResisTO: oficinas de atividades com jovens na escola pública.	Iara Falleiros Braga	CCS - Departamento de Terapia Ocupacional/ UFPB
PJ273-2019	Mulheres Quilombolas: interseccionalidade e cultura no território tradicional Cruz da Menina, Dona Inês – PB.	Amanda Christinne Nascimento Marques	CCHSA - Departamento de Ciências Básicas e Sociais/UFPB
PJ289-2019	Cinema e Educação para a Recepção Crítica da Indústria Cultural Midiática: a educação no cinema e a crise da educação.	Sergio Murilo Ribeiro Chaves	CCHSA - Departamento de Ciências Básica e Sociais/UFPB
PJ345-2019	Projeto Político Pedagógico: instrumento para exercer a gestão escolar Ano - II.	Maria Valdenice Resende Soares	CCAIE - Departamento de Educação/ UFPB
PJ349-2019	Oficinas de saberes: construindo práticas sociais letradas na escola e na comunidade.	Eliana Vasconcelos da Silva Esvael	CCHLA - Departamentos de Letras Clássicas e Vernáculas /UFPB
PJ355-2019	Assessoramento psicopedagógico como forma de reduzir as dificuldades de leitura e escrita na cidade de João Pessoa-Pb.	Roberto Derivaldo Anselmo	CE - Departamento de Psicopedagogia/ UFPB
PJ448-2019	Jornada de Introdução ao Teatro do Oprimido e Formação de Multiplicadores: arte, educação e protagonismo na construção de saberes.	Aina Guimaraes Azevedo	CCHLA - Departamento de Ciências Sociais/UFPB

PJ449-2019	Formação de professores indígenas e aplicação do livro paradidático na Escola Municipal do Ensino Fundamental Maria das Dores Borges, aldeia Galego.	Antônio Alberto Pereira	CCAIE - Departamento de Educação/UFPB
PJ508-2019	Cinestésico	Virginia de Oliveira Silva	CE - Departamento de Habilitação Pedagógica/UFPB
PJ533-2019	Escolas Rurais Paraibanas: ações extensivas voltadas para colaborar com a formação sujeito do mundo rural	Nilvânia dos Santos Silva	CCHSA - Departamento de Educação/UFPB
MEIO AMBIENTE			
CÓDIGO NO SIGAA	TÍTULO	COORDENADOR(A)	UNIDADE PROPONENTE
PJ451-2019	Construindo Sustentabilidade em Agroecossistemas de Base Familiar para Transição Agroecológica.	Alexandre Eduardo de Araújo	CCHSA - Departamento de Agricultura/UFPB
SAÚDE			
CÓDIGO NO SIGAA	TÍTULO	COORDENADOR(A)	UNIDADE PROPONENTE
PJ013-2019	Aprimorando Práticas de Cuidado nos Serviços e nos Movimentos Sociais a partir da Formação em Ciências Sociais e Humanas em Saúde.	Katia Suely Queiroz Silva Ribeiro	CCS - Departamento de Fisioterapia/UFPB
PJ028-2019	Brincando e aprendendo para a promoção da saúde e prevenção da violência através do uso de jogos e brincadeiras com alunos de escolas públicas	Susanne Pinheiro Costa e Silva	CCS - Departamento de Enfermagem em Saúde Coletiva/UFPB
PJ031-2019	Do Sabor ao Saber: educação em saúde como estratégia para promoção da segurança alimentar e nutricional.	Kettelin Aparecida Arbos	CTDR - Departamento de Tecnologia de Alimentos/UFPB
PJ034-2019	Território, vulnerabilidades e enfrentamentos em uma comunidade urbana de baixa renda de João Pessoa: a base de planejamento estratégico para o Programa Redes do Bem / UFPB.	Claudia Helena Soares de Moraes Freitas	CCS - Departamento de Clínica e Odontologia Social/UFPB
PJ041-2019	Para Além da Psicologia Clínica Clássica.	Marísia Oliveira da Silva	CCHLA - Departamento de Psicologia/UFPB
PJ047-2019	Práticas de Cuidado.	Ricardo de Sousa Soares	CCM - Departamento de Promoção da Saúde/UFPB
PJ068-2019	Vivências na Residência em Rede Qualificando a APS.	Felipe Proença de Oliveira	CCM - Departamento de Promoção da Saúde/UFPB

PJ081-2019	ERO - Prevenção e reabilitação oral: reconstrução de projeto de vida do paciente com câncer.	Heloisa Helena Pinho Veloso	CCS - Departamento de Odontologia Restauradora/ UFPB
PJ128-2019	PalhaSUS	Aldenildo Araújo de Moraes Fernandes Costeira	CCM - Departamento de Promoção da Saúde/UFPB
PJ145-2019	Projeto Educação Popular e Atenção à Saúde da Família - Pepasf.	Janaina Lima Luna Rodrigues	Reitoria- Gabinete da Reitoria/UFPB
PJ199-2019	Educação Popular na Construção da Integralidade da Formação e do Cuidado em Saúde – EPISaúde 2019.	Túlio Pessoa de Araújo	CCS - Departamento de Odontologia Restauradora/ UFPB
PJ241-2019	Assessoria de Extensão do Centro de Ciências Médicas: apoio às ações de promoção da extensão articuladas ao ensino e a pesquisa na formação médica.	André Luís Bonifácio de Carvalho	CCM - Departamento de Promoção à Saúde/UFPB
PJ287-2019	Programa “Mais Saúde na Comunidade”: ação interdisciplinar de práticas integrais de cuidado em saúde da família, saúde do trabalhador e inclusão da pessoa com deficiência.	Dailton Alencar Lucas de Lacerda	CCS - Departamento de Fisioterapia/UFPB
PJ315-2019	Inserção do DIU na atenção básica: treinamento e ações educativas.	Danyella da Silva Barreto	CCM - Departamento de Promoção da Saúde/UFPB
PJ331-2019	Educação Popular em Saúde Auditiva na Atenção às Gestantes e Lactantes que frequentam o Hospital Universitário Lauro Wanderley.	Luciana Pimentel Fernandes de Melo	CCS - Departamento de Fonoaudiologia/ UFPB
PJ335-2019	Educação Popular em Saúde no Cuidado em Enfermagem na Comunidade.	Patrícia Serpa de Souza Batista	CCS - Departamento de Enfermagem Clínica/UFPB
PJ361-2019	Equidade e Saúde: vozes da comunidade.	Simone Elizabeth Duarte Coutinho	CCS - Departamento de Enfermagem em Saúde Coletiva/UFPB
PJ363-2019	Nutrimdo com Alegria: usando o lúdico para promoção de uma alimentação saudável.	Leylliane de Fátima Leal Interaminense de Andrade	CCS - Departamento de Nutrição/UFPB
PJ421-2019	Promoção e Prevenção em Saúde Bucal na Educação Básica da UFPB.	Talitha Rodrigues Ribeiro Fernandes Pessoa	CCS - Departamento de Clínica e Odontologia Social/UFPB
PJ431-2019	Se toque para vida: ações para prevenção e rastreamento do câncer de mama e colo do útero.	Cintia Bezerra Almeida Costa	CCS - Departamento de Enfermagem em

			Saúde Coletiva/UFPB
PJ441-2019	Roda Bem Gestar: prevenção quaternária contra violência obstétrica e promoção dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.	Waglania de Mendonça Faustino	CCS - Departamento de Enfermagem em Saúde Coletiva/UFPB
PJ461-2019	Partejar: um olhar sobre os saberes remanescentes das parteiras Potiguaras.	Juliana Sampaio	CCM - Departamento de Promoção da Saúde/UFPB
PJ467-2019	Rodas de conversa com mães e cuidadores: trocando saberes para o cuidado dos bebês.	Eleonora Ramos de Oliveira	CCM - Departamento de Pediatria e Genética/UFPB
PJ472-2019	Saúde Ambiental na Escola - Décima Edição.	Micheline de Azevedo Lima	CCEN - Departamento de Biologia Molecular/UFPB
PJ480-2019	Promoção da Saúde em Comunidades com Ênfase na Estratégia Saúde da Família: uma iniciativa interdisciplinar e multiprofissional.	Maria Aparecida Bezerra	CCS - Departamento de Fisioterapia/UFPB
PJ483-2019	Ação Interdisciplinar de Apoio aos Movimentos e às Práticas de Educação Popular e Saúde na Paraíba.	Pedro José Santos Carneiro Cruz	CCM - Departamento de Promoção da Saúde/UFPB
PJ484-2019	Processos de Educação Popular e Segurança Alimentar e Nutricional em comunidades de João Pessoa.	Ana Cláudia Cavalcanti Peixoto de Vasconcelos	CCS - Departamento de Nutrição/UFPB
PJ495-2019	Vamos ouvir as crianças? Pensando ações de promoção de saúde na escola sob a ótica de estudantes do ensino fundamental.	Maria Natália Santos Calheiros	CCS - Departamento de Terapia Ocupacional/UFPB
PJ675-2019	Processos Formativos e Práticas Integrativas de Cuidado na Atenção Primária à Saúde.	Eduardo Simon	CCM - Departamento de Promoção da Saúde/UFPB
TECNOLOGIA E PRODUÇÃO			
Não houve projetos nessa área			
TRABALHO			
CÓDIGO NO SIGAA	TÍTULO	COORDENADOR(A)	UNIDADE PROPONENTE
PJ225-2019	INCUBES: Empreendimentos econômicos solidários, redes de cooperação e políticas públicas no estado da Paraíba.	Wanderson Gonçalves Carneiro	CCSA - Departamento de Gestão Pública/UFPB
PJ297-2019	A inserção precoce de crianças e adolescentes no trabalho e o envolvimento em atos infracionais.	Maria de Fátima Pereira Alberto	CCHLA - Departamento de Psicologia/UFPB

PJ414-2019	Implantação participativa de um sistema de informações gerenciais no empreendimento econômico solidário Ecolanches.	Mariana Moura Nobrega	CT - Departamento de Engenharia de Produção/UFPB
------------	---	-----------------------	--

Fonte: SIGAA/UFPB

Conforme os dados coletados, no Edital Probox 2019 todas as propostas devem constar na modalidade “projetos de extensão” e que estes priorizem a formação do estudante de forma crítica e cidadã de acordo com as demandas reais da sociedade do nosso estado, de forma a desenvolver atividades que possam unir a universidade com todos os grupos envolvidos na perspectiva de tornar a extensão o elo que alimenta a pesquisa e o ensino.

A maior quantidade de projetos de extensão em educação popular estão presentes nesse edital, com projetos vinculados em todas as áreas temáticas da extensão, exceto na temática Tecnologia e Produção. Estão distribuídos da seguinte forma pelas áreas: Comunicação (01); Cultura (12); Direitos Humanos e Justiça (13); Educação (19); Meio Ambiente (01); Saúde (29); Tecnologia e Produção (0); Trabalho (03).

Quadro 9. Projetos de Extensão em Educação Popular no Edital nº 02/2019 Fluex.

EDUCAÇÃO			
CÓDIGO NO SIGAA	TÍTULO	COORDENADOR(A)	UNIDADE PROPONENTE
PJ546-2019	Estratégias Lúdicas em Educação Nutricional para Crianças do Ensino Fundamental de Escolas de João Pessoa	Patrícia Pinheiro Fernandes Vieira	CTDR - Departamento de Gastronomia/UFPB
SAÚDE			
CÓDIGO NO SIGAA	TÍTULO	COORDENADOR(A)	UNIDADE PROPONENTE
PJ591-2019	Aproveitamento Integral dos Alimentos: uma proposta de sustentabilidade, saúde e sabor para escolas do município de Bananeiras/PB.	Isabelle de Lima Brito	CCHSA - Departamento de Gestão e Tecnologia Agroindustrial/UFPB

Fonte: SIGAA/UFPB

O edital Fluex 2019 é voltado para todas as modalidades de extensão de fluxo contínuo (curso; evento; produto; programa e projeto). Esse edital tem as mesmas prerrogativas dos outros no que diz respeito à formação dos discentes, o que muda é a abrangência das modalidades, o tempo de execução que pode ser contínuo, e sem previsão de captação de recursos para o custeio dessas ações. Nesse edital, foram encontrados apenas dois

projetos de extensão em educação popular, um na área temática da Educação e o outro na área temática da Saúde.

Quadro 10. Projetos de Extensão em Educação Popular no Edital nº 03/2019 UFPB no seu Município.

COMUNICAÇÃO			
CULTURA			
CÓDIGO NO SIGAA	TÍTULO	COORDENADOR(A)	UNIDADE PROPONENTE
PJ706-2019	Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru - Relações Raciais, Cultura e Assessoria Jurídica Popular	Roberto Cordoville Efrem de Lima Filho	CCJ - Departamento de Ciências Jurídicas/ UFPB
PJ707-2019	PalhaSUS na Comunidade	Aldenildo Araújo de Moraes Fernandes Costeira	CCM - Departamento de Promoção da Saúde/UFPB
PJ712-2019	Novos Tambores: fortalecendo a identidade cultural Quilombola através da confecção de tambores afro-brasileiros na perspectiva da Lei 10.639/03.	Wilson Honorato Aragão	CE - Departamento de Habilitação Pedagógica/ UFPB
PJ745-2019	Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária -PIAC	Emmanuel Fernandes Falcão	PU - Prefeitura Universitária/ UFPB
PJ750-2019	Apoio e assessoramento ao movimento em defesa do registro das matrizes do forró como Patrimônio Cultural Brasileiro	Henrique Jorge Pontes Sampaio	PROEX - Pró-Reitoria de Extensão/UFPB
PJ760-2019	Partejar: Projeções nas Aldeias	Waglania de Mendonça Faustino	CCS - Departamento de Enfermagem e Saúde Coletiva/UFPB
PJ789-2019	Círculo de Debates ObservaCult: Diálogos, Cultura e Sociedade	Marco Antônio Castilhos Acco	CCSA - Departamento de Gestão Pública/UFPB
DIREITOS HUMANOS			
Não houve projetos nessa área			
EDUCAÇÃO			
CÓDIGO NO SIGAA	TÍTULO	COORDENADOR(A)	UNIDADE PROPONENTE
PJ729-2019	Assessoramento Psicopedagógico aos Gestores Escolares da Rede de Ensino da Cidade de João Pessoa na Perspectiva da Inclusão	Roberto Derivaldo Anselmo	CE - Departamento de Psicopedagogia/ UFPB
PJ730-2019	Marias Construindo Direitos: incidência política e combate à violência contra as mulheres no município de João Pessoa	Caroline Sátiro de Holanda	CCJ - Departamento de Direito Privado/UFPB

PJ 733 - 2019	Coordenação de Educação Popular: o espaço institucional como campo de saberes e práticas na reorientação da formação através da educação popular	Danielle Ponciano dos Santos	PROEX - Pró-Reitoria de Extensão/UFPB
PJ734-2019	Arte e Cultura Catarina	Clara Magna Nery Lima	PROEX/COEX - Coordenação de Extensão Cultural/ UFPB
PJ736-2019	Educação, Saúde e Resistência: promovendo cidadania	Tatyane Guimaraes Oliveira	CCJ - Departamento de Ciências Jurídicas/UFPB
PJ751-2019	Educação Infantil: estratégias lúdicas em educação nutricional para melhoria da alimentação de crianças do ensino fundamental de escolas do município de João Pessoa	Patricia Pinheiro Fernandes Vieira	CTDR - Departamento de Gastronomia/ UFPB
PJ752-2019	WEBRADIO UFPB: Rede de Extensão Cultural (REC)	Norma Maria Meireles Macedo Mafaldo	CCTA - Departamento de Comunicação/ UFPB
PJ759-2019	Programa de Educação Popular e Saúde na Comunidade	Dailton Alencar Lucas de Lacerda	CCS - Departamento de Fisioterapia/ UFPB
PJ761-2019	Educação e Cidadania: Cooperação Interdisciplinar Junto ao Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura	Renata Monteiro Garcia	CCAE - Departamento de Educação/UFPB
PJ764-2019	Ação Interdisciplinar de Apoio aos Movimentos Sociais e às Práticas de Educação Popular em Saúde em Municípios Paraibanos.	Pedro José Santos Carneiro Cruz	CCM - Departamento de Promoção da Saúde/UFPB
PJ777-2019	Leitores, espectadores e cidadãos: múltiplas linguagens no ensino da Literatura	Hermano de Franca Rodrigues	CCHLA - Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas/UFPB
PJ785-2019	Fortalecendo Agroecossistemas de Base Familiar no Processo de Transição Agroecológica.	Alexandre Eduardo de Araújo	CCHSA - Departamento de Agricultura/UFPB
PJ800-2019	Vivenciando a Agroecologia nas Escolas	Natinelle de Meneses Pinheiro Santos	CCHSA - Direção de Centro/UFPB
PJ803-2019	Extensão Universitária: as mulheres ocupam as praças	Nívia Cristiane Pereira da Silva	CCHLA - Departamento de Serviço Social/UFPB
MEIO AMBIENTE			
Não houve projetos nessa área			
SAÚDE			
CÓDIGO NO SIGAA	TÍTULO	COORDENADOR(A)	UNIDADE PROPONENTE
PJ719-2019	Partejar: rodas de conversas sobre sentidos, experiências e práticas da parteira Indígena Potiguara.	Juliana Sampaio	CCM - Departamento de Promoção da

			Saúde/UFPB
TECNOLOGIA E PRODUÇÃO			
CÓDIGO NO SIGAA	TÍTULO	COORDENADOR(A)	UNIDADE PROPONENTE
PJ711-2019	Capacitação em gestão segundo preceitos da autogestão para empreendimento solidário formado por grupo de mulheres em lanchonete do Campus I da UFPB	Liane Marcia Freitas e Silva	CT - Departamento de Engenharia de Produção/UFPB
TRABALHO			
Não houve projetos nessa área			

Fonte: SIGAA UFPB

O Programa “UFPB no seu Município” é um edital mantido com recursos próprios da instituição, assim como ocorre com o Probex. No edital 2019, ofertou 130 bolsas de extensão, e se constitui como estratégia importante na extensão universitária da UFPB, porque contribui com o crescimento dos municípios de sua área de abrangência, com o objetivo de colaborar no avanço da qualidade de vida das comunidades. Na coleta de dados, vimos que nesse edital os projetos de extensão em educação popular estão concentrados as áreas temáticas Cultura (07); Educação (14), Saúde (01) e Tecnologia e Produção (01), nas demais áreas não foram encontrados registros no SIGAA.

4.3 Resultados e Discussão

Ao mapear os projetos de extensão em educação popular, é possível traçar o perfil desse segmento na instituição, quais unidades se destacam na utilização dos princípios teóricos metodológicos, os departamentos envolvidos e os que não têm projetos registrados no ano de 2019 na metodologia da educação popular. Ao todo, foram encontrados 103 projetos que são executados nessa perspectiva, e identificados por centros do campus I e os demais *campi*. Também foi possível identificar iniciativas em unidades gestoras da instituição, conforme distribuição no quadro abaixo:

Quadro 11. Distribuição dos projetos de extensão popular por unidade proponente

Unidade Proponente	N. de projetos em 2019
Reitoria	1
PROEX	4
PU - Prefeitura	2

Biblioteca Central/BC	2
CCEN	2
CCHLA	14
CCM	12
CE	9
CCSA	4
CT	2
CCS	20
CCJ	10
CBIOTEC	1
CCTA	5
CEAR	0
CI	0
CTDR	3
CCA	0
CCHSA	8
CCAE	4
Total de projetos	103

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme o quadro acima, podemos identificar projetos desse segmento na maioria dos centros, campi e até mesmo em algumas unidades gestoras. O Centro de Ciências da Saúde é o que mais se destaca e lidera iniciativas de extensão em educação popular com 20 projetos, seguindo nessa perspectiva, temos o CCHLA com 14, o CCM com 12, o CCJ com 10 e o Centro de Educação com 9 projetos. Vale ressaltar a participação do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias que possui 8 projetos que levam a extensão para o Brejo Paraibano de forma humanizante, respeitando os saberes dos sujeitos envolvidos.

Dos 12 Departamentos do CCS, os projetos de educação popular são de iniciativas de nove (9) departamentos desse centro. Apenas os Departamentos de Ciências Farmacêuticas, Fisiologia e Patologia e Morfologia não têm projetos registrados. Além da temática saúde, o CCS submete também projetos nas áreas temáticas da Cultura e Educação.

No CCHLA, os projetos estão concentrados nos departamentos de Ciências Sociais, Letras Clássicas e Vernáculas, História, Serviço Social, Letras Estrangeiras e Modernas, Psicologia e também pela Direção de Centro. Esse centro é o mais interdisciplinar, dialoga com as temáticas da Cultura, Direitos Humanos, Saúde, Trabalho e principalmente Educação.

No Centro de Ciências Médicas, 90% dos projetos de extensão em educação popular são do Departamento de Promoção à Saúde, com projetos consolidados há duas décadas, a exemplo do projeto “PalhaSUS”, esses projetos dialogam também com as áreas da Educação e Cultura.

Na temática de Direitos Humanos os projetos partem em sua grande maioria do Centro de Ciências Jurídicas, estão distribuídos da seguinte forma: sete (7) no Departamento de Ciências Jurídicas, dois (2) no Departamento de Direito Privado e um (1) no Departamento de Direito Público. O Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru (NEP), mencionado anteriormente, atua até os dias atuais com projetos consolidados há mais de 10 anos, e contribui com outros coletivos como feminismo, gênero, relações raciais, cultura entre outros movimentos marginalizados no nosso estado.

O Centro de Educação (CE) é um dos centros que mais contribui para difundir a educação popular na instituição, através do seu Programa de Pós Graduação em Educação que contém a linha de pesquisa em Educação Popular. No ano de 2019, apresentou nove (9) projetos distribuídos no Departamento de Habilitação Pedagógica que possui áreas de conhecimento voltadas para política e gestão educacional, educação infantil e especial, e planejamento e pesquisa. Como possui projetos voltados para as áreas organizacionais do Departamento de Metodologia da Educação.

Em relação aos outros *campi*, o CCHSA, antigo Centro de Formação de Tecnólogos, é o que mais apresenta projetos de extensão na concepção teórico-metodológica da educação popular, a educação que podemos vislumbrar para promover uma sociedade justa e democrática. Estes estão distribuídos pelos departamentos de Gestão e Tecnologia, de Educação, Ciências Básicas e Sociais e Agricultura, há também iniciativas de membro da Direção desse Campus.

Ao final da análise, podemos concluir que o perfil da extensão com eixo em educação popular no ano de 2019, se caracteriza da seguinte forma:

- Concentração dos projetos no Edital Probex 2019;
- Projetos difundidos pela grande maioria dos centros;
- Destaque significativo de projetos voltados para a temática Educação, distribuídos por vários centros e em unidades gestoras;
- Os projetos da área da saúde também merecem destaque, quase em sua totalidade são provenientes do Centro de Ciências da Saúde e do Centro de Ciências Médicas;
- Unidades gestoras com iniciativas com essa metodologia;

- Projetos espalhados nos “campi” III e IV;
- Carência de projetos nas áreas temáticas de Comunicação, Meio Ambiente, Tecnologia e Produção e Trabalho;
- Ausência de projetos no Centro de Informática; no CTDR e no Campus II.

Ao mapear os projetos de extensão em educação popular, destaca-se que mesmo com sistema, a forma de filtro dessas ações requer leitura de todos os projetos submetidos à plataforma, pois os projetos acima identificados em sua grande maioria, não possui no título do projeto a expressão “educação popular” ou “extensão popular”. Conclui-se que para ter acesso a esses projetos devemos recorrer a esse procedimento em qualquer ano que se pretenda mapear pelo sistema.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa com o título de “Extensão em Educação Popular na Universidade Federal da Paraíba: resgate histórico e perfil atual” foi provocada pela necessidade de contribuir com o alcance dos objetivos da Coordenação de Educação Popular, vinculada à Pró-Reitoria de Extensão. A problemática levantada ensejou as seguintes perguntas norteadoras: Em que medida se propõem avanços, sem um histórico efetivo da extensão em educação popular? De que forma as ações de extensão em educação popular podem ser sistematizadas? Diante desses questionamentos, foi elaborado como Objetivo Geral: resgatar o histórico da extensão em educação popular na UFPB e levantar dados atuais que possam estabelecer o perfil desse segmento da extensão na instituição. Para responder as perguntas da pesquisa e alcançar o objetivo geral, foram utilizados os seguintes passos como objetivos específicos:

O segundo capítulo da pesquisa, foi elaborado para atender o primeiro objetivo específico, descreve os aspectos relevantes da extensão universitária, com destaque para o FORPROEX que vem caminhando como principal articulador e impulsionador da extensão Universitária no Brasil, vem contribuindo de forma significativa para os avanços da extensão, mesmo a extensão ainda não tendo uma política de estado, esse ator trabalha na perspectiva de chegar à plenitude dos seus ideais.

O capítulo aprofunda o conceito de extensão em educação popular que é entendida por diferentes concepções, e no seio desse movimento surge a Anepop que vem fortalecer essas ações voltadas para uma extensão de visão horizontal, onde os saberes não estejam submetidos a uma hierarquia, que o saber popular é tão relevante quanto o científico. Essa dialética proporciona outras conotações como a extensão popular via trabalho social.

O terceiro capítulo foi construído para responder a primeira questão norteadora da pesquisa e atingir o segundo objetivo específico. Foi constatado inicialmente os aspectos relevantes da institucionalização da extensão universitária na UFPB, com destaque para as iniciativas de registros, sistematização e publicização. Vimos que esses aspectos foram impulsionados a partir da resolução 09/1993, como resultado tivemos a criação do Probex e Bandex, e de registros também em revistas impressas e eletrônicas, o mais recente em formato de jornal e notícias no site, porém em alguns períodos foram constatados a descontinuidade dessas práticas ou mesmo a falta de criação de novas iniciativas nesse sentido.

Constatado isso, vimos que esses fatores prejudicam a memória institucional em relação à extensão. Foi exatamente a dificuldade encontrada na pesquisa, em achar documentos que viabilizassem a construção da trajetória da extensão em educação popular na UFPB. Por isso decidimos começar a garimpar projetos de extensão popular registrados nos anais dos encontros de extensão, de forma muito precária em determinados períodos, mas conseguimos levantar dados de projetos que trabalham com essa perspectiva. Logo vimos que a pesquisa documental seria insuficiente para resgatar essa trajetória e optamos por entrevistar coordenadores de projetos expressivos, cujos relatos estão contidos nos primeiros anais dos encontros.

A pesquisa documental através dos projetos, aliada às entrevistas com coordenadores dos anos 1990, que é quando explode a retomada dessas iniciativas de extensão em educação popular na instituição, foi de extrema relevância para essa pesquisa, porque a pesquisa documental foi norteando a existência desses atores, o tempo que esses projetos permaneceram ou permanecem, e a contribuição que deixou, mesmo os que hoje não estão mais ativos. Os entrevistados nos proporcionaram registrar falas importantes do processo e contexto histórico desses projetos, suas peculiaridades, e nos relataram nomes de outros atores e outros coletivos, nos entregando uma visão geral de como a extensão nessa perspectiva iniciou na UFPB.

Temos como resposta para o primeiro questionamento, que só é possível propor avanços e dar passos seguintes numa direção exitosa, conhecendo a trajetória do que se pretende avançar. Conseguimos identificar quem são esses projetos, o que eles fazem, onde fazem, e onde eles se encontram dentro da instituição. E aprofundar, mesmo com uma amostra pequena, detalhes dos projetos, como eles conceituam a educação popular e como acontece os registros dessas ações.

Um aspecto relevante encontrado com o resultado das entrevistas é a questão dos registros dessas ações, que só veio reafirmar as dificuldades existentes nos registros da extensão, lacunas que foram constatadas no decorrer da análise documental e reafirmadas por pessoas que vivenciam a extensão e as problemáticas que nela surgem. A partir dessa análise, é possível propor alternativas e ferramentas de fortalecimento desse segmento na UFPB. Podemos colaborar com a comunicação entre esses atores e criar mecanismos de permanência diante das dificuldades da extensão.

O quarto capítulo foi motivado pela necessidade de mapear os projetos de extensão em educação popular do ano de 2019 pelo sistema vigente, que está ativo desde 2017, e com esse

mapeamento traçar um perfil atual, quais são esses projetos e onde eles se concentram. Com isso respondemos ao segundo questionamento da pesquisa, atendendo o terceiro e quarto objetivos específicos. Foi constatado que mesmo com um sistema que possui várias ferramentas e opções de filtros, os projetos de extensão em educação popular não são devidamente sistematizados, são apenas registrados no sistema. Para localizá-los é necessário recorrer ao mesmo procedimento das buscas nos anais dos encontros.

Reconhecemos que o SIGAA no módulo extensão, é um avanço para os registros das ações de extensão, mas em relação aos projetos de extensão em educação popular fica aí essa lacuna. Fica a necessidade de desenvolver mecanismos, dialogar com as possibilidades de uma concretização de sistematização dessas ações de modo que a comunidade acadêmica possa ter acesso e conseguir enxergar onde esses atores estão inseridos, facilitando a comunicação e conseqüentemente a propagação cada vez mais desse segmento na instituição.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. E. A extensão da UFPB no século XXI. **UFPB Extra Muros**. Jornal de Responsabilidade da Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários da UFPB. Ano II, Número 4. 2017.

ARAÚJO, R. **Plantas Medicinais na atenção primária à saúde**. Série Extensão. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 1995.

ASSUNÇÃO, I. et al. Uma AJUP preocupada com as relações de gênero e sexualidade: uma análise da experiência do Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru. **Anais do V Seminário Direitos, Pesquisa e Movimentos Sociais**. Brasília: IPDMS, 2015.

AZEVEDO, L. R. O papel da UNE no movimento estudantil na segunda metade do séc. XX. **Educação, Cultura e Comunicação**, v. 1, n. 2, 2010.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRANDÃO, C. R. **O que é método Paulo Freire**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação popular**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2006.

BRANDÃO, C. R. **Educação popular**. 1986.

BRANDÃO, C. R.; FAGUNDES, M. C. V. Cultura popular e educação popular: expressões da proposta freireana para um sistema de educação. **Educar em Revista**, n. 61, p. 89-106, 2016.

BRASIL/SGPR, 2014. **Marco de referência da Educação Popular para as políticas públicas**. Brasília, BRASIL/SGPR, 2014. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/outros-assuntos/marco-de-referencia-da-educacao-popular-para-as-politicas-publicas/9-marco-de-referencia-da-educacao-popular-para-as-politicas-publicas.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: nov. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 29 jun. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.495, de 30 de junho de 2008**. Presidência da República – Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6495.htm. Acesso em: 08 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 17 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 19 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília-DF, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 10 jul. 2020.

CANANÉA, F. A. A. L. C. **O mar e a jangada:** política cultural e extensão universitária. Editora Universitária UFPB, 2011.

COSTA, E. de B. O.; RAUBER, P. História da educação: surgimento e tendências atuais da universidade no Brasil. **Revista Jurídica UNIGRAN**, v. 11, n. 21, p. 241-253, 2009. Disponível em: https://www.unigran.br/dourados/revista_juridica/ed_anteriores/21/artigos/artigo15.pdf. Acesso em: 28 nov. 2019.

CRUZ, P. J. S. C. et al. (orgs). **Educação popular na universidade:** reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular (Anepop). 1 ed. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2013.

CUNHA, L. A. **A Universidade temporã** - da colônia à era de Vargas. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 2007.

CUNHA, L. A. O ensino superior no octênio FHC. **Educação e sociedade**, Campinas, vol. 24, n. 82, abril, 2003.

ECCO, I.; NOGARO, A. Paulo Freire: da concepção de educação e das virtudes do educador para uma educação humanizadora. In: **Congresso Nacional de Educação EDUCERE**. 2013. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/7364_4843.pdf. Acesso em: 27 jul. 2020.

FALCÃO, E. F. **Um novo começo**. 1. ed. João Pessoa: Editora Universitária, 2002a.

FALCÃO, E. F. **Mobilização - Ação - Reflexão Complexa**. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária, 2002b.

FALCÃO, E. F. **Do Ouro de Tolo ao Ouro da Vida**. 1. ed. Rio de Janeiro: EDILAR, 2005.

FALCÃO, E. F. **SERTA:** Uma Certa Universidade Popular. 1. ed. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

FALCÃO, E. F. **Vivência em Comunidades Outra Forma de Ensino**. 2. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

FALCÃO, E. F. **Extensão popular: caminhos para a emancipação**. 1. ed. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018.

FERREIRA, L. de F. G.; FERNANDES, D. **A UFPB 50 anos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

FERREIRA, L. de F. G. Sistemas de Informação sobre extensão universitária: o caso da UFPB. **Revista do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília**. Ano 5, n. 10, nov 2001.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ilhéus: Editus, 2001.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2020.

FORPROEX. **I Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras**. 1987. Brasília - DF. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2020.

FORPROEX. **II Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras**. 1988. Belo Horizonte - MG. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1988-II-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2020.

FORPROEX. **III Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras**. 1989. Belém - PA. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1989-III-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2020.

FORPROEX. **IV Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras**. 1990. Florianópolis – SC. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1990-IV-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2020.

FORPROEX. **V Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras**. 1991. São Luís – MA. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1991-V-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2020.

FORPROEX. **VI Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras**. 1992. Santa Maria – RS. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1992-VI-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2020.

FORPROEX. **VII Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras**. 1993. Cuiabá – MT. Disponível em:

<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1993-VII-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2020.

FORPROEX. VIII Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. 1994. Vitória – ES. Disponível em:
<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1994-VIII-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2020.

FORPROEX. IX Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. 1995. Fortaleza – CE. Disponível em:
<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1995-IX-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2020.

FORPROEX. XXIX Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. 2011. Maceió – AL. Disponível em:
<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2011-XXIX-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2020.

FORPROEX. XXX Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. 2011. Porto Alegre – RS. Disponível em:
<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2011-XXX-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2020.

FORPROEX. XXXI Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. 2012. Manaus – AM. Disponível em:
<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-06-28-31o-Encontro-Nacional-Manaus.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2020.

FORPROEX. XXXII Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. 2012. Brasília – DF. Disponível em:
<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-XXXII-Encontro-Nacional-Brasilia.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2020.

FORPROEX. XXXIII Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. 2013. Rio de Janeiro – RJ. Disponível em:
https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2013-XXXIII-Encontro-Nacional-do-FORPROEX_RJ.pdf. Acesso em: 25 jul. 2020.

FORPROEX. XXXV Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. 2014. Belém – PA. Disponível em:
https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2014-XXXV-Encontro-Nacional-do-FORPROEX_PA.pdf. Acesso em: 25 jul. 2020.

FORPROEX. XXXVI Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. 2014. Goiânia – GO. Disponível em:
https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2014-XXXVI-Encontro-Nacional-do-FORPROEX_GO.pdf. Acesso em: 25 jul. 2020.

FORPROEX. XXXVII Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. 2015. Gramado – RS. Disponível em:

https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2015-XXXVII-Encontro-Nacional-do-FORPROEX_RS.pdf. Acesso em: 26 jul. 2020.

FORPROEX. XXXVIII Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. 2015. João Pessoa – PB. Disponível em:
https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2015-XXXVIII-Encontro-Nacional-do-FORPROEX_PB.pdf. Acesso em: 26 jul. 2020.

FORPROEX. XXXIX Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. 2016. São Bernardo do Campo – SP. Disponível em:
https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2016-XXXIX_Encontro-Nacional-do-FORPROEX_SP.pdf. Acesso em: 26 jul. 2020.

FORPROEX. XL Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. 2016. Ouro Preto – MG. Disponível em:
https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Carta_de_Ouro_Preto_-_XL_FORPROEX.pdf. Acesso em: 26 jul. 2020.

FORPROEX. XLI Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. 2017. Porto Seguro – BA. Disponível em:
https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Carta_Porto_Seguro-2017.pdf. Acesso em: 26 jul. 2020.

FORPROEX. XLII Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. 2017. Florianópolis – SC. Disponível em:
https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/CARTA_DE_FLORIANOPOLIS.pdf. Acesso em: 26 jul. 2020.

FORPROEX. XLIII Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. 2018. Natal – RN. Disponível em:
https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Carta_manifesto_de_Natal_2018.pdf. Acesso em: 26 jul. 2020.

FORPROEX. XLIV Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. 2018. Vitória – ES. Disponível em:
https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/CARTA_DE_VIT%C3%A9RIA_FORPROEX_1.pdf. Acesso em: 26 jul. 2020.

FORPROEX. XLV Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. 2019. Brasília – DF. Disponível em:
https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Carta_brasilia.pdf. Acesso em: 26 jul. 2020.

FORPROEX. XLVI Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. 2019. São Luís – MA. Disponível em:
https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Carta_de_S%C3%A3o_Lu%C3%ADs.pdf. Acesso em: 26 jul. 2020.

FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Gráfica da UFRGS: Porto Alegre, 2012 (Coleção Extensão Universitária; v.7).

FLEURI, R. M. et al. **Educação Popular e Universidade: Contradições e perspectivas emergentes nas experiências de extensão universitária em educação popular da Universidade Metodista de Piracicaba.** 1988. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/252024>. Acesso em: 16 jul. 2020.

FLEURI, R. M. Conversidade: conhecimento construído na relação entre educação popular e universidade. **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, v. 27, 2004. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/161515810.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2020.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2014.

FREIRE, P. Carta de Paulo Freire aos professores. **Estudos avançados**, v. 15, n. 42, p. 259-268, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v.35, n. 2, p. 57–63, 1995, São Paulo. Disponível em: <http://www.wejconsultoria.com.br/site/wpcontent/uploads/2015/04/Introdu%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-Pesquisa-qualitativa-e-suas-possibilidades.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2018.

GOLDEMBERG, J.; DURHAM, E. R. **A educação no Brasil.** São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1993.

JEZINE, E. M. **A crise da universidade e o compromisso social da extensão universitária.** Editora Universitária UFPB, 2006.

JEZINE, E. M. A Extensão e a Possibilidade da Troca de Saberes: Uma leitura a partir de Gramsci. **Revista extensão/PRAC – Ano II, nº 4**, p. 35-50. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1997.

KOCHHANN, A. A extensão universitária no Brasil: compreendendo sua historicidade. **Anais da Semana de Integração da UEG Campus Inhumas – Universidade, Formação e Cidadania**, v. 4, n. 1, 2017. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/semintegracao/article/view/9207>. Acesso em: 17 jul. 2020.

LACERDA, D. A. L. de. **O significado da educação popular na formação dos trabalhadores de saúde: estudo com base em experiências de extensão universitária.** 2013. 130f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

LEDEZMA, N. A.; BAZÁN, L. A. R. Políticas Públicas Educativas com participação social: um meio para reconstruir concepções e práticas desde a Educação Popular. In: UNESCO.

Educação popular na América Latina: desafios e perspectivas. Brasília: UNESCO, MEC, CEAAL, 2005. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000372.pdf>. Acesso em: 25 maio 2020.

LIMA, J. F. de. Extensão universitária como diálogo entre o saber acadêmico e a realidade social. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 1, n. 1, p. 31-34, 2003. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/869>. Acesso em: 16 maio 2021.

MACIEL, K. F. O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular. **Revista Educação em Perspectiva**, v. 2, n. 2, p. 326-344, 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/viewFile/196/70>. Acesso em: 27 set. 2017.

MELO NETO, J. F. de. Extensão Universitária: bases ontológicas. **Extensão universitária: diálogos populares**, p. 13. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2002.

MELO NETO, J. F. de. **Extensão universitária, autogestão e educação popular.** (Coleção Extensão Popular). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2004. 210p

MELO NETO, J. F. de. **Extensão popular.** 2.ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

MELO NETO, José Francisco de. **Educação popular: enunciados teóricos.** João Pessoa: Editora do CCTA, UFPB, 2015.

MIGUENS JR. S. A. Q.; CELESTE, R. K. **A extensão universitária.** 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/253645827_.

MINAYO, M. C. **Pesquisa social.** Teoria, método e criatividade. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOREIRA, E. de R. F. **Memórias do Projeto Conhecendo a Paraíba.** João Pessoa: Departamento de Geociências, Mimeo, 2021.

NOGUEIRA, M. das D. P. (org). Documento final do I Encontro de Pró - Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987. In: **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas – Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000.** Belo Horizonte: PROEX/UFMG; o Fórum, 2000. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>. Acesso em: 15 jul. 2019.

NOGUEIRA, M. D. P.; MENDES, S. R.; MEIRELLES, F. S. C. Institucionalização da extensão nas universidades públicas brasileiras: estudo comparativo 1993-2004. In: FORPROEX, **Coleção Extensão Universitária. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Comissão Permanente de Avaliação da Extensão Universitária.** 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2006.

NOGUEIRA, M. das D. P. et al. Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão. Belo Horizonte:

FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013. **Coleção Extensão Universitária**, v. 8.

NOGUEIRA, M. das D. P. Onde Falha o Plano Nacional de Extensão? **Interagir: pensando a extensão**, n. 4, p. 7-14, 2003.

PAIVA, V. (org.) **Perspectivas e dilemas da educação popular**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

PAULA, J. A. de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces-Revista de Extensão da UFMG**, v. 1, n. 1, p. 5-23, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18930>. Acesso em: 17 jul. 2020.

PEREIRA, D. de F. F.; PEREIRA, E. T. Revisitando a história da educação popular no Brasil: em busca de um outro mundo possível. **Revista HISTEDBR On-line**, n. 40, p. 72-89, 2010.

PRAC. **Programa de Bolsa de Extensão**: Catálogo dos projetos. João Pessoa: Editora da UFPB, 1996.

REVISTA ELETRÔNICA EXTENSÃO CIDADÃ. João Pessoa, v.1, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/extensaocidada/issue/view/150>. Acesso em: 02 maio 2021.

RIBEIRO, D. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1975.

SANTOS, A. P. dos; CERQUEIRA, E. A. de. **Ensino Superior**: trajetória histórica e políticas recentes. 2009. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2016/10/Ensino-Superior-trajetoria-historica-e-politicas-recentes.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2020.

SANTOS, B. S. **A Universidade no Século XXI**: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>. Acesso em: 26 set. 2019.

SANTOS JÚNIOR, A. L. Universidade e sociedade: uma relação possível pelas vias da extensão universitária. **Revista Inter-Legere**, v. 1, n. 13, p. 299-335, 5 set. 2013.

SERRANO, R. M. S. M. Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire. **Grupo de Pesquisa em Extensão Popular**, v. 13, n. 8, 2013. Disponível em: https://cristine-tanajura.webnode.com/_files/200000021-e6560e752b/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf. Acesso em: 15 jul. 2020.

SERRANO, R. M. S. M. **Avaliação institucional da extensão universitária na UFPB**: a regulação e a emancipação. 196 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2012.

SIGPROJ – **Sistema de Informação e Gestão de Projetos**. Site oficial. Disponível em: <http://sigproj.ufrj.br/?goTo=what&plataforma=5>. Acesso em: 10 maio 2021.

SILVA, A. M.; LINS, M. H. **SEAMPO – CCHLA – UFPB: construindo uma prática educativa popular**. 1º Encontro Paraibano de experiências em educação popular. Anais. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.

TARGINO, I. A extensão nas universidades brasileiras: notas para discussão. In **Revista de Extensão**, Ano III, n. 7, João Pessoa, UFPB/PRAC, 1998.

UFPB. Consepe. **Resolução nº 09**, de março de 1993. Regulamenta as atividades de Extensão da UFPB e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.ccsa.ufpb.br/arqv/contents/menu/legislacao#:~:text=Resolu%C3%A7%C3%A3o%2009%2F1993%20%2D%20Regulamenta%20as%20atividades%20de%20Extens%C3%A3o%20da%20UFPB.&text=Resolu%C3%A7%C3%A3o%2050%2F2012%20%2D%20Autoriza%20a,com%20extraordin%C3%A1rio%20aproveitamento%20nos%20estudos>. Acesso em: 16 abr. 2021.

UFPB. Consepe. **Resolução nº 76**, de 09 de setembro de 1997. Disponível em:

http://www.proex.ufpb.br/proex/contents/documentos/resolucoes/resolucao-consepe-n-76_1997_-probex.pdf. Acesso em: 29 abr. 2021.

UFPB. Consepe. **Resolução nº 55**, de 12 de novembro de 1999. Disponível em:

https://sigrh.ufpb.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf. Acesso em: 17 abr. 2021

UFPB. Consepe. **Resolução nº 35**, de 21 de setembro de 2004. Disponível em:

https://sigrh.ufpb.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf. Acesso em: 18 abril. 2021.

UFPB. Consuni. **Resolução nº 25**, de 28 de agosto de 2013. Disponível em:

https://sigrh.ufpb.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf. Acesso em: 29 maio. 2020.

UFPB. Consepe. **Resolução nº 61**, de 28 de novembro de 2014. Disponível em:

https://sigrh.ufpb.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf. Acesso em: 17 abril. 2021.

UFPB. Consuni. **Resolução nº 16**, de 11 de julho de 2014. Disponível em:

https://sigrh.ufpb.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf. Acesso em: 17 abril. 2021.

UFPB. Consuni. **Resolução nº 25**, de 28 de setembro de 2018. Disponível em:

https://sigrh.ufpb.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf. Acesso em: 18 abr. 2021.

UFPB. Consuni. **Resolução nº 26**, de 28 de setembro de 2018. Disponível em:

https://sigrh.ufpb.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf. Acesso em: 18 abr. 2021.

UFPB. Consuni. **Resolução nº 25**, de 29 de novembro de 2019. Disponível em:

https://sigrh.ufpb.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf. Acesso em: 28 maio 2020.

UFPB. **Resumos do II encontro de extensão universitária**. João Pessoa: Editora Universitária-UFPB, 16 a 18 de setembro de 1995.

UFPB. **Programa de bolsa de extensão – PROBEX 1996**. Série Extensão. João Pessoa: Editora universitária

UFPB. **Revista de Extensão**. João Pessoa: PRAC, Ano I, N.º 1, junho de 1996.

UFPB. **Revista de Extensão**. João Pessoa: PRAC, Ano II, N.º 3, janeiro de 1997.

UFPB. **Revista de Extensão**. João Pessoa: Editora Universitária - PRAC, Ano II, N.º 4, 1997.

UFPB. **Resumos do V encontro de extensão universitária**. João Pessoa: Editora Universitária-UFPB, 03 a 05 de setembro de 1999.

UFPB. **Relatório Geral da Gestão da Pró-Reitoria de Extensão – Proex**. João Pessoa, 12 de setembro de 2020. Disponível em: http://www.proex.ufpb.br/proex/contents/documentos/RELATRIOGERALDAGESTO20122020_compressed.pdf. Acesso em: 15 jun. 2021.

UFPB. **IX Encontro de Extensão e X Encontro de Iniciação à Docência**. Anais. João Pessoa - PB, 09 a 11 de maio de 2007. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/anais/IXEnex/index.html>. Acesso em: 15 jun. 2021.

UFPB. **X Encontro de Extensão e XI Encontro de Iniciação à Docência**. Anais. João Pessoa - PB, 09 a 11 de abril de 2008. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/anais/xenex_xienid/index.html. Acesso em: 15 jun. 2021.

UFPB. **XI Encontro de Extensão e XII Encontro de Iniciação à Docência**. Anais. João Pessoa - PB, 02, 03 e 04 de dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/anais/XIenexXIIenid/index.html>. Acesso em: 15 jun. 2021.

UFPB. **XII Encontro de Extensão e XIII Encontro de Iniciação à Docência**. Anais. João Pessoa - PB, 18 a 24 de outubro de 2010. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/anais/XIIENEX_XIIIENID/index.html. Acesso em: 15 jun. 2021.

UFPB. **XIII Encontro de Extensão e XIV Encontro de Iniciação à Docência**. Anais. João Pessoa - PB, 17 a 21 de outubro de 2011. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/anais/XIIIENEX_XIVENID/index.html. Acesso em: 15 jun. 2021.

UFPB. Encontro Unificado de Ensino Pesquisa e Extensão. **Anais do 14º Encontro de Extensão e 15º Encontro de Iniciação à docência**: a construção do conhecimento no cotidiano acadêmico: práticas e reflexões, 25 a 29 de novembro de 2013 (Campus I e IV) e de 4 a 6 de dezembro de 2013 (Campus II e III). Org. Bernardina Silva de Carvalho et al. João Pessoa: Editora da UFPB 2015. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/enex/>. Acesso em: 15 jun. 2021.

UFPB. **Anais do 2º Encontro Unificado de Ensino, Pesquisa e Extensão**. 15º Encontro de Extensão e 16º Encontro de Iniciação à Docência: ética e formação humana: compartilhando saberes, de 24 de novembro a 05 de dezembro de 2014 [recurso eletrônico] / Organizadores: Bernardina Silva de Carvalho... [et al.]. - João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/anais/XVENEX/index.html>. Acesso em: 15 jun. 2021.

UFPB. **Anais do 3º Encontro Unificado de Ensino, Pesquisa e Extensão: a Universidade Federal da Paraíba aos 60 anos: semeando o ensino, a pesquisa e a extensão**. 16º Encontro de Extensão, de 16 a 27 de novembro de 2015 [recurso eletrônico] / Organizadores: Bernardina Silva de Carvalho, Lincoln Eloi de Araujo, Júlio César de Macêdo. João Pessoa:

Editora da UFPB, 2015. Disponível em:
<http://www.prac.ufpb.br/anais/XVIENEX/index.html>. Acesso em: 15 jun. 2021.

UFPB. **Anais do 17º Encontro de Extensão: A Universidade Federal da Paraíba aos 60 anos: semeando o ensino a pesquisa e a extensão, 16 a 20 de novembro de 2015 (Campus I e IV) e de 25 a 27 de novembro de 2015 (Campus II e III)**. ARNOUD, M. M. D. et al. (Orgs.). João Pessoa: PRAC, 2017. Disponível em:
<http://www.prac.ufpb.br/anais/Anais2016.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2021.

UFPB. UFPB Extra Muros – **Jornal de Responsabilidade da Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários da UFPB**. Ano II, Número 5. 2017

UFPB. UFPB Extra Muros – **Jornal de Responsabilidade da Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários da UFPB**. Ano II, Número 6. 2017

VASCONCELOS, E. M. Educação Popular na Universidade. In: VASCONCELOS, E. M.; CRUZ, P. J. S. C. (Org). **Educação popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência**. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011. p. 15-24.

VIEIRA, F. et al. **Políticas sociais e austeridade fiscal: como as políticas sociais são afetadas pelo austericídio da agenda neoliberal no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro, CEBES, 2018.

WORLD BANK. **Higher education: the lessons of experience**. Washington, DC: 1994. Disponível em:
<https://documents1.worldbank.org/curated/en/303461468328502540/pdf/multi-page.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2021.

WOLTER, R. H. O Ensino Superior na Era Vargas. **Maiêutica-História**, v. 4, n. 1, 2016. Disponível em:
https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/HID_EaD/article/viewFile/1472/609. Acesso em: 10 dez. 2019.

ZENAIDE, M. de N. T. (org.) **Relatório Experiências de Educação em Direitos Humanos na Paraíba**. João Pessoa: JB Editora, 1999.

ZENAIDE, M. de N. T. Políticas de extensão universitária e a disputa pela hegemonia: a questão dos direitos humanos na UFPB. **João Pessoa: Programa de Pós-Graduação (Doutorado em Educação)**, v. 315, 2010.

ZENAIDE, M. de N. T. **Educação em Direitos Humanos e Educação–Experiências da Universidade Federal da Paraíba**. 2007.

APÊNDICE I

Roteiro das entrevistas com coordenadores de projetos antigos, tendo em vista o levantamento da história da extensão em educação popular na UFPB

1. O que você entende por educação popular?
2. Na sua concepção, qual a relação entre educação popular e extensão?
3. Quais as motivações que levaram à realização do projeto de extensão?
4. Quais as demandas que existiam nessa época?
5. Em que período iniciou sua experiência com educação popular na UFPB? Quais os objetivos do seu projeto?
6. Qual o público alvo do seu projeto?
7. Qual a participação da comunidade na elaboração e execução do projeto?
8. Quais as principais ações desenvolvidas pelo projeto?
9. Quanto tempo você atuou no projeto?
10. Como se dava a participação dos estudantes no projeto?
11. Onde o projeto atuava? Comente.
12. Já atuou como coordenador em outros projetos? Quais?
13. Qual a concepção que você tem desse trabalho em educação popular?
14. O projeto no qual você coordenava recebia algum tipo de apoio interno ou externo?
15. As ações do projeto eram registradas? Comente.
16. Qual a sua visão enquanto coordenador em relação a importância do registro dessas ações

ANEXO I

PORTARIA Nº 265 DE 01 DE agosto DE 1994

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista no disposto na Portaria nº 66/SESu, de 13 de abril de 1993, resolve:

Art. 1º Designar os seguintes professores para integrar a Comissão de Extensão Universitária:

RICARDO VIEIRA ALVES DE CASTRO, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Coordenador Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras;

ADELINO ANTÔNIO DA SILVA RIBEIRO, da Universidade do Amazonas, Vice-Coordenador Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras;

MARIA DA PAZ ARAÚJO CARDOSO, da Universidade Federal do Pará, Coordenadora da Regional Norte;

IVAN TARGINO MOREIRA, da Universidade Federal da Paraíba, e Coordenador da Regional Nordeste;

MARIA THEREZA LOUSA DE FONSECA, da Universidade Federal de Goiás, Coordenadora da Regional Centro-Oeste;

KLINGER MARCOS BARBOSA ALVES, da Universidade Federal do Espírito Santo, Coordenador da Região Sudeste;

TÂNIA MARIA BAIBICH, da Universidade Federal do Paraná, Coordenadora da Regional Sul;

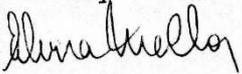
MARIA JOSÉ VIEIRA FÉRES, Diretora do Departamento de Política do Ensino Superior da SESu;

PAULO ROBERTO DA SILVA, Chefe da Divisão de Extensão e Graduação do DEPE/SESu.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


RODOLFO JOAQUIM PINTO DA LUZ

Publique-se.


Glória M. Pereira de Mello
Assessora SENESu/MEC

ANEXO II

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA
CCS/UFPB

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: A EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO POPULAR NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA: resgate histórico e perfil atual

Pesquisador: THATIANE CRISTINA PONCIANO DOS SANTOS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 40536820.6.0000.5188

Instituição Proponente: CENTRO DE EDUCAÇÃO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.474.257

Apresentação do Projeto:

Projeto para Qualificação do Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior-MPPGAV/CE/UFPB. A caracterização da pesquisa enquadra-se como um estudo exploratório e descritivo de análise qualitativa, articulando a pesquisa bibliográfica, a documental e a direta.

A pesquisa será realizada no campus I da UFPB e para alcançar o primeiro objetivo específico será feito um levantamento bibliográfico, visando apresentar o “estado das artes” sobre a extensão em educação popular. Para tanto serão pesquisados documentos, artigos, livros que abordam a questão, com destaque para os documentos do FORPROEX e da ANEPOP. Para uma investigação mais aprofundada com a finalidade de resgatar o histórico da extensão em educação popular, serão realizadas, como instrumento de coleta, entrevistas semiestruturadas

e a amostra utilizada serão extensionistas protagonistas de ações que utilizavam como eixo teórico- metodológico a educação popular (veja anexo I). Para traçar o perfil atual da extensão em educação popular na UFPB, será feito o levantamento através do SIGAA. O tipo de ação de extensão denominado como “projetos” foi escolhido por essa modalidade, atualmente, ser a única que disputa bolsas para discentes através dos editais internos, PROBEX e UFPB no seu município, e consequentemente tem maior abrangência em relação às outras modalidades. O mapeamento desses dados será realizado a partir do funcionamento do módulo de extensão do atual sistema de registros, o SIGAA, implantado em 2017.

Objetivo da Pesquisa:

Resgatar o histórico da extensão em educação popular na UFPB e levantar dados atuais que possam estabelecer o perfil desse segmento da extensão na Instituição.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Os riscos proporcionados aos participantes são considerados mínimos, limitados à possibilidade de eventual desconforto psicológico ao responder o questionário que lhe será apresentado, essa possibilidade é diminuída tendo em vista ser de forma rêmora o preenchimento.

Benefícios: Fortalecer as ações de extensão em educação popular na UFPB.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

De comum acordo com os objetivos, referencial teórico, metodologia e referências.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta a documentação de praxe.

Recomendações:

Divulgar resultados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

APROVADO.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1670331.pdf	27/11/2020 10:07:47		Aceito
Outros	8_INSTRUMENTO_PARA_COLETA_DADOS.pdf	27/11/2020 10:03:48	THATIANE CRISTINA PONCIANO DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	7_TERMOS_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO.pdf	27/11/2020 10:03:29	THATIANE CRISTINA PONCIANO DOS SANTOS	Aceito
Orçamento	6_PREVISAO_ORCAMENTARIA.pdf	27/11/2020 10:03:20	THATIANE CRISTINA PONCIANO DOS SANTOS	Aceito
Cronograma	5_CRONOGRAMA_DE_EXECUCAO.pdf	27/11/2020 10:03:07	THATIANE CRISTINA PONCIANO DOS SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	4_PROJETO_DETALHADO.pdf	27/11/2020 10:02:54	THATIANE CRISTINA PONCIANO DOS SANTOS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	3_TERMOS_DE_ANUENCIA.pdf	27/11/2020 10:02:36	THATIANE CRISTINA PONCIANO DOS SANTOS	Aceito
Outros	2_CERTIDAO_DE_APROVACAO_DO_PROJETO.pdf	27/11/2020 10:02:15	THATIANE CRISTINA PONCIANO DOS SANTOS	Aceito

Folha Rosto	de	1_FOLHA_DE_ROSTO.pdf	27/11/2020 10:01:42	THATIANE CRISTINA PONCIANO DOS SANTOS	Aceito
----------------	----	----------------------	------------------------	---	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 18 de Dezembro de 2020

Assinado por:
Eliane Marques Duarte de Sousa**(Coordenador(a))****Endereço:** UNIVERSITARIO S/N**Bairro:** CASTELO BRANCO **CEP:** 58.051-900**UF:** PB **Município:** JOAO PESSOA**Telefone:** (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br**Endereço:** UNIVERSITARIO S/N**Bairro:** CASTELO BRANCO **CEP:** 58.051-900**UF:** PB **Município:** JOAO PESSOA**Telefone:** (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br